

Universidade Federal de Minas Gerais

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – PPGEP

Processo de Trabalho e Produção de Vínculos Sociais: Eficiência e
Solidariedade na Triagem de Materiais Recicláveis

Fabiana Goulart de Oliveira

Belo Horizonte

Março de 2010

Universidade Federal de Minas Gerais

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – PPGEP

Processo de Trabalho e Produção de Vínculos Sociais: Eficiência e
Solidariedade na Triagem de Materiais Recicláveis

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Engenharia de Produção: Ergonomia e Organização do Trabalho, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Produto e Trabalho

Linha de Pesquisa: Ergonomia e Organização do Trabalho

Professor Orientador: Francisco de Paula Antunes Lima

Belo Horizonte

Março de 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os catadores pelo carinho e o respeito com que sempre me receberam e por dividirem comigo seu tempo e suas histórias.

Ao Chico, pela delicadeza, pela paciência com minhas ansiedades, por suas falas e seus silêncios...

A Ana Valéria e Vanessa, pela disponibilidade e a atenção que sempre tiveram para discutir o trabalho.

Aos meus companheiros do Insea: Ston, Maris, Cido, Cristina, Lêda, Ângela, Alessandra, Diogo, Robson, Dimir, Evânia, Carla, Luciano, Mottinha, Juninho, Múcio, Celi, Cristiano, Claudenice, Antero, Danilo, Reginaldo e Vera Bahiana. Agradeço pelos momentos de ousadia, de medo, de alegria, de angústias e por tantos outros que compartilhamos.

Aos queridos amigos do Núcleo Alternativas – Pesquisa, Ensino e Extensão em Economia Solidária, Cinthia, Gabi, Sara, Jacqueline, Janaina, Luiz, Wagner, e aos colegas do LabTrab. Agradeço pelos ricos momentos de discussões na busca de compreender para transformar, ou o inverso?

A Inês, agradeço pela dedicação e a eficiência em nos socorrer sempre que precisamos.

Aos inesquecíveis colegas da SSK, Stéfano, Francis, Gabi, Mariana Santos, Mariana Braga, Lúcia, Vitor, Fernando, Rubens e ao professor Rodrigo, por nossos momentos *enogastrosociotécnicos*.

Àquelas pessoas que, cada um a sua maneira, estiveram comigo nesse percurso. Agradeço especialmente às amigas: Priscila, pelos desenhos; Simone, pela correção do texto, Mariana pela revisão do *abstract*; Soninha, incentivadora e companheira; Sany e Luiza, pela (im)paciência carinhosa que tiveram comigo.

À minha família, “lar suporte,” pela espontaneidade e pelos riscos...

ÍTACA

*Se partires um dia rumo à Ítaca
 Faz votos de que o caminho seja longo
 repleto de aventuras, repleto de saber.
 Nem lestrigões, nem ciclopes,
 nem o colérico Poseidon te intimidem!
 Eles no teu caminho jamais encontrarás
 Se altivo for teu pensamento
 Se sutil emoção o teu corpo e o teu espírito tocar
 Nem lestrigões, nem ciclopes
 Nem o bravo Poseidon hás de ver
 Se tu mesmo não os lewares dentro da alma
 Se tua alma não os puser dentro de ti.
 Faz votos de que o caminho seja longo.
 Numerosas serão as manhãs de verão
 Nas quais com que prazer, com que alegria
 Tu hás de entrar pela primeira vez um porto
 Para correr as lojas dos fenícios
 e belas mercancias adquirir.
 Madrepérolas, corais, âmbar, ébanos
 E perfumes sensuais de toda espécie
 Quanto houver de aromas deleitosos.
 A muitas cidades do Egito peregrinas
 Para aprender, para aprender dos doutos.
 Tem todo o tempo Ítaca na mente.
 Estás predestinado a ali chegar.
 Mas, não apresses a viagem nunca.
 Melhor muitos anos lewares de jornada
 E fundeares na ilha velho enfim.
 Rico de quanto ganhaste no caminho
 Sem esperar riquezas que Ítaca te desse.
 Uma bela viagem deu-te Ítaca.
 Sem ela não te ponhas a caminho.
 Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.
 Ítaca não te iludiu
 Se a achas pobre.
 Tu te tornaste sábio, um homem de experiência.
 E, agora, sabes o que significam Ítacas.*

Constantino Kavafis (1863-1933)
 in: O Quarteto de Alexandria - trad. José Paulo Paz.

RESUMO

A base comum para a formação das associações e cooperativas de catadores é a situação de vulnerabilidade social dos seus membros, uma vez que a maior parte dos catadores encontra dificuldades de conseguir emprego devido ao baixo grau de escolaridade, à idade avançada e a outros aspectos incompatíveis com as exigências do mercado formal. O trabalho na associação apresenta-se a essas pessoas como uma das poucas oportunidades de renda, cujo valor depende da capacidade de produção do coletivo. A baixa remuneração aumenta os conflitos, a rotatividade dos associados e torna o trabalho pouco atrativo, especialmente para aqueles que são mais produtivos. Dessa forma, eficiência e solidariedade parecem incompatíveis, ou seja, onde há eficiência não há solidariedade e, para haver solidariedade, não se pode exigir eficiência. Esse antagonismo expressa a separação do mundo moderno entre economia e vida social, o que dá origem também a ideia de um homem econômico, movido apenas por interesses instrumentais e utilitaristas. Os estudos sobre a dádiva nos ajudam a compreender possibilidades de vínculos sociais diferentes do modelo utilitarista moderno, que concebe o homem como essencialmente egoísta, agindo em função de seus próprios interesses. Essa abordagem propõe que a vida social surge somente sob condições particulares de doação, confiança e solidariedade, que não são explicáveis nem pela ótica do interesse individual, nem pela racionalidade burocrática estatal, mas se esclarecem pelo paradoxo do dom, que busca entender como o interesse e a obrigação coexistem de forma concreta e histórica. Assim, o paradoxo da dádiva transforma o dom no operador privilegiado da criação do vínculo social. Os conflitos que as associações de catadores de materiais recicláveis vivenciam apresentam-se nas formas de organização do trabalho (regras de produção, sistemas de remuneração, divisão do trabalho) e expressam as contradições entre a lógica do mercado, do estado e do dom.

Palavras-chave: dádiva, trabalho, eficiência, economia solidária, catadores, triagem

ABSTRACT

The common basis for the formation of associations and cooperatives of collectors is the social vulnerability of its members, since most collectors find employment difficulties due to low education levels, age, and other characteristics that are inconsistent with the requirements of the formal market. The work in associations is one of the few income opportunities, for these people whose value depends on their collective productive capacity. Low pay increases conflict, turnover of members and makes working in associations unattractive, especially for those who are more productive. Thus, efficiency and solidarity seem incompatible, i.e., where there is efficiency, there is no solidarity. This antagonism expresses the separation between the modern world economy and social life, which also gives rise to an idea of economic man, motivated only by instrumental and utilitarian interests. Studies on the gift helps us to understand the possibilities of social ties that differ from the utilitarian model that sees modern man as essentially selfish acting only according to its own interests. This approach proposes that social life arises only under conditions of donation, trust and solidarity that are not explainable, not from the perspective of individual interest, nor by the state bureaucratic rationality, but are clarified by the paradox of the gift that seeks to understand how interest and obligation coexist in a concrete and historical way. Thus, in the paradox of the gift, the gift becomes the preferred operator of the creation of social ties. The conflicts experienced in the associations of collectors of recyclable materials are presented in the forms of work organization (production rules, remuneration systems, division of labor) and express the contradictions between the logic of the market, of the state and of the gift.

Keywords: gift, work, efficiency, social economy, waste-pickers, screening.

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
Lista de Tabelas e Figuras	vii
Lista de Siglas e Acrônimos	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II - PERCURSO METODOLÓGICO	9
CAPÍTULO III - UTOPIA DE UM MERCADO AUTORREGULÁVEL E A DÁDIVA	13
3.1 Crítica à Ideia de Mercado Autorregulável	17
3.2 A Solidariedade Seria uma Alternativa às Mazelas do Capital?	21
3.3 A Função e a Lógica da Dádiva	23
3.4 O Dom Moderno	27
3.5 Economia Solidária e Dádiva	32
3.6 Autonomia e Poder	34
CAPÍTULO IV – PROCESSOS DE PRODUÇÃO E TRABALHO NO SETOR DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS	38
4.1 Estratégias, Experiências e Modos Operatórios na Triagem de Materiais	40
4.2 O Papel do Chefe	54
CAPÍTULO V – PRODUÇÃO (D)E VÍNCULOS SOCIAIS	57

5.1 Sistema de Remuneração.....	57
5.2 Regras e Arranjos	66
5.3 Competência do Trabalho: “Aprender a Conversar”.....	72
5.4 Divisão do Trabalho	75
CAPÍTULO VI – ENTRE A LIBERDADE, A OBRIGAÇÃO E A AMIZADE	81
6.1 O Dom nos Empreendimentos Solidários e Capitalistas.....	82
6.2 Lógica do Mercado e Lógica do Dom: Contradições.....	85
6.3 O Estado e o Dom.....	88
CAPÍTULO VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97
ANEXOS – FOTOGRAFIAS	105

TABELAS E FIGURAS

Tabela 1 – Percentual de Associados Ocupados na Triagem, Coleta, Prensagem e Outros	39
Tabela 2 – Metas de Produção por Função – Ascamp	58
Figura 1 – Disposição dos <i>Bags</i> na Triagem do Material de Doação	42
Figura 2 – Triagem no Pátio Externo da Ascamp	44
Figura 3 a – Esteira da Coopert – Vista Lateral	46
Figura 3 b – Esteira e pátio de armazenamento da Coopert	47
Figura 4 a – Esteira de Triagem na Coopert.....	47
Figura 4 b – Triadoras trabalhando na esteira - Coopert	48
Figura 5 –Triagem do “0800” na Ascamp.....	62
Figura 4 – Distribuição dos Associados por Sexo e Função na Ascamp	76
Figura 5 – Distribuição dos Associados por Sexo e Função na Coopert.....	76

Siglas e Acrônimos utilizados:

ACs – Associações de Catadores de Materiais Recicláveis

ANAP - Associação Nacional dos Aparistas de Papel

APAIG – Associação dos Catadores Parceiros do Meio Ambiente de Igarapé

ASCAMP – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pará de Minas

ASCAPEL – Associação dos Catadores de Papel e Recicláveis de Betim

ASCAVAP – Associação dos Catadores do Vale do Paraopeba

ASCAP – Associação dos Catadores de Papel e Material Reciclável de Nova Lima

ASMAC – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Contagem

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte

ASTRAPI – Associação dos Trabalhadores com Papel e Material Recicláveis de Ibirité

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATAUNIDOS – Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

COOPERT – Cooperativa de Reciclagem e Trabalho de Itaúna

DN – Deliberação Normativa

FBB – Fundação Banco do Brasil

IAF – Fundação Interamericana

INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

PEAD – Polietileno de Alta Densidade

PEBD – Polietileno de Baixa Densidade. Compreende o que as associações chamam de

PI (plástico filme incolor) e PC (plástico filme colorido)

PET – Politereftalato de Etileno

PEV – Ponto de Entrega Voluntária

PP5 - Polipropileno

PS – Poliestireno

PVC – Policloreto de Vinila

INTRODUÇÃO

A reciclagem tem sido discutida enquanto possibilidade de redução dos impactos ambientais e de geração de trabalho e renda para pessoas que estão fora dos padrões exigidos pelo mercado formal de trabalho. Por isso, ela envolve uma série de questões técnicas, sociais, econômicas e políticas, sobretudo nos países em desenvolvimento, onde grande parte da população pobre vive de atividades relacionadas ao lixo. Estudos realizados pelo Banco Mundial apontam que cerca de 2% da população das cidades da Ásia e da América Latina sobrevivem da catação de resíduos sólidos (Medina, 2007). No Brasil, os dados em relação ao número de catadores são imprecisos e, embora a contabilidade seja difícil devido à informalidade, acredita-se que eles sejam responsáveis pela coleta da maior parte dos materiais recicláveis que alimentam as indústrias recicladoras no país (Abreu, 2002). Trabalhando em lixões e nas ruas, os catadores realizam a coleta e a separação dos materiais descartados, comercializando-os por meio de organizações próprias (associações ou cooperativas) ou repassando-os a depósitos intermediários (atravessadores).

Entre os catadores que trabalham nas ruas, a maioria é vinculada informalmente a depósitos de sucateiros e outros trabalham em cooperativas ou associações. Os sucateiros são empresas privadas que atuam como intermediários na cadeia produtiva. Normalmente emprestam o carrinho de coleta ao catador, em troca da exclusividade na compra dos materiais¹. As associações e cooperativas de catadores têm o objetivo de promover melhores condições de trabalho para os catadores, especialmente a partir da agregação de valor aos materiais coletados, da capacitação e do reconhecimento social desses trabalhadores. Dessa forma, esses empreendimentos têm múltiplas funções na medida em que atuam na economia ambiental e, ao mesmo tempo, na construção de um movimento social que amplifica a luta dos catadores em suas reivindicações de reconhecimento da profissão e na busca de alternativas democráticas de trabalho.

¹ O empréstimo do carrinho depende de uma avaliação prévia, feita pelo dono do depósito, a partir de referências de outros catadores e da avaliação da capacidade produtiva do catador.

A trajetória histórica desse segmento é marcada por significativas transformações no que se refere ao reconhecimento da função social do trabalho dos catadores e de sua organização. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) foi formado em junho de 2001 a partir de um congresso que reuniu mais de 2000 catadores de várias regiões do país em Brasília (DF). O encontro foi promovido com o apoio de organizações da sociedade civil, especialmente religiosas, que trabalhavam no processo organizativo dos catadores. As principais reivindicações do MNCR são o reconhecimento pelo trabalho e a participação dos catadores nos programas de coleta seletiva. O MNCR se organiza por meio de comissões regionais – atualmente formadas em mais de catorze estados – e de uma comissão nacional que integra representantes de todas as regiões do país (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). As mobilizações, tanto para formação dos catadores, quanto para negociações com o poder público ou outros setores, acontecem nas esferas municipais, estaduais e federais por meio de reuniões, atos públicos e manifestações que possibilitam a ação direta dos sujeitos junto aos poderes constitutivos. As políticas públicas criadas a partir dessas mobilizações proporcionaram incentivos às iniciativas de catadores, possibilitando, inclusive, atuarem como agentes econômicos no mercado formal. Contudo, essas experiências apresentam ainda algumas fragilidades e enfrentam contradições no seu processo de organização, envolvendo aspectos técnicos e sociais que merecem ser aprofundados.

Um dos problemas técnicos é a desarticulação das diferentes etapas do processo, nem todas sob controle dos catadores, a começar pela separação do lixo nos domicílios, realizada pela população segundo critérios do que ela acredita ser “reciclável”. Por outro lado, a separação dos materiais na fonte geradora, etapa inicial do processo que influencia a produtividade nas demais fases, não está necessariamente vinculada à etapa final realizada pelas associações de catadores, a comercialização. Ou seja, nem tudo que os geradores destinam aos catadores é possível de ser comercializado pelas associações por causa da quantidade de matéria orgânica e materiais não recicláveis presente nos materiais, pela inexistência de compradores ou pela inviabilidade técnica ou econômica, como, por exemplo, o preço de mercado muito baixo.

Na cadeia produtiva de reciclagem, os empreendimentos de catadores compreendem as atividades de coletar os materiais na fonte geradora e transportá-los até o galpão, onde

são triados. Após o processo de triagem, os materiais que não são comercializados, os rejeitos, são encaminhados ao aterro sanitário e os demais são prensados de acordo com tipo, cor, forma e outros critérios exigidos pelo mercado. Depois de prensados, os fardos são armazenados até a formação do estoque necessário para comercialização.

Internamente, um dos problemas das associações de catadores está na triagem dos materiais, que se caracteriza como um dos gargalos da cadeia produtiva da reciclagem. Nessa etapa do processo, também se verificam complexas inter-relações entre aspectos técnicos e sociais na organização do trabalho e do processo de produção. A triagem é a principal operação responsável pela agregação de valor aos materiais que são coletados por meio de caminhões, carroças ou carrinhos. Um indicador do valor agregado pela triagem pode ser dado pela comparação entre venda de (1) material não separado, (2) material separado não prensado, (3) material separado e prensado. O setor de triagem ocupa grande parte da mão de obra das organizações de catadores (conforme mostraremos nas experiências estudadas, ainda em torno de 50%, dependendo do arranjo organizativo, e em sua maioria, mulheres). Por se tratar de uma atividade manual, baseada na força de trabalho humana, o aumento da produtividade na triagem apresenta uma série de limitações. Os empreendimentos buscam lidar com esse problema, que tem efeitos amplificados sobre a renda dos catadores, envolvendo a divisão de tarefas, trabalho coletivo, metas, normas disciplinares e sistemas de remuneração, além dos vínculos sociais de solidariedade entre os associados. Contudo, cada arranjo gera também diferentes conflitos, que são resolvidos em cada associação, resultando em diferentes formas de organização do trabalho.

A partir de estudos de Karl Marx, sabemos que a tecnologia pode aumentar as forças produtivas do trabalho social e, assim, reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir um dado produto. Isso deveria liberar o trabalhador para atividades em que ele pudesse se desenvolver enquanto individualidade social. No entanto, sob o capitalismo, toda a tecnologia é utilizada para aumentar a mais-valia e o que acontece, juntamente com o advento da mecanização, é a intensificação da força de trabalho humana. Essa intensificação pode ser física, quando o trabalhador está submetido ao ritmo da máquina, ou cognitiva, quando realiza uma atividade de vigilância (Lima, 1998). Assim, as pessoas consideradas não aptas ao trabalho, que estão, portanto, abaixo dos desempenhos mínimos determinados de tempo de trabalho

socialmente necessário de uma norma definida em um dado momento histórico, são excluídas do processo de produção – o processo de valorização submete o processo de trabalho intensificado. Por isso, a catação apresenta-se como uma das poucas atividades de trabalho para pessoas com baixo ou nenhum grau de escolaridade, muitas vezes consideradas pouco produtivas e inadequadas para conseguir empregos no mercado formal ou, quando conseguem, são atividades com regras (horário de trabalho, formas de pagamento mensal) e remuneração incompatíveis com as necessidades desses trabalhadores.

No entanto, mesmo essa atividade situada às margens do mercado está ameaçada. As possibilidades de industrialização e do tratamento do lixo, notadamente a incineração, trazem à baila questionamentos sobre eficiência dos serviços de coleta seletiva. Há o risco de que, mais uma vez, os catadores sejam excluídos, como se a presença dessas pessoas impedisse a eficiência do processo de reciclagem sob gestão privada, assim, incentivando a adoção de alternativas como a incineração.

“Mais de R\$ 69 milhões a fundo perdido vindos do BNDES e de prefeituras são investidos em uma estrutura de negócios sem sustentabilidade econômica e atrapalham o mercado formal de reciclagem no país.” (Vieira, 2009)

O depoimento acima, de um empresário do setor de venda de materiais recicláveis, é significativo e representa a visão tanto desse setor quanto de boa parte dos técnicos e gestores públicos.

Com as taxas de coleta seletiva reduzida, agravadas pela má qualidade dos materiais que chegam aos galpões, as associações de catadores não conseguem aumentar seu faturamento. Esse é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento dos empreendimentos de catadores, que tem consequências diretas sobre os rendimentos dos associados e indireta sobre a gestão cotidiana da produção, visto que a baixa remuneração aumenta os conflitos, a rotatividade dos associados e torna o trabalho associativo pouco atrativo para aqueles que são mais produtivos (Lima e Oliveira, 2008). Isso compromete ainda a eficiência ambiental, já que a quantidade de material aproveitado para a reciclagem também diminui.

As contribuições técnicas do trabalho dos catadores, embora discutidas no âmbito da gestão integrada de resíduos sólidos, ainda são pouco sistematizadas. As pesquisas sobre o tema (Kemp, 2001; Dias, 2002; Andrade, 2004; Miura, 2004; Freitas, 2005; Del Gaudio, 2006) exploram muito mais aspectos políticos e psicossociais que técnicos. Não chegam aos aspectos sociotécnicos do processo produtivo. Há também a dificuldade de obter dados confiáveis de produção das associações de catadores, conforme identificou Rutkowski (2008), devido à própria forma de os grupos organizarem seu processo de produção. Entendemos que é necessário explicitar melhor os produtos dessas iniciativas, evidenciando suas potencialidades e limites técnicos e sociais a fim de desenvolver alternativas e arranjos sociotécnicos que sejam sustentáveis em cada local. Algumas orientações para a construção desses arranjos, nomeados genericamente de “coleta seletiva solidária”, já foram apontados:

“O delineamento do modelo de coleta seletiva solidária, suas potencialidades e problemas, requer uma explicação dos determinantes principais da produtividade em associações de catadores de material reciclável, identificando os principais obstáculos ao crescimento desses empreendimentos e propondo alguns princípios organizacionais para melhorar a eficiência da produção, como forma de responder aos desafios atualmente postos. Ao entendermos a racionalidade técnico-social das associações de catadores, seus limites para melhorar a eficiência de um ponto de vista estritamente técnico, mas também os produtos sociais inerentes à reciclagem feita com e pelos catadores, podemos definir alguns princípios para um modelo de reciclagem solidária, cuja sustentação depende da coexistência permanente desses dois produtos: a reciclagem de lixo e a reciclagem de pessoas”. (Lima e Oliveira, 2008, p. 227)

Assim, a maior parte dos estudos se concentra em dois polos: (1) as abordagens sociais e psicossociais de questões sociopolíticas (gênero, movimento social, organização, reconhecimento social dos catadores) e (2) as análises técnicas dos sistemas integrados de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, típicas da engenharia ambiental e sanitária. Nosso trabalho, com auxílio da engenharia de produção, procura um meio termo baseado na racionalidade técnico-social ou arranjos sociotécnicos. Com isso, queremos designar a série de problemas que se colocam na interface do social e do técnico, ou

problemas sociotécnicos, que ainda não foram devidamente considerados nos estudos sobre catadores e reciclagem.

Outra lacuna importante a ser preenchida refere-se à identificação dos “produtos sociais” – que podem ser ecológicos e humanos – e, na medida do possível, a sua quantificação e registro por meio de indicadores. A comparação do perfil socioeconômico dos catadores de materiais recicláveis de nove associações da rede Cataunidos e da população ocupada na Região Metropolitana de Belo Horizonte demonstra que as associações de catadores, em sua maioria, são formadas por trabalhadores cujo perfil difere dos demais trabalhadores empregados no mercado formal. Trata-se de pessoas excluídas pelos processos competitivos e tecnológicos e que dificilmente conseguiriam atender aos padrões exigidos pelo mercado de trabalho formal. Além desses, é possível observar vários outros “produtos” ou benefícios sociais propiciados pelas associações de catadores graças à inclusão de pessoas que encontram dificuldades de se inserir no mercado formal: analfabetos, idosos, mulheres, negros, pessoas com saúde precária, portadores de deficiências mentais, dependentes de drogas, egressos do sistema prisional (Lima e Oliveira, 2008).

Assim, tendo em vista tanto as demandas sociais quanto as necessidades técnicas para lidar com o lixo urbano, o objetivo deste trabalho é investigar inter-relações entre eficiência da reciclagem e solidariedade em diferentes arranjos sociotécnicos observados nos empreendimentos de catadores, considerando, em especial, os sistemas de triagem, as regras de remuneração (distribuição dos ganhos) e as normas disciplinares. Buscaremos caracterizar e analisar o subsistema técnico e o subsistema social no processo de triagem, identificado como o gargalo do processo de produção da reciclagem, e discutir a inter-relação entre eficiência, incentivos econômicos e vínculos sociais entre os catadores da triagem a fim de evidenciar se existem ganhos de produtividade sustentados pela eficácia específica da solidariedade. Por outro lado, buscaremos mostrar como as relações solidárias se mesclam à economia ou se a ela se contrapõem.

Nossa hipótese é que os elementos aqui investigados – solidariedade e eficiência – atuam de forma interdependente nas organizações de catadores, assegurando a produtividade desses empreendimentos e, parcialmente, da reciclagem, ainda que essas

relações comportem limites e, às vezes, contradições típicas da economia de mercado, em que solidariedade e eficiência se opõem. Tudo se passa como se onde existisse solidariedade não pudesse existir eficiência e vice-versa. Supomos que não existe uma relação causal linear entre esses fatores e consideramos a possibilidade de haver “composições com geometrias variáveis” (Schwartz, 2007) como forma de regulação, ou seja, arranjos que permitem obter maior produtividade global dos sistemas de reciclagem de materiais e de pessoas², em que a solidariedade pode prevalecer sobre a eficiência e vice-versa, dependendo de condições particulares.

Acreditamos que as associações, entidades integrantes da chamada “economia solidária”, apresentam características que as diferenciam da economia capitalista, ainda que permaneçam dentro desta. Que o novo possa nascer dentro do antigo, explorando suas contradições, só parece ser uma impossibilidade para visões totalitárias da sociedade. Buscaremos compreender em quais aspectos elas podem se diferenciar e, para isso, acreditamos que os estudos sobre comunidades primitivas possam nos ajudar a entender, por contraste, as formas atuais de produção, sabendo que a superação destas não pode ser um retorno às formas comunitárias primitivas porque os indivíduos modernos são social e historicamente diferentes.

Nas comunidades primitivas, diferentemente do mundo moderno, em que a produção aparece como fim em si mesmo, o ser humano é o fim da produção, conforme aponta Marx (2000).

“Será que jamais encontramos entre os antigos uma investigação sobre qual forma da propriedade fundiária etc. é a mais produtiva, qual gera a maior riqueza? A riqueza não aparece como fim da produção, embora Catão possa muito bem investigar qual cultivo do terreno é o mais rentável ou Brutus emprestar seu dinheiro pelos melhores juros. A investigação versa sempre sobre qual modo da propriedade gera os melhores cidadãos.” (p.134)

O problema que hoje se recoloca é também investigar que arranjos sociais produzem riqueza material e solidariedade humana, sem que a busca da eficiência se realize em mecanismos de alienação e exclusão dos “menos” aptos. Nossa tese é que os catadores,

² Nesse sentido é significativo o lema da Asmare: “Reciclando Vidas”.

em suas associações e cooperativas dão um passo nessa direção, apesar do relativo atraso tecnológico dos processos produtivos da catação e da triagem. Para apresentar nossas pesquisas, que sistematizam uma experiência de quatro anos junto aos catadores, esta dissertação está organizada em seis partes, além desta introdução.

A seguir, no capítulo intitulado “Percurso Metodológico,” faremos uma breve descrição sobre a metodologia utilizada na realização deste trabalho. No capítulo 3, apresentaremos o quadro conceitual empregado na análise deste estudo, trazendo a discussão sobre formas de organização social e econômica e a relação entre mercado e vínculos sociais nas comunidades pré-capitalistas e modernas. Em seguida, no capítulo 4, apresentaremos a descrição dos processos produtivos observados em três empreendimentos de catadores, Asmare/Belo Horizonte, Coopert/Itaúna e Ascamp/Pará de Minas, todos em Minas Gerais. No capítulo 5, apresentaremos os arranjos sociotécnicos, enfatizando os aspectos sociais relacionados a regras de remuneração, disciplina e conflitos na Coopert/Itaúna e Ascamp/Pará de Minas, que serão mais detalhados em seus aspectos sociais. No capítulo 6, analisaremos os dados apresentados, buscando discuti-los à luz de alguns dos nossos referenciais teóricos e, no capítulo 7, faremos algumas considerações finais acerca do trabalho, apontando críticas e algumas recomendações.

CAPÍTULO II

PERCURSO METODOLÓGICO

A Análise Ergonômica do Trabalho - AET (Guérin et al, 2001) foi o ponto de partida que utilizamos para compreender o processo de produção e trabalho no setor de triagem de materiais recicláveis. Essa metodologia não se propõe apenas a aplicar métodos, realizar medidas, observações ou conduzir entrevistas com os trabalhadores. Ela permite o ajuste dos métodos ao contexto de sua aplicação e às questões na medida em que estas vão sendo identificadas. A AET busca relacionar as condições materiais e organizacionais aos seus resultados pela mediação da atividade real do trabalho. A finalidade primeira dessa metodologia é a transformação do trabalho. Isso decorre num processo de elaboração do qual participam os diferentes atores envolvidos com seus pontos de vista e interesses próprios (Guérin et al, 2001, p.6). A ergonomia se apoia em uma pluralidade de contribuições de diferentes disciplinas para conduzir análises singulares e ações de intervenção caso a caso.

Apoiados na AET, realizamos estudos de caso em três organizações de catadores com o objetivo de compreender melhor os aspectos específicos do processo de cada grupo, decorrente da história individual, e identificar possíveis elementos comuns. O estudo de caso é um método de pesquisa qualitativa que se destina à compreensão de fenômenos sociais complexos, porém, individuais (Goode & Hatt, 1969 apud Rutkowski, 2008). Ele é indicado quando se deseja capturar as ações e atividades formal e informalmente estabelecidas na dinâmica de uma organização.

A escolha dos três empreendimentos se deu em função do vínculo existente entre os grupos de catadores e a pesquisadora, que acompanha seu desenvolvimento há quatro anos por meio de um trabalho de assessoria feito pelo Insea a uma rede de associações que agrega esses três empreendimentos, além de outros seis. Essa familiaridade permitiu reconhecer particularidades em cada associação pertinentes para a problemática tratada. Na Coopert, a triagem é feita na esteira e os materiais são coletados por uma empresa terceirizada. Conforme explicaremos mais adiante, os cooperados distribuem os resultados da produção em partes iguais, sendo descontados os atrasos e as faltas. Na Ascamp, o sistema de remuneração é baseado em metas de produção, diferenciadas para

cada função. Essas metas são transformadas em número de horas trabalhadas e o valor da hora é calculado a partir do resultado coletivo. A triagem na Ascamp é feita no chão e os materiais são coletados por catadores associados. No galpão que observamos, na Asmare, a triagem também é feita no chão e o material é coletado parte por empresas privadas, parte por associados, através de caminhões contratados pela associação. A remuneração das triadoras da Asmare, até o momento da pesquisa, era feita proporcionalmente à produção de cada uma, de acordo com o preço de cada material. Dessa forma, a produção diária de cada triadora era pesada e registrada de acordo com o tipo de material. Esses dados de produção individual, associados à observação do trabalho, foram fundamentais para a nossa análise.

As primeiras investigações foram feitas num dos galpões de triagem da Asmare, localizado à Rua Ituiutaba, em Belo Horizonte, onde se concentra a maior parte das atividades de triagem da associação. Durante três meses, no período de setembro a novembro de 2008, fizemos visitas semanais³ ao galpão, onde observamos o processo de triagem e realizamos entrevistas com as triadoras na situação de trabalho, com o coordenador de produção e também com o engenheiro responsável pela sistematização dos dados. Essas análises nos permitiram uma descrição do processo de triagem, bem como a identificação dos principais problemas e o apontamento de possíveis determinantes da produção. Também analisamos dados de produção das triadoras processando materiais de origens diferentes (coleta domiciliar e coleta proveniente de grandes geradores), que, associados às informações das entrevistas e observações, permitiram-nos tecer algumas considerações a respeito dos determinantes da produtividade no setor de triagem.

As visitas à Ascamp, em Pará de Minas, e à Coopert, em Itaúna, foram realizadas no período de agosto a dezembro de 2009. Todas as entrevistas foram feitas durante as observações, na situação de trabalho dos associados, ou seja, no espaço de triagem e no galpão de prensagem, e, sempre que autorizado, foram gravadas e depois transcritas. A maior parte consistiu em entrevistas coletivas, em que as falas dos trabalhadores se

³ As análises na Asmare foram realizadas juntamente com Gabriela Fonseca Parreira, engenheira pesquisadora, que também realizou seu estudo de mestrado sobre o tema *Coleta Seletiva Solidária: Agregando Valor pela Integração da Cadeia da Reciclagem*. Essas análises foram discutidas no contexto da disciplina *Metodologia Qualitativa*, oferecida pelo PPGEP no segundo semestre de 2008, e orientadas pelo professor Francisco P. Antunes Lima.

intercalavam, ora complementando, ora confrontando uns aos outros. A análise na Asmare se ateve mais ao processo de produção do setor de triagem, enquanto na Ascamp e na Coopert exploramos um pouco mais os aspectos sociais, os conflitos e também o ponto de vista de outros associados, como prensistas, carregadores e ajudantes. Isso trouxe elementos importantes, sobretudo no que se refere à divisão social do trabalho, conforme apresentaremos ao longo da dissertação. Também analisamos alguns documentos como estatuto, quadro de avisos, atas de reuniões, cadastros, folhas de registros de associados e dados de produção e venda com o objetivo de levantar e comparar a produção, o perfil dos associados, as regras prescritas e, assim, confrontar algumas informações.

A pesquisadora, como todo aprendiz, cometeu algumas gafes metodológicas que serão tratadas neste trabalho no sentido de adequar ou aproveitar seus resultados. Na Coopert, inicialmente, a pesquisadora “impôs” um conceito prévio, ao perguntar às triadoras se elas se consideravam solidárias⁴, ao invés de explorar o sentido do termo a partir da atividade do trabalho. Assim, as primeiras entrevistas foram conduzidas por esse viés e acabou não aprofundando o sentido do termo.

As respostas das triadoras apontaram uma diferenciação entre solidariedade em geral, orientada a qualquer pessoa em dificuldade, e a solidariedade no trabalho, cujas determinações e motivações são diferentes. Assim, apesar do viés reducionista da questão, que colocava sob um mesmo termo realidades diferentes, as respostas continham contrastes e diferenciações mais nuançados e complexos.

“Acho que nós é muito cooperada... mas solidária acho que a gente não tem muito não... isso até é cobrado... mas ...” (Triadora da Coopert)

“Ninguém tem tempo pra ser solidário aqui não... a nossa vida e as nossas dificuldades é basicamente a mesma... é quase tudo o mesmo ritmo de vida... todo mundo mora perto de todo mundo e sabe da dificuldade de todo mundo...” (Triadora da Coopert)

⁴ A pergunta foi: “Vocês acham que são solidários aqui na Coopert? O que é solidariedade para vocês?”

“A gente ajuda o M [associado idoso] como cooperado... mas solidário ninguém é com ele... não... a gente não ajuda ele a fazer o serviço dele.. não vai lá na casa dele saber se ele precisa de alguma coisa..” (Triadora da Coopert)

“- Entendo que ser solidário é ajudar os outros... é olhar mais o lado do outr... se alguém está precisando e pede ajuda... nessa parte a gente é solidário sim!”

“- Mas aqui... o povo não é muito de pedir ajuda... não! Ficar pedindo esmola... pedindo ajuda” (Diálogo entre duas triadoras da Coopert)

“Não tem como ajudar não... financeiro não dá porque a gente ganha o mesmo tanto e tem as nossas contas pra pagar... emocionalmente... nós também... aqui... é tudo nervoso... mas a gente também conversa... às vezes a I. fala um problema dela... eu falo o que eu tô passando com a minha filha... aí um fala ‘eu acho que você tem que fazer isso’ e acaba que a gente acaba que ajuda um pouquinho” (Triadora da Coopert)

Embora a solidariedade fosse vivenciada pelos associados na ação, conceitualmente, ela parecia impossível ou uma imposição (“*isso até é cobrado... mas...*”). Apenas quando passamos a analisá-la a partir da atividade de trabalho foi que conseguimos compreender como ela se apresenta concretamente no cotidiano do trabalho das associações de catadores, conforme mostraremos adiante.

CAPÍTULO III

UTOPIA DE UM MERCADO AUTORREGULÁVEL E A DÁDIVA

A base comum para a formação das associações e cooperativas de catadores é a situação de vulnerabilidade social dos seus membros, uma vez que a maior parte dos catadores se depara com dificuldades para conseguir emprego devido ao baixo grau de escolaridade, à idade avançada e a outros aspectos incompatíveis com as exigências do mercado formal. O trabalho na associação apresenta-se para essas pessoas como uma das poucas oportunidades de renda, cujo valor depende da capacidade de produção do coletivo. No entanto, a baixa remuneração intensifica os conflitos, aumenta a rotatividade dos associados e torna o trabalho na associação pouco atrativo, especialmente para aqueles que são mais produtivos. Dessa forma, eficiência e solidariedade parecem incompatíveis, ou seja, onde há eficiência não há solidariedade e, para haver solidariedade, não se pode exigir eficiência. Esse antagonismo expressa a separação do mundo moderno entre economia e vida social.

A economia solidária pretende reintegrar essas duas esferas, ou seja, a economia ao social, por meio da livre associação dos indivíduos e da autogestão de seus empreendimentos (Singer, 2002). Muitas dúvidas surgem em relação à efetividade desses empreendimentos que pretendem instituir formas alternativas de produção e consumo dentro de um sistema capitalista hegemônico, que submete qualquer forma de organização à sua lógica de concorrência baseada na exploração. Como seria possível construir solidariedade num contexto de relações sociais degradadas e subjetividades individualistas, dominado pela lógica do interesse? Podem-se organizar ilhas de solidariedade no interior das trocas mercantis regidas pelo valor?

No âmbito mais teórico, os estudos sobre a dádiva nos ajudam a compreender possibilidades de instituição de vínculos sociais diferentes do modelo utilitarista moderno, que concebe o homem como essencialmente egoísta, agindo apenas em função de seus próprios interesses. Essa abordagem propõe que a vida social somente surge sob condições particulares de doação, confiança e solidariedade, que não são explicáveis nem pela ótica do interesse individual, nem pela racionalidade burocrática estatal, mas se esclarecem pela lógica paradoxal do dom (Martins, 2002). O dom parte

da inter-relação entre as pessoas e nos permite entender como o interesse e a obrigação coexistem e se põem como constitutivos das formações históricas sociais concretas. Dessa forma, o paradigma, ou paradoxo da dádiva, transforma o dom no operador privilegiado da criação do vínculo social. Embora o dom seja um fenômeno que abrange a totalidade social, o foco de nossa discussão será a esfera econômica, mais especificamente o trabalho.

Ao contrário da concepção da dádiva, no modelo do homem econômico, que também inspira o taylor-fordismo, o trabalho é comumente concebido como uma atividade puramente técnica, em que somente haveria espaço para valores relacionados a interesses individuais e ao egoísmo. Todavia, mesmo nas empresas capitalistas, o interesse e o egoísmo parecem coexistir com outros valores éticos e morais. As transformações recentes dos sistemas de produção e as novas formas de organização do trabalho, sobretudo na empresa hipermoderna (Gaulejac, 2007), tornam necessária a participação dos trabalhadores, cuja atividade fundamental passa a ser a resolução de problemas e não a simples execução de tarefas pré-concebidas. A diminuição dos estoques na produção enxuta e, conseqüentemente, do tempo de resposta para atender as demandas, a redução de níveis hierárquicos e do controle direto sobre o trabalho solicitam aos trabalhadores implicação subjetiva, autonomia, responsabilização e iniciativa. As novas formas de organização do trabalho sugerem que a eficiência econômica depende da mobilização subjetiva e da integração dos trabalhadores à empresa. Todavia, sabemos quão limitada é a autonomia dos trabalhadores em empresas capitalistas (ou heterogeridas) e como esta mobilização é manipulatória.

Esse problema de integração do trabalhador à produção não se coloca da mesma maneira em qualquer época histórica. A autonomização da economia em relação à vida social é um traço característico da modernidade, separação que também atinge a atividade de trabalho, colocando uma série de problemas e de ineficiências que as novas formas de organização do trabalho tentam resolver. Nessas condições, haveria ainda lugar para uma ética no interior do trabalho alienado, submetido às relações de subordinação que caracterizam o contrato de trabalho? Se, por definição, a economia solidária pode se beneficiar dessa mobilização produtiva, por que ainda existem conflitos que parecem reproduzir as mesmas limitações e ineficiências das empresas capitalistas? Por meio da análise dos conflitos no interior de associações de catadores é

possível oferecer pistas para responder essas indagações, analisando de forma concreta as possibilidades e limites na construção de relações de trabalho solidárias assim como seus efeitos sobre a produtividade das associações.

Nos empreendimentos da chamada economia solidária, elementos como autonomia, cooperação, responsabilização e iniciativa são considerados como dados *a priori* e, em tese, seriam pré-condição para a existência dos empreendimentos autogestionários e associativos. No entanto, mesmo nesses casos, os conflitos e as relações de poder não estão ausentes (Singer, 2002; Arruda, 2000; Faria, 2006). No interior dessas controvérsias, algumas questões destacam-se: há alguma diferença entre os valores preconizados na economia mercantil e os praticados na economia solidária? Nesse caso, haveria uma integração apenas jurídica, formal, como aconteceu antes com o cooperativismo, ou se trata efetivamente de novas relações sociais de produção? Qual seria a função da “solidariedade” nesses empreendimentos e como ela se constrói? Qual a causa e natureza dos conflitos existentes em organizações definidas pela propriedade coletiva dos meios de produção e como eles são “resolvidos”? Para tratar dessas questões, a análise comparativa de sociedades pré-capitalistas e capitalistas permite evidenciar alguns contrastes que podem nos ajudar a entrever o que pode ser o pós-capitalismo⁵ e o que são, hoje, os empreendimentos da economia solidária.

Adam Smith, a partir de uma visão etnocêntrica, teria sustentado a ideia de que o homem primitivo tinha predileção por ocupações lucrativas. Segundo Polanyi (1944), tal afirmação originou-se de estudos que tendiam a focar seus interesses naquele período da história, comparativamente recente, no qual a permuta e a troca foram encontradas em alguma escala considerável, e a economia primitiva foi relegada à pré-história. A tradição dos economistas clássicos, que tentaram basear a lei do mercado na alegada propensão do homem no seu estado natural, foi substituída por um abandono de qualquer interesse na cultura do homem “não-civilizado” como irrelevante para se compreender os problemas da nossa era.

⁵ Essa comparação tem um objetivo bem pragmático de contrastar relações econômicas e relações sociais, apenas o suficiente para esclarecer o fenômeno do associativismo no interior de uma sociedade mercantil.

Max Weber foi um dos primeiros historiadores da economia moderna a protestar contra o fato de se deixar de lado as economias primitivas como irrelevantes para a questão das motivações e mecanismos das sociedades civilizadas. Uma observação importante nesses estudos históricos e antropológicos é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. O homem não “age para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais; mas para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social”. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos (Polanyi, 1944, p.61).

Numa sociedade tribal, o interesse econômico individual raramente predomina, uma vez que “a comunidade cuida para que nenhum de seus membros esteja faminto” (Polanyi, 1944, p.62). A manutenção dos vínculos sociais é fundamental. Primeiro porque, se o indivíduo infringe o código estabelecido de honra ou generosidade, ele se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber. Tal atitude é reforçada pela frequência das atividades comunais, como partilhar o produto/alimento da caça, participar dos resultados de alguma expedição tribal distante e perigosa. O prêmio estipulado para a generosidade é tão importante quando medido em termos de prestígio social que o membro da comunidade primitiva nem coloca em questão a possibilidade de ter outro comportamento senão o do esquecimento próprio (Polanyi, 1944), atitudes, valores e comportamentos que são o oposto do que acontece na economia mercantil.

Na medida em que o mercado se desenvolveu, a terra e a força de trabalho, antes bens comuns, se transformaram em mercadorias. O indivíduo tornou-se proprietário da sua força de trabalho e, supostamente, do seu próprio destino. Essas transformações deram origem à relação de propriedade privada (e com ela o individualismo) que marca as relações sociais da era moderna. A Revolução Francesa trouxe os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. O homem tornou-se livre (*livre para morrer de fome*, segundo Marx) e um sujeito de direitos. O estado, não mais definido por Deus, consolidou-se como monopólio legítimo da força e guardião das leis.

Polanyi (1944) resgata a história da formação do capitalismo, desde a lei dos cercamentos, na Inglaterra, quando os trabalhadores expulsos do campo se

transformaram em miseráveis urbanos e se viram obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário. A motivação pela vida social deu lugar à motivação pelo lucro. A mercadoria força de trabalho foi submetida à lei da oferta e da procura, desenvolvendo-se um exército de reserva de mão de obra, em que os miseráveis viviam do auxílio do estado (Lei dos Pobres, de 1601), cujos recursos eram distribuídos pelas igrejas. Todas as transações se transformaram em transações monetárias e estas exigiram a introdução de um meio de intercâmbio em cada interação dos agentes sociais, transformados em agentes econômicos. Os mercados que antes funcionavam como acessórios da vida econômica, restritos apenas a trocas de excedentes e bens supérfluos, se expandiram e se tornaram o eixo da vida moderna.

3.1. Crítica à Ideia de Mercado Autorregulável

Com o desenvolvimento do mercado, a economia descolou-se da vida social, dando margem às ideias liberais de um mercado autorregulável, que poderia existir autonomamente, sem qualquer interferência estatal e de outras esferas sociais.

A economia de mercado é um sistema econômico regulado apenas pelos preços, ou seja, o valor das mercadorias não corresponde necessariamente ao custo real da produção, mas é determinado pelo movimento do mercado a partir da concorrência estabelecida entre a oferta e a procura. Nesse caso, não apenas a produção, como também a distribuição, dependem dos preços e estes determinam as margens de lucro, dados os custos de produção. Isso implica que a produção não é mais determinada a partir das necessidades sociais, mas pela concorrência do mercado e, por isso, o trabalho deve se submeter ao preço (Polanyi, 1944). As consequências dessa submissão são: redução dos custos de produção que incidem sobre a força de trabalho através da intensificação do ritmo, precarização das condições de trabalho, corte de trabalhadores, aumento do mercado de reserva (desemprego)... Esse tipo de economia também provoca a falência de pequenas empresas que não conseguem concorrer com as grandes, cujo poder de barganha e influência sobre o mercado é maior e, por isso, têm vantagens competitivas em relação às menores.

Os mecanismos de ajuste do mercado são imediatamente perceptíveis no cotidiano das associações de catadores, que enfrentam os impactos das oscilações do preço ao longo do ano. Quando é possível, algumas criam mecanismos de regulação como formação de estoques e comercialização em rede, que possibilitam a agregação de valor aos serviços e/ou aos recicláveis. No final de 2008, quando houve uma crise financeira mundial, os preços dos recicláveis despencaram. O papelão, que algumas associações vendiam por R\$ 0,52 o quilo, caiu para R\$ 0,11 e alguns materiais, como o jornal e a sucata, ficaram estocados nos galpões uma vez que não havia mercado. Muitos catadores abandonaram a associação e outros deixaram de coletar materiais recicláveis que não estavam sendo comercializados. Isso acarretou prejuízos à qualidade do atendimento à população e aumento da quantidade de rejeitos no processo de triagem. Algumas empresas privadas compradoras de recicláveis fecharam porque a atividade tornou-se inviável economicamente. Apesar das dificuldades, as associações se mantiveram ativas, em boa medida, graças às parcerias públicas que asseguram o custeio de algumas despesas como aluguel de galpão e transporte. Em consequência da “desmotivação”, provocada pela diminuição da renda decorrente da queda dos preços, alguns catadores abandonaram os empreendimentos. Alguns, entretanto, tentaram compensar a queda de preço aumentando a produção através da ampliação do tempo de trabalho diário nos finais de semana.

A autorregulação mercantil implica que toda a produção deve ser direcionada para a venda no mercado e todos e quaisquer rendimentos derivam de tais vendas. Por isso, tudo pode ser vendido e transformado em renda, inclusive o trabalho, a terra e o dinheiro, componentes fundamentais para o desenvolvimento industrial e cujos preços são, respectivamente, o salário, o aluguel e os juros. O juro é o preço para o uso do dinheiro, o aluguel, o preço para o uso da terra e os salários, para o uso da força de trabalho. Mas nem sempre se aceitou como “natural” esses mecanismos autônomos de preços (Polanyi, 1944).

Na Idade Média, os juros eram condenados pela Igreja, que via o crescimento da economia monetária como uma grande ameaça à sociedade na medida em que provocava o recuo da ocupação dos solos e, assim, a possibilidade da fome. Temia-se a deserção dos campos pelo fato de os camponeses terem se tornado usurários (especialistas em empréstimos a juros) ou de serem privados de gado e de instrumentos

de trabalho pelos possuidores de terra, também atraídos pelos ganhos da usura (Le Goff, 1989).

Os juros eram considerados pela Igreja um roubo de tempo e, portanto, um roubo a Deus, uma vez que o tempo apenas a Ele pertencia. Recusava-se qualquer produtividade ao dinheiro, ao capital, por entendê-lo contra o *plano do Criador*. O homem medieval, que antes via o trabalho como castigo do pecado original, como uma penitência, passou depois a valorizá-lo cada vez mais como um instrumento de resgate de dignidade, de salvação, de *colaboração à obra do Criador que, também, depois de ter trabalhado, repousou no sétimo dia*. O trabalho constitui, portanto a verdadeira fonte das riquezas, conforme foi dito no livro do Gênesis, (III, 19) “*Comerás teu pão com o suor de teu rosto*”. Assim, o dinheiro a juro era antinatural porque não descansa, ao contrário, trabalha noite e dia, domingos e feriados (Le Goff, 1989, p.42). A única probabilidade de salvação do usurário era a restituição integral do que ganhou, sendo que a maldição poderia estender-se a seus herdeiros, caso eles não obedecessem ao dever de restituição.

Os usurários da Idade Média teriam sido os iniciadores do capitalismo. O medo do inferno, numa sociedade em que toda consciência era uma consciência religiosa, freava o desenvolvimento da economia monetária. O surgimento da ideia de purgatório trouxe a esperança de escapar do inferno e permitiu ao usurário desenvolver a economia e a sociedade do século XIII em direção ao capitalismo (Le Goff, 1989).

Do mesmo modo que o capital usurário queria se ver livre dos imperativos religiosos, a ideia de mercado autorregulável pressupõe a divisão entre economia e política. Os teóricos do liberalismo acreditavam que a economia ajustaria por si mesma e que qualquer intervenção do estado poderia prejudicar esse equilíbrio. Eles defendiam que o mercado precisava ser livre para, através do jogo da concorrência, achar seu equilíbrio (Polanyi, 1944).

Com o desenvolvimento do mercado e a venda da força de trabalho, surge também um mercado de reserva de mão de obra. “O trabalho deveria encontrar seu preço no mercado”. Isso aumentou a pauperização e a precarização das condições de trabalho. Os trabalhadores, cuja sobrevivência passou a depender da venda da sua força de trabalho, se viram obrigados a se submeter às mais diversas e precárias condições de vida e de

trabalho em troca de um salário. Os vínculos sociais também se transformaram na medida em que as pessoas tiveram que se deslocar das comunidades de origem para viver em locais distantes onde pudessem vender sua força de trabalho⁶. Depois de certo tempo, os trabalhadores perceberam a necessidade de se proteger da selvageria do mercado e criaram as corporações e sindicatos (Polanyi, 1980).

Com a expansão dos mercados houve também a necessidade de se criar proteção contra ataques de ladrões e também contra ameaças do mercado externo, uma vez que as fronteiras foram eliminadas em função da liberdade de comércio. Até mesmo as empresas agrícolas e comerciais tinham suas existências ameaçadas sob um sistema de mercado. Se os preços caíssem, o negócio era prejudicado, já que as empresas eram forçadas a liquidar seus produtos, ainda que não houvesse a queda nos custos de produção.

As ideias de progresso e o pauperismo eram inseparáveis, no entanto, havia ainda a incompreensão da natureza do pauperismo. Conforme disse Robert Owen, “se deixasse a economia de mercado desenvolver-se de acordo com as suas próprias leis, ela criaria grandes e permanentes males” (Polanyi, 1944).

O mercado se expandiu e foi acompanhado por um movimento que limitava a sua expansão e, embora essas restrições fossem vitais para a proteção da sociedade, era incompatível com a autorregulação do mercado e, portanto, com o próprio sistema deste. Polanyi (1944) assim apresenta essa contradição:

“Uma tal instituição [o mercado autorregulável] não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas quaisquer que tenham sido essas medidas, elas prejudicaram a autorregulação do mercado,

⁶ Seria interessante tratar, aqui, dos processos de urbanização que, juntamente com a industrialização, cria desequilíbrios no metabolismo homem-natureza, um dos aspectos sendo exatamente a produção de lixo em escala crescente. Reencontramos aqui o lugar social do catador, excluído do mercado de trabalho pelas leis de compra e venda da força de trabalho.

desorganizaram a vida industrial e, assim, ameaçaram a sociedade de outras maneiras.” (p.23)⁷

Polanyi (1944) critica o mito da autonomia do mercado evidenciando a importância fundamental do estado na manutenção do equilíbrio e do crescimento econômico. Com todos os impactos negativos do mercado na vida econômica social, o estado acaba assumindo um papel de regulador e minimizador dos impactos causados pela economia de mercado através da criação de leis e medidas protecionistas ou de estímulo à economia, de financiamento de segurança pública, do desenvolvimento tecnológico, entre outras ações. A crise econômica internacional de 2008 mostrou a importância do estado na regulação do mercado, mesmo sob o ideário neoliberal.

3.2. A Solidariedade Seria uma Alternativa às Mazelas do Capital?

A autonomização da economia, como dissemos, é um traço característico da modernidade, que acarreta uma série de problemas sociais e mesmo ineficiências na produção. Um traço característico dessa autonomização é que o número de pessoas excluídas do sistema econômico é cada vez maior. Em uma economia mercantil, a produção não é organizada em função do trabalho disponível, mas tão somente do trabalho necessário (Mészáros, 1989). A busca por um sistema dinâmico leva as empresas a “enxugar” seus quadros, diminuir custos, aumentar a produtividade e a competitividade. Por outro lado, a economia que cria excluídos em massa, confia à sociedade a tarefa de reincluí-los, uma vez que nas sociedades modernas, quando uma pessoa perde o emprego, perde também sua identidade social. Caberia ao estado a tarefa de recompor o tecido social, esfacelado pelo capitalismo, preenchendo o fosso que separa excluídos e incluídos do mercado; no entanto, o que se observa é que o estado não é capaz de assumir tal tarefa⁸. É nesse contexto de contradições e impotências que se apela à solidariedade, ao dom.

⁷ Tradução corrigida a partir do texto em francês. A tradução brasileira dizia “ameaçaram a sociedade em mais de uma maneira”.

⁸ E como poderia se o estado não é uma instituição externa ao capitalismo, mas um de seus elementos constitutivos? Poderia uma parte resolver as contradições do todo do qual faz parte? Para Marx, diante das misérias sociais produzidas pelo capital, o estado pode apenas propor medidas administrativas paliativas (como as medidas compensatórias e as políticas redistributivas hoje praticadas): o estado é para Marx a “impotência em ação” por não poder atuar nas causas diretas dos males sociais, apenas em seus efeitos aparentes (Marx, 1844)

A solidariedade tornou-se uma palavra freqüente no vocabulário moderno. Por todo lugar, nas ruas, nos sinais de trânsito, bancos e supermercados há apelos à solidariedade. Empresas e grupos autônomos solicitam às pessoas que partilhem, se não diretamente o seu dinheiro, algo que se tenha comprado para seu próprio consumo ou o seu tempo. O próprio estado estabelece solidariedades forçadas através da criação de taxas e impostos (Godelier, 2001). A arrecadação de fundos em campanhas de solidariedade beneficia-se até mesmo da intermediação de empresas capitalistas especializadas, mais eficientes em arrecadação de dons (Godbout, 1992).

Esse fenômeno, hoje massificado pelas campanhas da mídia, não é novo. A crítica ao economicismo, em especial aos agentes econômicos que racionalmente otimizam recursos e sempre agem buscando seus próprios interesses, já havia levado ao reconhecimento de outras relações econômicas ou, mais propriamente, sociais, que não se reduzem ao comportamento do homem econômico racional. Relações de confiança, parcerias entre empresas concorrentes e, de modo geral, relações de troca que não se medem por valores monetários não são exclusivas de épocas pré-capitalistas, de sociedades tradicionais não regidas por relações econômicas racionais. Em uma primeira aproximação, é forçoso reconhecer que essas relações sociais, não imediata ou exclusivamente econômicas, sempre coexistiram com as trocas econômicas, mesmo nas economias mercantis. A economia da dádiva readquiriu força nesse fim de século em parte devido ao crescimento da chamada “economia solidária”, que desperta interesse enquanto fenômeno empírico e enquanto modelo de organização social, sustentada em princípios e relações de intercâmbio que subsumem o econômico ao humano-social. As trocas entre os homens já não se regeriam mais pelas medidas e valores econômicos, mas por medidas e valores sociais, como a dádiva, cuja dinâmica não obedece a normas de equivalência econômica. Como mostra Mauss (1974), os presentes trocados servem de suporte para estabelecimento de relações pessoais, ao mesmo tempo desinteressadas e obrigatórias, pois o dom implica o contradom, devolver ou prestar serviço a quem lhe presenteou. Diferentemente das vendas mercantis, na economia da dádiva, as coisas não se separam de quem as troca. Elas se movimentam, mesmo quando se trata do mesmo objeto, tão somente porque tecem uma rede de vínculos e obrigações sociais.

Os estudos de comunidades pré-capitalistas mostram que o dom sempre existiu e existe em todo lugar, embora não seja igual em toda parte. Ele se caracteriza, em oposição ao mercado, pela ausência de cálculo e de contabilidade, enquanto o mercado se apresenta como o lugar das relações de interesses, da contabilidade, e, em oposição ao estado, que é o espaço da obediência e respeito às leis, onde todos são iguais. O dom pressupõe a liberdade e a espontaneidade⁹ (Godbout,1992).

3.3. A Função e a Lógica da Dádiva

Uma referência obrigatória para compreender a dádiva é Marcel Mauss, que investigou o fenômeno das trocas nas sociedades primitivas, analisando rituais sagrados praticados por diversas tribos e buscando compreender o sentido das trocas entre seus membros, entre tribos e também com os deuses. Segundo Mauss (1974), existiria um espírito nos objetos (*hau*) que faz com que, depois de doados, eles retornem ao seu doador de origem. Haveria também, na sociedade, relações sociais fundamentadas em três elementos: dar, receber e retribuir. Dessa forma, toda dádiva, todo presente cria em quem recebe a obrigação de retribuir e, assim, se estabelece um vínculo social entre doador e receptor que faz com que os objetos circulem. É através da circulação que os objetos ganham valor e retornam a sua origem, retribuindo ao seu doador. A dádiva, portanto, estaria ligada a um complexo sistema de trocas que liga doador e receptor, fazendo com que os objetos circulem e todos os envolvidos se beneficiem desses vínculos, que constituem a trama da vida social.

O princípio geral dessas trocas é de que todo dom deve ser retribuído com um contradom de valor igual ou maior. A transferência de um dom é um meio de instituir uma relação de dependência recíproca, que acarreta conseqüências sociais para os protagonistas, obrigações, mas também vantagens. No movimento das trocas, os dois parceiros criam dívidas um com o outro que hora se equilibram, ora se distanciam, mas é nesse movimento que se estabelecem laços. Assim o *dom e o contradom é a maneira mais simples de produzir dependência e solidariedade* (Godelier, 2001, p.156).

⁹ É questionável a natureza dessa “espontaneidade” dos comportamentos e atos implicados no dom. Bordieu vê no desprendimento ao dinheiro um *habitus* de classe independentemente dessa questão de fundo. O fato é que o dom pressupõe esse desprendimento “espontâneo” para funcionar enquanto dom.

Se todo presente implica uma retribuição, de valor igual ou maior ao que foi recebido, aceitar um dom é mais que aceitar uma coisa, é aceitar que aquele que dá exerça poder sobre aquele que recebe. Mauss (1974) abordou essa questão analisando a esmola, em que quem recebe não tem condições de retribuir. A esmola, segundo Mauss, seria uma forma de humilhar o receptor e manter a estrutura de dominação do mais forte sobre o mais fraco.

As trocas teriam a função de criar vínculos entre os homens e entre os grupos e esses vínculos é que garantem a sobrevivência e a reprodução de uma comunidade:

“Dar parece instituir simultaneamente uma relação dupla entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de solidariedade, pois quem dá partilha o que tem, quiçá o que é, com aquele a quem dá, é uma relação de superioridade, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através dessa dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir “restituir” o que lhe foi dado”. (Godelier, 2001, p.23)

A força presente no objeto que faz com que o receptor retribua a dívida reside no fato de que a coisa não é alienada quando é dada e, por isso, ela continua fazendo parte da essência inalienável que constitui a identidade do grupo. Trata-se de um bem, segundo Mauss (1974), cujo uso pode ser cedido, mas nunca a propriedade. Reconhecido isso, surge uma outra questão: Quais as razões para a inalienabilidade dessas coisas? (Godelier, 2001)

Mauss (1974) atribui a inalienabilidade dos objetos a propriedades espirituais, de *essência moral e religiosa*, que têm origem no mundo das crenças, das ideias e ideologias. Esse ponto é objeto da crítica de muitos autores, como Lévi-Strauss e o próprio Godelier, que destaca que o direito ocidental havia separado as coisas das pessoas e distinguido dois direitos, um aplicado às coisas e outro às pessoas. Mauss, no entanto, teria considerado apenas o espírito do doador no objeto doado e desconsiderado a questão de direitos que vinha com a coisa em questão. O doador original não deixa de ter direitos sobre o objeto que deu, qualquer que seja o número de pessoas entre as quais

este objeto circula (Sahlins,¹⁰ 1976, apud Godelier, 2001). Assim, o primeiro doador guarda a propriedade inalienável do objeto enquanto todos os demais gozam de direitos de posse e de uso dele que são alienáveis e temporários e, por isso, transferidos de um para o outro (Godelier, 2001). Essa visão também é compartilhada por Annette Weiner (1988, apud Godelier, 2001), que ressalta a importância das mulheres e/ou do feminino no exercício do poder, nos mecanismos de legitimação e de redistribuição do poder político-religioso entre os grupos que compõem uma sociedade. A partir de exemplos de tribos da Polinésia e outros, ela mostra que grande parte dos bens preciosos consagrados como tesouros de um clã, como símbolos de uma categoria e de um título ou circulando como objetos preciosos nos dons/contradons são bens femininos, produzidos pelas mulheres e sobre os quais elas têm direitos particulares.

As dificuldades teóricas para o entendimento dessa questão se concentram em torno da interpretação da natureza dos objetos preciosos que circulam nos dons. Tais objetos são coisas materiais cujo valor reside numa realidade imaterial e imaginária neles presentes. Eles têm ideias e símbolos que lhes conferem uma força social utilizada pelos indivíduos e pelos grupos para agirem uns sobre os outros, quer para estabelecer novas relações sociais, quer para reproduzir as mais antigas. Ao considerar evidente a inalienabilidade das coisas sagradas, Mauss deixou fora do seu campo de análise os objetos sagrados e acabou criando a ideia de que a troca era o todo da vida social. Isso deu margem para que Lévi-Strauss propusesse a ideia das trocas como fundamento da sociedade (Godelier, 2001).

Lévi-Strauss acredita que o sistema de trocas é o que funda a civilização através da combinação de três formas de trocas: a troca de símbolos e palavras, que funda a cultura; a troca de mulheres, que funda as relações de parentesco e a troca de bens, que cria a economia. A universalidade desse fato é contestada, sobretudo no que se refere à troca de mulheres. “O social não se reduz a soma das formas de troca possíveis entre humanos”. Além da esfera das trocas, existe também o inalienável e a sociedade nasce e se mantém da interdependência dessas duas esferas (Godelier, 2001; p.15).

¹⁰ Marshall Sahlins. *Âge de Pierre, âge L'abondance*, Paris, Gallimard, 1976, p. 211-212

No campo do social, há coisas que é preciso guardar, não dar. Essas coisas guardadas, objetos preciosos, saberes, ritos, “afirmam em profundidade as identidades e sua continuidade através dos tempos e, mais ainda, a existência de diferenças de identidade entre os indivíduos, entre os grupos que compõem uma sociedade” ou que querem se situar em relação aos outros, no conjunto de sociedades ligadas entre si (Weiner, 1992, apud Godelier, 2001, p.54). Os bens preciosos que são conservados são aqueles que concentram em si o maior poder imaginário e, portanto, o maior valor simbólico (Godelier, 2001).

A sociedade humana se constitui de duas fontes: por um lado, a troca, o contrato, e por outro, o não contratual, a transmissão. Por isso, há sempre, no ser social, coisas que escapam ao contrato, que não são negociáveis, que se situam além da reciprocidade. Como explica Godelier (2001):

“Quer no parentesco, quer na política, há sempre em todas as atividades humanas, para que se constituam, algo que precede a troca e onde a troca vem se enraizar, algo que a troca altera e conserva alternadamente, prolonga e renova ao mesmo tempo. Essa antecedência cronológica e essa prioridade lógica só existem como momentos de um movimento perpétuo que tem sua fonte no modo de existência original do homem como ser que não somente vive em sociedade, mas produz sociedade para viver.” (p.59)

Os objetos preciosos, que eram os objetos de dom, encontram-se entre dois princípios: a inalienabilidade dos objetos sagrados e a alienabilidade dos objetos comerciais. São ao mesmo tempo alienáveis e inalienáveis porque funcionam como substitutos dos objetos sagrados e das pessoas e, portanto, são também objeto de poder e de riqueza. “Neles estão presente todo o imaginário de uma sociedade e são todos os duplos imaginários dos seres humanos, aos quais essas sociedades atribuíram os poderes de reproduzir a vida, de trazer saúde, prosperidade ou os seus contrários, morte, fome, extinção do grupo”. A circulação dos objetos preciosos na tribo não poderia nunca ser interrompida e os objetos só eram dados com a condição de que seriam transmitidos a um terceiro (Godelier, 2001, p.146).

Nas comunidades baseadas no dom, os objetos que circulam nas trocas de dons seriam duplos substitutos: substitutos de objetos sagrados (ossos, títulos, posses) e de seres humanos (casamento, morte). Na economia mercantil, entretanto, a natureza “das coisas” foi destruída na medida em que a equivalência assumiu um caráter mais abstrato e as pessoas tornaram-se equivalentes a coisas e as coisas às pessoas. Nessa sociedade, tudo se transforma em mercadorias que podem ser equiparadas entre elas se medidas com o mesmo metro, ou seja, uma moeda universal (Godelier, 2001, p.228-229). Enquanto no dom aquele que cede mantém os direitos sobre o que deu, na lógica mercantil, depois que a mercadoria é comprada, o receptor torna-se proprietário dela e os dois negociadores ficam independentes, sem obrigações um em relação ao outro.

3.4 . O Dom Moderno

As transformações sociais que culminaram no estabelecimento do capitalismo marcaram também o surgimento da era moderna e com esta vieram os conflitos decorrentes da fragmentação da vida social. As novas formas de produção, a especialização do trabalho, as relações hierárquicas de poder, o contrato privado são algumas características das sociedades modernas, também marcadas por uma economia e uma moral de mercado e de lucro.

As práticas primitivas se transformaram na medida em que as comunidades estabeleceram relações com comerciantes e colonizadores e tiveram que se adaptar a um novo conjunto de condições políticas e econômicas.

Nas ciências sociais, usualmente se distinguem dois tipos de sociabilidade no mundo moderno: as primárias e secundárias. A sociabilidade primária constitui os sujeitos como pessoas sociais. Ela opera na esfera das relações pessoais estruturando os domínios da família, amizade e vizinhança. A partir dela, estrutura-se a sociabilidade secundária, que forma o sujeito para desempenhar funções econômicas, políticas ou administrativas na esfera do mercado e do estado (Godbout,1992; Caillé, 2003).

Caillé (2006) afirma que a sociedade moderna se edificou sob duas grandes lógicas sistêmicas e funcionais: a lógica do mercado, que tem motivações e interesses

particulares e se regula pela lei da equivalência, e a lógica do estado representativo, que se organiza a partir do monopólio da violência legal. Godbout (1992), no entanto, distingue três esferas da sociedade moderna: o mercado, o estado e a esfera doméstica ou privada (da sociabilidade primária). Ele utiliza a distinção de Hirschman (1970, apud Godbout, 1992) entre *exit*, *voice* and *loyalty* para caracterizar essas três esferas.

O mercado se define pela ideia de liberdade. Para que ele se desenvolva, é importante que as pessoas sejam livres e tenham a possibilidade de sair da relação (*exit*) a qualquer momento em que uma das partes se sinta insatisfeita. O estado é a esfera política, que se regula pela discussão e pelo debate (*voice*). Ele está baseado no princípio do direito e iguala os cidadãos, estabelecendo que todos têm direitos iguais. A esfera doméstica seria caracterizada pela lealdade (*loyalty*) e é considerada como o lugar por excelência do dom na sociedade moderna. Embora essa separação reserve um espaço específico para o dom, diferenciando seus princípios dos demais, caberia perguntar de que forma elas coexistem, qual a natureza da relação entre elas e se, de fato, constituem esferas isoladas (Godbout, 1992).

Durante algum tempo acreditou-se que, pelo seu trabalho, situado fora das relações privadas, o indivíduo cumpria suas obrigações sociais em troca de um salário e que uma parte deste era obtida por meio do estado para atender necessidades que o mercado não satisfazia. Dessa forma, a esfera privada se destituiria de todas as tarefas concretas de produção de bens ou serviços, sendo exclusivamente um espaço de afeto. Entretanto, algumas pesquisas mostram a alta frequência em que os problemas não resolvidos (ou causados) pelo mercado são assumidos pela esfera privada (Godbout, 1992). Nos Estados Unidos e no Canadá, cerca de 70% a 80% dos cuidados e serviços pessoais, como a atenção a pessoas idosas e bebês, são assegurados pela família (Garant e Bolduc, 1990 apud Godbout, 1992 – p.40), e na França, um terço das crianças com menos de um ano passam o dia com as avós (Cuturello, 1988, apud Godbout, 1992, p.40).

Embora o mercado e o estado possam negar a realidade do dom através, por exemplo, das ideias de “profissionalização”, como vemos acontecer hoje em diferentes serviços, o dom ainda se mostra presente no interior dessas instituições, onde os valores altruístas são indispensáveis para o seu funcionamento. Godbout (1992) relata que no auge do

modelo estado-providência, o estado acreditava que iria substituir progressivamente todas as formas tradicionais de prestação de serviços. Em Quebec, o governo previra que, no ano 2000, todas as pessoas idosas seriam cuidadas institucionalmente pelo estado. A crise, no entanto, levou o estado a muito mais moderação em relação à dimensão e à efetividade de suas intervenções, admitindo a importância das redes informais, não apenas para a manutenção da ordem financeira, como também para assegurar a qualidade dos serviços (Godbout, 1992).

Ainda que o estado reconheça hoje a contribuição do setor associativo e a presença do dom no interior do seu aparelho, o conflito em relação aos princípios de um e de outro permanecem. O dom se opõe tanto ao princípio público da igualdade como ao princípio mercantil da equivalência. Dessa forma, verifica-se com frequência a dificuldade experimentada pelas associações voluntárias em manter laços habituais com os seus “clientes” quando colabora com o setor público. A intervenção do estado, segundo Godbout (1992), “tenderá sempre a transformar o ato gratuito de alguém num trabalho não remunerado, a modificar-lhe assim o sentido e a efetuar a desconstrução social do dom ao inseri-lo num modelo de equivalência monetária.” A gênese do estado moderno, segundo Alain Guéry (1983 apud Godbout, 1992), consistiu na passagem do dom ao imposto, mas um “dom imposto” não é um dom. O estado-providência prolongou tal tendência ao substituir os sistemas de dom pela segurança social, passando de um sistema de dons a um sistema de direitos. (Godbout, 1992).

O dom aos desconhecidos é específico do dom moderno. Embora o estado tenha preenchido as funções que estavam anteriormente sob responsabilidade dos sistemas de dom, sua ação se desenvolve entre estranhos e, dessa forma, ele concede um papel determinante aos intermediários, “que tendem a espalhar o seu próprio sistema” (Godbout, 1992). Esses sistemas criam relações entre os homens, mas os deixam fora delas. Por isso, o estado corre o risco de produzir efeitos perversos se não acompanhar as redes sociais ou não estiver na mesma frequência que elas (Simmel, 1987, apud Godbout, 1992).

Ainda que nas nossas sociedades ocidentais modernas o dom não ocupe o mesmo lugar na produção e reprodução das relações sociais fundamentais como nas comunidades primitivas, ele está presente nas relações sociais atuais, sobretudo nos espaços

informais, ou não oficiais, nos interstícios do mercado e do estado. Na verdade, diferentemente do que acontece com o mercado, o universo do dom requer o implícito, o não dito. “A magia do dom não é susceptível de atuar se as suas regras não continuarem informadas” (Godbout, 1992). Por isso é que se opõe aos espaços formais, institucionalizados e como não pode ser dito, também é dificilmente percebido. Uma discussão que emerge na sociedade moderna, baseada no interesse individual, se refere à autenticidade do dom. É difícil acreditar que exista um gesto verdadeiramente desinteressado e gratuito. Como afirma Godbout (1992), “o dom gratuito efetivamente não existe porque o dom serve para estabelecer ligações”. Logo, uma relação sem esperança de retorno, em sentido único e, portanto, gratuita, sem motivo, não seria uma relação. Godbout (1992) observa que essa preocupação com a gratuidade se refere ao temor dos modernos de estabelecer relações. Pode também ser associada ao *habitus* e a valores incalculados pelas relações mercantis em que se deve desconfiar de tudo e de todos.

Aos modernos, o dom pode parecer perigoso na medida em que cria um tipo de relação, nem sempre desejada, como no caso do cavalo de troia ou da maçã envenenada dada pela madrasta à Branca de Neve nos contos de fada. As dívidas, mesmo que pequenas, são perigosas, às vezes até insuportáveis, porque obrigam uma forma de retribuição e o estabelecimento de um laço. Por isso, muitas vezes o dinheiro ou o recurso a uma lógica mercantil são utilizados como os antídotos e, ao mesmo tempo, como contradons (Araújo, 2008).

O dom está presente na totalidade da existência social tanto nas sociedades modernas e contemporâneas quanto antes, nas sociedades arcaicas. “Nada pode iniciar-se ou empreender-se, crescer e funcionar, que não seja alimentado pelo dom, a começar pela vida que é dada, geralmente, no seio de uma família, legítima ou ilegítima”. Godbout ainda defende que as famílias certamente se dissolveriam se recusassem as exigências do dom e quisessem parecer uma empresa. Da mesma forma aconteceria com as relações de amizade que pressupõem reciprocidade e espontaneidade, ou até mesmo as relações de funcionários com empresas se eles não dessem mais do que aquilo que o salário lhes oferece, ou se não houvesse um número de cidadãos prontos para morrer pela pátria (Godbout, 1992, p.20).

A forma como a tradição intelectual do utilitarismo, ou seja, como a ciência formula as questões, impede-nos de perceber que o dom constitui o sistema das relações propriamente sociais irredutíveis às relações de interesse econômico ou de poder. A forma utilitarista tende a considerar que o dom não existe uma vez que o dom autêntico seria completamente desinteressado. Ora, isso é impossível porque, nesse sentido, o dom autêntico supõe um altruísmo verdadeiro e este também é impossível porque o altruísta deverá ter um interesse egoísta em ser altruísta (Godbout 1992; p.14).

O desaparecimento da vida comunitária trouxe ao homem a incapacidade de viver e pensar o modo como se encontram e fundem o individual e o coletivo. Para superar esta oposição entre dom e interesse, Caillé (2006) propõe uma concepção na qual interesse e dom se interpenetram na ação dos homens comuns. *O dom existe enquanto for aceita a possibilidade de uma falha na reciprocidade*. Essa aceitação é símbolo da generosidade e do “desinteressamento”. O autor estabelece uma distinção entre *interesse em* e *interesse por*. O primeiro se trata de um interesse instrumental, exterior em relação à atividade, em que a ação interessada é um meio para se obter algo, enquanto o segundo estaria ligado ao prazer e, por isso, a atividade já seria um fim em si mesma. O que torna essa discussão complexa é o fato de que *interesse em* e *interesse por* não são isolados um do outro, como fica evidenciado no exemplo abaixo:

“Antes de fazer do esporte seu ganha-pão, o jogador profissional se lança no jogo por paixão, por *interesse por*. É difícil crer que ele continue a ser um bom jogador se vier a perder todo o prazer no jogo, mas ele só será um bom profissional se subordinar o interesse por ao *interesse em*.” (Caillé, 2006, p.57)

Caillé (2006) e Godbout (1992) requalificam o conceito do dom como sendo toda a prestação efetuada sem esperança de retorno determinado, visando alimentar o elo social. Um dom feito por obrigação, por obediência a uma norma ou convenção social, é considerado um dom de qualidade inferior. As regras do dom devem ser implícitas, por isso, não se revela o preço de um presente. Chega-se a ponto de negar a importância do próprio dom, como expresso nas expressões de cortêsias – “de nada”, *de rien, my pleasure* – que responde o doador quando o receptor lhe agradece. O doador diminui a obrigação de retribuir e torna incerta a retribuição, deixando o outro livre para dar ou

não. Lefort (apud Godbout, 2002, p.75) bem observou que *não fazemos dons para sermos retribuídos, mas para que o outro faça seu dom*. Assim, os atores implicados no dom introduzem voluntariamente uma incerteza, um risco na aparição do contradom, com o objetivo de se afastarem do contrato (mercantil ou social), assim como do dever ou de qualquer regra do tipo universal, uma vez que esta obriga o outro, independentemente de seus sentimentos ou do vínculo que possa existir (Godbout 2002).

A liberdade do dom se distingue da liberdade do mercado uma vez que não se concretiza pela liquidação da dívida, nem consiste no fato de que, para o ator, a saída da relação seja mais fácil. Ao contrário, ela se situa no interior do vínculo social e consiste em tornar mais livre o próprio vínculo através da multiplicação dos rituais que, no âmbito da relação, visam diminuir o peso da obrigação para o outro. “O dom é um jogo constante entre liberdade e obrigação” (Godbout, 2002).

3.5 Economia Solidária e Dádiva

O conceito economia solidária refere-se a práticas muito variadas, cujas comparações trazem dificuldades conceituais ao debate. Por isso, evitamos um modelo conceitual de definição do que seria um “empreendimento solidário”, embora tenhamos nos valido dessa terminologia para tentar estabelecer uma diferenciação das experiências tradicionais mercantis, uma vez que essa é a hipótese que tentaremos aqui investigar. Mas existem outras razões mais substantivas para fugir das definições e dos conceitos. A solidariedade, para nós, é um processo em desenvolvimento, uma construção prática, que dificilmente, em sua diversidade, se deixa apreender por conceitos a priori. Não se organizam os empreendimentos da economia solidária a partir de uma definição prévia do que é solidariedade, mas esta é que se forma a partir das práticas dos produtores associados. Essa inversão é típica do militantismo utópico; na vida real, são os empreendimentos existentes que definem a solidariedade possível, tendo como base a história de cada um.

O surgimento e desenvolvimento da economia solidária, conforme mencionamos, relacionam-se ao contexto de crise econômica ampla que afeta as diferentes economias

do mundo, inclusive as bases do mecanismo histórico de regulação das sociedades na modernidade, marcadas pela sinergia entre estado e mercado. Ela tem por vocação combinar uma dimensão comunitária, mais tradicional, com uma dimensão pública, mais moderna na sua ação. No caso das cooperativas de produção e prestação de serviços, a dimensão pública se apresenta na medida em que a organização se produz a partir de uma problemática de geração de trabalho e renda. Além da sua ação no mercado, cujo benefício social, a princípio, restringe-se apenas ao grupo dos cooperados internos, o que por si só já difere da lógica capitalista em razão da apropriação coletiva dos ganhos, a tendência do movimento é de valorização de uma dimensão pública da sua ação mediante a ênfase nos impactos da organização na vida local (França Filho e Laville, 2004).

A combinação de uma solidariedade distributiva com uma solidariedade recíproca reforça a capacidade de auto-organização da sociedade. A solidariedade baseada na reciprocidade no espaço público é o que promove a solidariedade redistributiva. Tal visão distancia-se de Godbout, para quem o dom não existe na presença de cálculo e contrato. No entanto, a solidariedade recíproca não deriva do utilitarismo, uma vez que o resultado conta menos que a instauração de um elo democrático não contratual, ou seja, mais importante que alcançar os bens da distribuição, seriam as relações estabelecidas através dessas iniciativas populares (Laville, 2004).

O fenômeno da economia solidária se apresenta numa perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade, a auto-organização social, envolvendo ações ao mesmo tempo econômicas e políticas. Assim, entre várias formas de interpretação desse fenômeno, existem aquelas que enxergam nessas experiências uma possibilidade do surgimento de uma “outra economia”, capaz de substituir o mercado capitalista para criar o “mercado solidário”, ou seja, submeter o capitalismo às regras de solidariedade. Outras perspectivas consideram a possibilidade de fazer emergir um “terceiro setor” regido pela dádiva, sem a supressão do mercado e do estado. Trata-se de uma visão liberal e funcionalista que limita a ideia de economia solidária a uma demanda funcional, que teria o papel de ajustamento social, corrigindo as lacunas deixadas pelo mercado e pelo estado (França Filho, 2002c; Nyssens, 2000; Evers, 2000 apud França Filho e Laville, 2004, p.114).

3.6 Autonomia e Poder

Entre os aspectos frequentemente discutidos na tentativa de compreender melhor os empreendimentos solidários, destacam-se: a natureza e a origem dos recursos mobilizados nas iniciativas, refletindo os mecanismos de sustentabilidade; sua autonomia gestonária e a natureza das relações interinstitucionais que são estabelecidas; o processo de tomada de decisão e os valores requeridos; o padrão das relações sociais estabelecidas no grupo de trabalho e a natureza do vínculo social que se tenta construir; e sua finalidade (França Filho e Laville, 2004).

A autonomia talvez seja uma das questões mais polêmicas e a base da discussão dos demais aspectos. Os desafios se apresentam pela relação de subordinação dos empreendimentos solidários à economia capitalista, que estabelece um conjunto de tensões a serem enfrentadas. Esses empreendimentos estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas aos agentes econômicos de modo geral. Em consequência, eles são compelidos a adotar instrumentos do capitalismo para responder às premissas de produtividade competitiva (Gaiger, 2002 apud Gaiger, 2004).

“Cedo percebem que não basta simplesmente repetir críticas à economia dominante, tampouco as boas intenções de dotar o empreendimento de admirável índole social. Sofrem as consequências da divisão social do trabalho instaurada pela lógica da produção capitalista cuja expressão material são os diferentes arranjos técnico-produtivos, em suas variantes pré-fordista, fordistas e pós-fordistas. Ademais, por conta de sua insuficiente ou nula capitalização os empreendimentos solidários necessitam realizar a sua *acumulação primitiva*, sem contarem com outra alternativa razoável senão, à parte suas parcas economias privadas, gerar excedentes coletivamente sobre o seu próprio trabalho. Para tanto, precisam acionar os circuitos da gestão e do trabalho partilhados, provendo-se ao mesmo tempo de recursos sociopolíticos e sabendo tirar proveito máximo da própria *experiência*.” (Gaiger, 2004)

A gestão democrática, em que as decisões são tomadas pelo conjunto dos trabalhadores, contrapõe-se à lógica capitalista, uma vez que pressupõe a autonomia dos trabalhadores

na organização do próprio ritmo de trabalho, o que implica na perda de controle do capital sobre a plena utilização da força de trabalho e o fim de organizações hierárquicas. O pensamento tecnocrático não consegue conceber nenhuma organização coletiva sem hierarquias, como se a liderança sempre viesse acompanhada de relações de poder. Este, de fato, é uma necessidade apenas enquanto o tecido social está esgarçado por conflitos de interesses irreconciliáveis. Mais uma vez, as sociedades primitivas podem servir de contraponto para compreender as relações de poder no capitalismo.

Segundo Clastres (1978), o poder político é universal, imanente ao social, mas se realiza de dois modos principais: poder coercitivo e poder não-coercitivo. O poder político como coerção (relação comando-obediência) não é o modelo do poder verdadeiro, mas simplesmente um caso particular, uma realização concreta do poder político em certas culturas, como a ocidental. Não existe, portanto, nenhuma razão científica para privilegiar essa modalidade de poder, fazendo dela o ponto de referência e o princípio de explicação de outras modalidades diferentes. O poder político não é uma necessidade inerente à natureza humana, isto é, ao homem como ser natural, mas uma necessidade inerente à vida social. Podemos pensar o político sem a violência, mas não podemos pensar o social sem o político; em outros termos, não existe sociedade sem poder (Clastres, 1978, p.18).

Em certas tribos, o chefe não dispõe de nenhuma autoridade ou poder de coerção para dar uma ordem. A “aposta” da tribo em um chefe está atrelada a competências relacionadas a dons oratórios, habilidade como caçador, capacidade de coordenar as atividades guerreiras ofensivas ou defensivas. Conforme observou Lowie (1948, apud Clastres, 1978), o chefe é um “fazedor de paz”, um moderador do grupo. Ele deve ser bom orador *generoso com seus bens, e não se pode permitir, sem ser desacreditado, repelir os incessantes pedidos de seus “administrados”* (p.25).

“Primitivamente, com efeito, é notável que os traços da chefia sejam bastante opostos em tempo de guerra e em tempo de paz, e que, muito amiúde, a direção do grupo seja assumida por dois indivíduos diferentes (...): há um poder civil e um poder militar. Durante a expedição guerreira, o chefe dispõe de um poder considerável, às vezes mesmo absoluto, sobre o conjunto dos

guerreiros. Mas, com a volta da paz, o chefe de guerra perde toda a sua potência. O modelo do poder coercitivo não é então aceito senão em ocasiões excepcionais, quando o grupo se vê diante de uma ameaça externa. Mas a conjunção do poder e da coerção cessa desde que o grupo esteja em relação somente consigo mesmo.” (p.25)

A sociedade, portanto, nunca deixa o chefe se transformar em autoridade política. Ele está a serviço da sociedade e esta é o verdadeiro lugar do poder, que exerce como tal sua autoridade sobre o chefe e, por isso, ele é submetido a grande vigilância pela tribo. Esse estreito controle provém da natureza da sociedade primitiva e não do cuidado consciente e deliberado como pode parecer aos modernos.¹¹ (Clastres, 1978)

Essa relação de poder está presente também no trabalho. É sempre pela força que os homens trabalham além do necessário para satisfazer suas necessidades. E essa força está ausente no mundo primitivo. Ao descobrirem a superioridade produtiva dos machados dos homens brancos, os índios os desejaram, não para produzirem mais no mesmo tempo, mas para produzirem a mesma coisa num tempo dez vezes mais curto. Entretanto, o que aconteceu foi que os machados metálicos trouxeram ao mundo primitivo dos índios a violência, a força, o poder, impostos aos selvagens pelos civilizados recém-chegados (Clastres, 1978).

A visão etnocêntrica das sociedades primitivas, que insiste numa imagem antiga da miséria do selvagem, as concebe como incapazes de produzir excedentes devido a seu subequipamento técnico e inferioridade tecnológica, mas

“Se entendemos por técnica o conjunto de processos de que se munem os homens, não para assegurarem o domínio absoluto da natureza (isso só vale para o nosso mundo e seu insano projeto cartesiano cujas conseqüências ecológicas mal começamos a medir), mas para garantir um domínio do meio natural adaptado e relativo às suas necessidades, então não mais podemos falar em inferioridade técnica das sociedades primitivas: Elas demonstram uma capacidade de satisfazer suas necessidades pelo menos igual àquela de que se orgulha a sociedade

¹¹ Clastres (1978) explica que, mesmo raro, acontece, às vezes, de um chefe querer “*bancar o chefe* e não por cálculo maquiavélico, mas antes porque ele não tem escolha” para manter seu prestígio, obtido através da guerra. Por isso ele diz que um guerreiro está fadado a desejar sempre a guerra.

industrial e técnica. Isso equivale a dizer que todo grupo humano chega a exercer, pela força, o mínimo necessário de dominação sobre o meio que ocupa. Até agora, não se tem conhecimento de nenhuma sociedade que se haja estabelecido, salvo por meio de coação e violência exterior, sobre um espaço natural impossível de dominar: ou ela desaparece ou muda de território.” (Clastres, 1974, p.134)

O homem das sociedades primitivas, muitas vezes acusado de preguiçoso, dispunha de muito tempo necessário para aumentar a produção dos bens materiais. No entanto, três ou quatro horas diárias de trabalho eram suficientes para garantir as necessidades do grupo e mais ainda, a produção de excedentes que era consumido com finalidades políticas, por ocasião de festas, convites etc. Ou seja, *a vida como natureza* é que determinava a quantidade de tempo dedicado a reproduzi-la.

“Uma vez assegurada a satisfação global das necessidades energéticas, nada poderia estimular a sociedade primitiva a desejar produzir mais, isto é, alienar o seu tempo num trabalho sem finalidade, enquanto esse tempo é disponível para a ociosidade, o jogo, a guerra ou a festa.” (Clastres, 1978, p.134).

Numa sociedade moderna, dividida por contradições e conflitos de interesses, o controle é necessário para a “manutenção da ordem social”. No entanto, os princípios políticos de igualdade e liberdade que vigoram nessas sociedades impedem a coerção pela violência direta, como no caso da escravidão. Sob o capital, a coerção econômica reveste-se de legitimidade por meio da regulação jurídica dos contratos de trabalho. No cotidiano do trabalho, a contradição capital versus trabalho, fundante da forma de sociabilidade capitalista, se expressa nos métodos de organização e no controle dos gestos de cada trabalhador. Por isso, não é possível haver consenso nem autonomia dos trabalhadores, uma vez que “o controle do capital sobre o trabalho é condição necessária para ampliar a extração da mais-valia” (Lima, 1997).

CAPÍTULO IV

PROCESSOS DE PRODUÇÃO E TRABALHO NO SETOR DE TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Nos grupos pesquisados, a coleta seletiva e o transporte dos materiais são feitos com caminhão, salvo a coleta seletiva domiciliar feita pela Ascamp, em que os catadores coletam porta a porta, depositam os materiais em *bags* e os armazenam em determinado ponto, onde são posteriormente recolhidos pelo caminhão e transportados até o galpão da associação.

Os arranjos que asseguram a mobilização da população e a coleta dos materiais recicláveis em cada local dependem das relações entre associações, prefeituras, geradores e outros parceiros. Eles têm efeitos diretos sobre a qualidade dos materiais que chegam às associações e, portanto, sobre a eficiência da etapa de triagem. Tanto a Coopert quanto a Ascamp têm um caminhão próprio para coleta de grandes geradores. A Ascamp comprou o caminhão para atender às exigências, em termos de frequência e horário, de retirada dos materiais de um grande doador. O caminhão da prefeitura, segundo os associados, além de não ser suficiente para a coleta em todos os pontos, nem sempre estava disponível para atender as exigências dos doadores, o que acabava provocando conflitos entre a associação e a prefeitura e especialmente com os geradores.

No caso de Itaúna, os caminhões disponibilizados pela prefeitura pertencem a uma empresa privada, contratada para realizar a coleta convencional e a seletiva. A equipe de coletores que trabalha no caminhão terceirizado também é terceirizada. Na Ascamp, ela é formada por associados e na Asmare, uma parte é terceirizada e outra é associada. A Asmare não tem veículo próprio, mas contrata caminhões e kombis, utilizando recursos que ela recebe de um convênio¹² com a Prefeitura de Belo Horizonte. Nesses veículos, trabalham os coletores associados enquanto que nos veículos contratados diretamente

¹² A Asmare recebe recursos mensais da prefeitura, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, que viabiliza o pagamento de serviços de transporte dos materiais, vale-transporte para associados, contratação de funcionários, telefone e outros custeios.

pela prefeitura, a equipe é terceirizada. Até o ano de 2008, uma parte do material que chegava à Asmare era coletada pela prefeitura com caminhão compactador. Embora o objetivo desse tipo de tecnologia fosse aumentar a eficiência da coleta, uma vez que ele consegue armazenar maior quantidade de material reduzindo o volume, as triadoras da Asmare se queixavam da qualidade do material que chegava ao galpão. A compactação torna difícil a triagem dos materiais visto que eles aderem uns aos outros, além de serem muitas vezes contaminados por matéria orgânica, ainda presente entre os recicláveis. Há também a presença de vidro, que se quebra e aumenta o risco de acidentes. No caso da Coopert, os associados afirmam que a empresa privada, contratada para mobilizar a população e realizar a coleta seletiva, não tem interesse em educar os moradores para a separação adequada dos materiais recicláveis porque o valor da remuneração pelos serviços de coleta seletiva e convencional é o mesmo e a empresa recebe de acordo com o peso dos materiais recolhidos. Assim, chega à cooperativa muita matéria orgânica e outros rejeitos que diminuem a eficiência do processo de triagem.

Na Ascamp, o controle da qualidade dos materiais de origem doméstica que chegam à associação é feito pelos próprios catadores associados que se relacionam diretamente com os geradores, coletando os materiais porta a porta. O vínculo do catador com o morador, embora não tenha sido o objeto dessa pesquisa, parece assegurar a qualidade da separação dos materiais na fonte. Ele permite ao catador monitorar os materiais que estão sendo disponibilizados e, se necessário, orientar os geradores sobre a forma de disposição, além de permitir que ele estabeleça acordos que melhor atendam as necessidades de um e de outro, como horários, locais para disposição, esconderijos de chave para quando o morador não estiver em casa, entre outros.

Em todas as associações, a triagem dos materiais recicláveis é o setor que mais ocupa pessoas, sendo estas exclusivamente mulheres. Conforme apresenta a tabela abaixo.

Tabela 1 – Percentual de Associados Ocupados na Triagem, Coleta, Prensagem e Outros.

Associação	Total de associados	Triagem (%)	Coleta (%)	Prensagem (%)	Outros (%)
ASMARE	43	48	20*	7	25
ASCAMP	24	39	37	8	16
COOPERT	38	52	6	17*	25

*Este número inclui também os carregadores de fardos, que realizam mais de uma função

A triagem é uma das principais etapas responsável pela agregação de valor aos materiais que são comercializados pelas associações. O preço dos materiais é definido pelo mercado de acordo com vários critérios, entre eles, cor, forma, tipo, presença ou não de rótulo ou de tampa etc. Assim, as associações organizam seu processo de produção baseando-se nesses critérios de mercado e também nas suas condições e estrutura, como espaço, instrumentos para triagem (ex. *bag*, contêiner), tempo para estoque dos materiais até a venda, tempo de trabalho para triagem, quantidade de triadores para o trabalho, entre muitos outros.

4.1. Estratégias, Experiências e Modos Operatórios na Triagem de Materiais

A eficiência do trabalho de cada um é objeto de avaliação permanente entre os associados. Essa eficiência depende da experiência acumulada pelos catadores, cuja atividade não é tão desqualificada como pode parecer a um observador externo.

O reconhecimento das diferentes características dos materiais faz com que as triadoras adotem estratégias e modos operatórios distintos para a execução do trabalho de triagem, onde se reconhece a importância da experiência delas na execução do trabalho.

As triadoras mais experientes conseguem reconhecer a origem dos materiais. De acordo com as características apresentadas, elas conseguem até mesmo identificar os bairros e os doadores que melhor separam os materiais para a coleta seletiva. Elas utilizam esse conhecimento para regular sua atividade, por exemplo, priorizando a triagem de determinados lotes nos quais elas identificam a presença de maior quantidade de matéria orgânica, o que pode provocar decomposição e perda do material se estocado por muitos dias, além de atrair vetores de doenças e exalar mau cheiro, dificultando o manuseio. Um dos maiores doadores de materiais da Ascamp é uma empresa de laticínios e uma granja, que destinam resíduos plásticos que contêm resíduos orgânicos.

De forma geral, os materiais oriundos de grandes geradores e centros comerciais apresentam-se menos misturados que os materiais coletados em bairros residenciais. Eles se caracterizam por uma menor diversidade de materiais e maior quantidade, o que

facilita o trabalho na triagem. De acordo com as triadoras, é mais fácil separar um lote contendo pouca variedade de materiais, mesmo em quantidade maior, do que outro com muita variedade de materiais em menor quantidade. No caso da Asmare, o material oriundo dos grandes geradores é o que tem a menor taxa de rejeito – em torno de 5%. Os materiais provenientes da coleta domiciliar apresentam uma composição mais diversificada: são vários tipos de materiais, cada um em pequenas quantidades, sendo bem mais elevada a taxa de rejeito, que fica em torno de 40% do peso total. A presença de rejeito afeta negativamente a eficiência da triagem de diversas maneiras: exige da triadora esforço “improdutivo” em termos de movimento e peso, uma vez que a separação do rejeito não resulta diretamente em ganhos financeiros; ocupa espaço que poderia ser utilizado para separação de outros materiais recicláveis; em algumas situações, dependendo do tipo e da quantidade de rejeito, ele contamina os recicláveis que poderiam ser aproveitados e dificulta o acesso do trabalhador aos recicláveis porque aumenta a penosidade do trabalho (mau cheiro, presença de vetores indesejados) e também o risco de acidentes, como é o caso de vidro quebrado, seringas, agulhas, entre outros.

Na Ascamp, os materiais provenientes de grandes geradores, a maior parte plásticos sujos de laticínios ou resíduos de frango, são depositados em locais específicos, recebem um tratamento diferenciado dos demais visto que não podem ser armazenados por muito tempo e parte deles é lavada. Alguns chegam dentro de sacos, outros em forma de fardos que são desamarrados e triados. Na Asmare, os materiais de grandes geradores têm baixo índice de rejeito e são compostos em sua maior parte por papéis e plásticos. Normalmente, eles chegam armazenados em sacos plásticos ou em caixas de papelão, o que facilita o transporte do material até o local da triagem. Os materiais provenientes da coleta domiciliar, como na Ascamp, chegam soltos e por isso são colocados em *bags*. As triadoras mais experientes conseguem identificar, ainda no saco, o tipo de material que existe em maior quantidade e, a partir disso, decidem sobre o melhor local para despejar o conteúdo. Conforme explica uma triadora da Asmare com sete anos de experiência:

“Eu faço assim... abro o saco e se eu vejo que tem mais (papel) branco eu tiro os outros materiais e viro o resto no bag de papel branco... O material

da coleta... como tem muito rejeito... a gente já abre direto no rejeito e cata o que tiver por cima.” (Triadora da Asmare)

Esse modo operatório é importante, sobretudo, quando a triagem é realizada em *bags* ou em mesas de triagem. Outra estratégia utilizada por algumas triadoras diz respeito à organização e disposição dos *bags* nos espaços de triagem. As mais experientes adotam critérios que consideram mais funcionais para sua produção. A figura a seguir ilustra a disposição dos *bags* na triagem do material da doação, criada por uma das triadoras reconhecida entre as demais como uma das mais produtivas na Asmare.

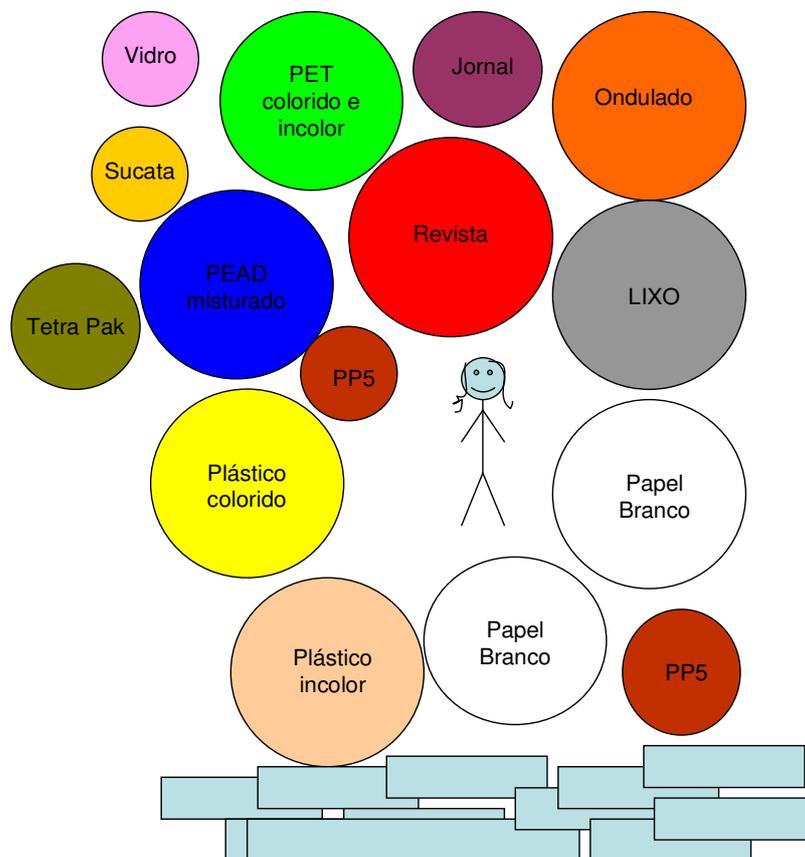


Figura 1 – Disposição dos *Bags* de Triagem

Os materiais que chegam ao galpão estão representados na figura por retângulos. Eles são empilhados no chão, ao lado da triadora que pega os sacos na medida em que tria. Nem todos os materiais ficam embalados em sacos. Alguns chegam em bombonas e são despejados no local e as triadoras utilizam-se de caixas para pegá-los e despejá-los num *bag* ou numa mesa onde farão a separação. Cada saco é rasgado com a mão, às vezes com o auxílio de uma faca, e despejado no *bag* que ela escolhe conforme a composição

de materiais presentes no saco. Por exemplo, se a triadora percebe que num determinado saco a quantidade de papel revista é maior que a dos demais materiais, ela despeja o conteúdo no *bag* de revista e, em seguida, separa os demais materiais.

O posicionamento de cada *bag* obedece a uma lógica que considera o espaço disponível, o tipo e a quantidade de material a ser triado, que é estimado a partir da experiência da triadora com base na densidade de cada material e na frequência com que ele aparece nos sacos. Uma triadora da Asmare explica que os *bags* de papel branco e revista ficam próximos a ela porque estão presentes em maior quantidade nos materiais provenientes de grandes geradores. Na triagem dos materiais oriundos da coleta domiciliar, porém, eles seriam posicionados mais distantes, porque aparecerem em menor frequência. Como mostra a figura, um segundo *bag* para papel branco foi aberto, depois que o primeiro foi preenchido e não havia ajudante disponível para retirá-lo do local. Com isso o acesso da triadora ao material fica dificultado.

O *bag* do rejeito também fica próximo, devido à frequência com que é encontrado nos sacos: *“Tudo o que eu pego tem lixo”* diz a triadora se referindo ao rejeito. O papel ondulado e o jornal podem ser posicionados a uma distância maior, uma vez que podem ser lançados com facilidade por serem mais densos.

Com relação aos plásticos, o filme incolor e o colorido são posicionados lado a lado. Normalmente os dois tipos chegam juntos e, por se tratar de um material leve e volumoso, é importante que fiquem próximos à triadora para que esta possa, de tempos em tempos, compactá-lo com as mãos para que não transborde no *bag*. O Pead e o PET ficam mais distantes, mas posicionados de tal forma que a triadora consiga lançá-los no *bag* com precisão: *“Dá pra jogar o Pead e o PET mas tem que saber a força porque senão ele quica e cai no chão”* (Triadora). PET e Pead são, posteriormente, separados por cor, uma vez que não existe espaço no box para a colocação de mais dois *bags*, implicando retrabalho para as triadoras¹³.

¹³ A rigor, não podemos ainda afirmar se a separação no chão, onde as triadoras realizam a primeira separação e depois uma triagem mais fina, representa retrabalho ou uma estratégia de separação em dois tempos, que pode ser mais eficiente. Vários aspectos podem estar envolvidos nessas opções concernentes aos aspectos operacionais: economia do corpo ou carga cognitiva ao redistribuir movimentos e decisões perceptivas; divisão de tarefas conforme competências diferenciadas para discriminação dos materiais; espaço disponível e leiaute; etc. Para responder essa questão sobre qual sistema de trabalho é mais eficiente seria necessário realizar observações e registros mais finos dos modos

O PP5, por se tratar de um material muito leve que não pode ser lançado, fica próximo à triadora. Contudo, para otimizar o espaço, ela utiliza um contêiner menor e, à medida em que este enche, despeja o conteúdo em outro contêiner mais distante. Contêineres menores também são utilizados para os materiais pouco encontrados na doação, como a sucata e o vidro, posicionados mais distantes, pois, além de pouco frequentes, são pesados e fáceis de lançar. O Tetra Pak é disposto num *bag* maior e mais próximo do catador quando se trata de material de coleta domiciliar, onde é encontrado em maior quantidade, e mais distante quando se trata de material de doação, em que aparece em menor quantidade.

Na *Ascamp*, a área coberta do galpão é muito pequena. A maior parte das triadoras prefere trabalhar na área aberta. Embora elas fiquem ao sol, há mais espaço para abrir os *bags*, conforme mostra figura a seguir.



Figura 2 - Triagem no Pátio Externo da Ascamp

operatórios e estratégias em cada arranjo da triagem com diferentes pessoas, o que foge do foco desta dissertação, que está voltada mais para a regulação de conflitos em torno da triagem do que para as formas mais ou menos eficientes de separação. É verdade que a eficiência na triagem é central no problema aqui tratado e por ser objeto de conflitos imediatamente perceptíveis entre os associados e, indiretamente, por gerar consequências sobre certas dimensões dos arranjos organizacionais: divisão de tarefas, divisão dos lotes de materiais, motivação para o trabalho, remuneração e faturamento global da associação, jornada de trabalho...

Aquelas que optam por trabalhar dentro do galpão para se protegerem do sol, compartilham alguns *bags* onde colocam os materiais triados. Essa é a forma que elas encontram para conseguir trabalhar no pequeno espaço. Na Ascamp, onde cada triadora tem uma meta diária de produção, as pilhas de material de cada uma delas são armadas todo final de tarde por um associado que é responsável por dividir a quantidade equivalente a 12 *bags* para cada triadora. Embora se tente equiparar a distribuição, ela nunca é exatamente igual para todas. O associado que faz a divisão diz que considera aspectos como volume e tipo de material, contudo, as triadoras entendem que “*é uma questão de sorte*”. “*Tem dia que para uma sai melhor tem dia que para a outra e no final fica a mesma coisa*”.

Algumas triadoras conseguem ser mais rápidas do que outras. Parte dessa diferença se justifica pela quantidade de interrupções da atividade. Por isso, algumas evitam ir ao banheiro, almoçar, outras param várias vezes para fumar, tomar água, ir ao banheiro. Essas diferenças se revelam como estratégias de cada uma para regulação da atividade. Como exemplo, observamos o caso da triadora M. da Ascamp, que gasta mais tempo para cumprir sua meta. Enquanto a maior parte das triadoras terminam de triar seus 12 *bags* por volta de 12h, M. acaba por volta de 17h. Ela tem 49 anos e tem dois filhos, sendo um independente financeiramente, que já não mora com ela, e outro de 12 anos, que vive com ela. M. é viúva e recebe benefício de pensão, que parece dar a ela uma condição econômica razoavelmente confortável em relação às demais triadoras, que são na maioria chefes de família que não têm outro tipo de renda. M. trabalhou durante sete anos numa empresa de transporte fazendo café e faxina e, depois, foi operadora de máquina numa fábrica de tecido, onde diz ter aprendido a trabalhar com calma para evitar acidente de trabalho. Sua condição socioeconômica associada à experiência profissional anterior parece influenciar a forma de regulação da sua atividade a partir dos valores que ela estabelece para o controle do tempo.

“eu não sou estressada igual às meninas... elas correm demais... não vão ao banheiro... não bebem água... eu faço hora de almoço... fumo o meu cigarro e faço o meu trabalho com qualidade... com calma... a tranquilidade que eu tenho agradeço ao meu primeiro empregador... quando eu era fiadora... ele falava ‘M. para quê essa correria? Vai com calma’... a empresa preocupava muito em evitar acidentes de trabalho... lá você tinha que correr por causa

da máquina... ela é muito mais rápida que você... aí o gerente falava 'não precisa de correria... as máquinas estão ruins... vamos com calma'... eles se preocupavam muito porque não podia ter acidente... tinha que fechar o ano com zero...aí eu acostumei sempre com o horário de fábrica... então pra mim... não faz diferença se eu chegar mais cedo em casa... quando eu chego mais cedo... eu acho estranho... ruim... aqui... agarrando ou não... eu saio às 16h... eu gasto duas horas para tomar banho... passo creme... faço maquiagem... tem dia que eu saio e vou pra casa... outros dias vou encontrar meu namorado ou vou para algum barzinho com meus amigos..." (Triadora M. da Ascamp)

M. nos apresenta um conjunto de razões que nos ajudam a compreender algumas possibilidades de regulação da sua atividade. Esse exemplo nos parece importante para mostrar que existem diferenças significativas em relação ao tempo de execução do trabalho e ao uso de estratégias que regulam este tempo.

Na Coopert, a triagem é feita na esteira, que compõe uma estrutura de quatro níveis conforme ilustra a figura a seguir.

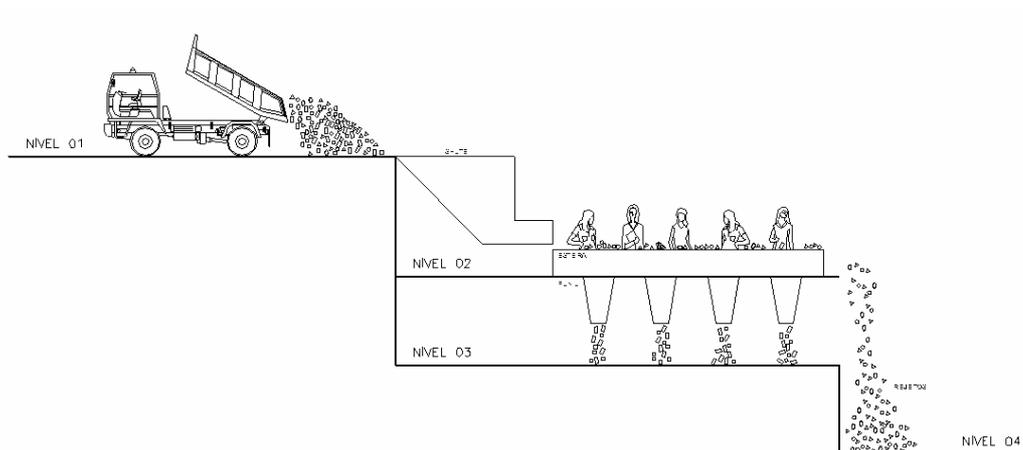


Figura 3a– Esteira da Coopert – Vista Lateral



Figura 3b – Esteira e pátio de armazenamento da Coopert

O material coletado é despejado no chão (nível 1) e empurrado para o *shute*, que é uma espécie de funil. Um trabalhador fica dentro do *shute* empurrando o material para a esteira (nível 2). Ao separar, as triadoras lançam os materiais em funis menores que desembocam nos *bags* (nível 3), que são coletados pelos ajudantes na medida que enchem e levados para o galpão de prensagem. O rejeito que segue na esteira cai no nível 4 e depois é enterrado.

Na esteira, cada triadora assume uma posição que é alternada todos os dias. A figura abaixo ilustra a esteira numa visão de cima para baixo e a seguir a imagem das triadoras trabalhando.

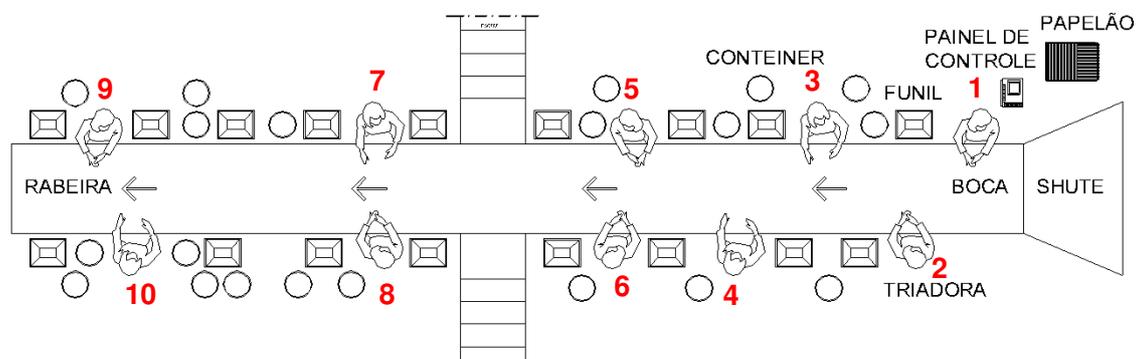


Figura 4a – Esteira de Triagem na Coopert



Figura 4b – Triadoras trabalhando na Esteira – Coopert

Cada triadora é responsável por pegar um, dois ou até sete tipos de materiais, o que depende da posição de cada uma e do número de triadoras presentes no momento. Às vezes, algumas faltam ou saem para ir ao banheiro, atender comprador ou realizar alguma outra atividade. Quando uma triadora precisa sair, antes, ela deve comunicar a outra triadora ou pedir que alguém assuma o seu posto. As triadoras consideram importante o rodízio de posição/função para que elas aprendam a trabalhar com todos os materiais, evitando a sobrecarga numa mesma atividade, uma vez que algumas são consideradas mais cansativas que outras. O rodízio parece também uma estratégia para evitar, ainda que parcialmente, a repetição do trabalho.

As triadoras posicionadas nos números 1 e 2 são responsáveis por abrir os sacos com uma faca e pegar os plásticos branco, misto, “litro” (sucata) e alumínio. A triadora 1 também pega os papelões grandes e, como ela fica mais próxima do painel de controle, ela também é responsável por controlar a velocidade da esteira, parando-a quando solicitado por alguma triadora ou na medida em que ela mesma percebe que é necessário, por exemplo, quando ela não consegue rasgar muitas sacolas.

A triadora 3 pega os plásticos filme, branco e misto, a sucata, que elas chamam de “caixote,” e ajuda abrir as sacolas. Não existem limites precisos na divisão de tarefas. Embora cada uma delas tenha uma função definida pela posição, elas trabalham de forma que a maior quantidade possível de material seja aproveitada. As triadoras 5 e 6 são responsáveis por pegar o PET e também os plásticos branco e misto que as anteriores não pegaram. Elas têm que tirar as tampas das garrafas e também abrir as sacolas que ainda chegam fechadas e sacudir para procurar PET. Quando há algum papelão grande elas jogam em direção à triadora 1 e os papéis menores em direção à triadora 5, que é responsável por pegá-los. Uma das triadoras explica que nas posições 5 e 6, elas *trabalham para todo mundo porque quem está na boca não consegue abrir todos os sacos e quem está no plástico também não consegue pegar todos...* (triadora da Coopert.). A posição 5 é onde elas espalham melhor o material na esteira de forma que se tornem mais visíveis e facilite o recolhimento pelas demais triadoras. O teste das pessoas novatas, que pretendem trabalhar na associação, é feito na posição 5. Segundo as triadoras, se a pessoa conseguir trabalhar nas posições 5 ou 6, que exigem mais agilidade, elas conseguem trabalhar em qualquer lugar da esteira. A triadora 7 pega os papéis, separando-os em branco, misto e mistão, um espécie de papelão de menor qualidade, que inclui os molhados. Algumas triadoras consideram essa posição uma das mais trabalhosas porque além dos papéis passarem na esteira com frequência, muitos tipos ainda têm que ser rasgados ou desmembrados do bloco para a retirada de cola ou arame que possam estar presente. Assim as triadoras explicam que:

“...no papel você não tem sossego... Nas outras posições... quando a esteira para... por exemplo... dá pra descansar um pouco... No papel... quando ela para... você tem que ficar separando os blocos...”

Na medida em que se aproxima da rabeira, a variedade de materiais a serem coletados fica maior porque elas têm que pegar tudo o que as demais deixaram passar. Os postos 8, 9 e 10 são os que concentram o maior número de contêineres: Pead colorido e branco, PP, vidro, alumínio. Todas as triadoras relatam usar a estratégia de jogar o material contra o movimento da esteira como forma de ganhar tempo e/ou facilitar que outra triadora pegue. Ainda assim quando não conseguem pegar, elas pedem para parar a esteira. Segundo elas, quando a equipe está completa, *o material já chega na rabeira*

ralinho mas quando tem muito material ou quando falta gente aí é difícil e tem que ficar parando a esteira toda hora...” (Triadora da Coopert)

As triadoras observam diferenças nas exigências de cada tarefa e admitem ter preferências por algumas posições. As dificuldades e facilidades são percebidas de forma diferente por cada uma delas, conforme podemos observar em alguns relatos.

“cada pessoa tem facilidade num lugar... eu... por exemplo... sou viciada em plástico... porque eu mexo com vendas e por isso eu sei o material que dá dinheiro aqui... então eu procuro dar valor nele ... todo lugar que eu estou na esteira... eu jogo o plástico...” (Triadora da Coopert)

Nesse caso, a experiência da triadora em outras atividades da associação, no caso as vendas, permite ter uma visão ampliada do processo e aumentar a eficiência do mesmo.

“Eu não gosto de plástico (filme) de jeito nenhum... quanto mais você pega mais tem... dá a impressão que a gente não está trabalhando direito” (Triadora da Coopert)

“Eu acho o PET mais pesado por causa que tem que tirar as tampas...vem muito PET” (Triadora da Coopert)

“Eu odeio trabalhar na rabeira... Lá eu fico em depressão... Eu preciso falar... Lá você trabalha muito sozinha... Principalmente quando a parceira não gosta muito de conversa... Eu não gosto de trabalhar lá não...” (Triadora da Coopert)

Ainda que haja preferências e que algumas digam que são mais produtivas em determinadas posições que em outras, o grupo não admite que uma pessoa fique sempre no mesmo lugar. A troca de posições é permitida, desde que o grupo entenda que o

motivo é relevante, o que envolve normalmente aspectos relacionados à saúde, dor ou algum motivo que comprometa a produção¹⁴, conforme relata a triadora:

“Mesmo eu não gostando daqui eu tenho que ficar... ninguém pode trabalhar pra ninguém aqui não... só porque o lugar é ruim não vai trabalhar aqui? mas assim... se hoje a pessoa não está bem... aí ela pede para trocar... a gente troca... outro dia a S. falou que não estava bem na boca... aí ela pediu pra trocar com a L. e ela trocou porque ali na boca se você não soltar lixo não dá produção...” (Triadora, coordenadora do grupo)

O sistema com esteira de triagem é equivalente à linha de montagem criada por Ford no início do século XX. Ela se constitui em um mecanismo que controla o ritmo de trabalho, obrigando todos os trabalhadores a realizarem suas tarefas em uma mesma cadência. No entanto, as próprias triadoras reconhecem que há diferenças na capacidade de produção de uma e de outra e em dias diferentes. *“Não é todo dia que a gente está bem disposta”*, diz uma triadora. Elas acreditam que não podem cobrar muito das colegas quando observam que não estão trabalhando bem, mas tentam estimulá-las para produzir o máximo:

“...você não pode cobrar tanto... mas se eu tô aqui com dificuldade ou você vê que uma colega está apanhando e a outra está deixando passar... a gente fala ‘ou vamos dobrar o corpo!? Vamos melhorar aí!?’ Não é o tanto que der não... é o tanto que você dá conta... o tanto que a gente colocar do funil... não perde... quanto mais... mais você ganha”. (Triadora da Coopert)

“(...) tem uns morceguinho que nós cutuca eles de vez em quando ... tem que respeitar se ela tem um ritmo mais devagar... A não ser por leviandade.... O nosso regimento fala de leviandade... Você sabe quando a pessoa está sendo leviano e quando ela tem o ritmo mais devagar... então a gente tem que saber cobrar na hora certa... porque ninguém tem o

¹⁴ Algumas triadoras têm medo de barata e rato e, por isso, não gostam de trabalhar na boca da esteira (posição 1 e 2) de onde saem esses animais, especialmente quando o material do *shute* está acabando. Embora uma delas tente trocar a posição com alguém, o grupo raramente permite.

mesmo ritmo (...) De vez em quando a gente faz umas reuniões aqui e nós joga umas coisas na cara da outra... ‘Ah... você está é morcegando... Está trabalhando pouco...’ Nós fala... (Triadora da Coopert)

“...vamos supor se a minha colega está trabalhando lá na esteira mesmo... vamos supor uma está trabalhando menos que eu um pouquinho... eu vejo que ela pode esforçar mais um tiquinho... nós fala lá na esteira... na hora... ‘ou ajuda aí... Tá passando coisa sua aí’. (Triadora e coordenadora da Coopert)

Ainda que as triadoras tentem avaliar a produção uma das outras, por exemplo, pela quantidade de vezes que se pede para parar a esteira ou pela quantidade de material que se consegue separar, o esforço do trabalho não pode ser avaliado em todos os seus aspectos de forma que permita afirmar quando se trata de “corpo mole” ou “morcegagem” porque a atividade é invisível. Esse problema se coloca desde que a relação salarial separou a propriedade privada da força de trabalho de sua utilização. Hobsbawm (1974) mostra como se dá a definição da carga de trabalho e da remuneração na passagem dos costumes prevalecentes nos ofícios medievais às normas do assalariamento. Tal avaliação comporta uma complexidade de fatores impossíveis de serem mensurados nas suas inter-relações, como aspectos fisiológicos, como velocidade de trabalho, esforço que um homem pode manter indefinidamente, permitindo resultados durante e entre dias de trabalho ou turnos; aspectos técnicos, como a natureza do trabalho; sociais, como a necessidade de um grupo trabalhar em paz, permitindo a permanência de membros mais lentos; aspectos morais, como o orgulho que o homem tem em fazer um trabalho tão bem quanto pode; aspectos econômicos, como quanto trabalho pode ganhar um “justo salário”; aspectos históricos e muitos outros (Hobsbawm, 1974). Podem-se identificar esses mesmos elementos nas associações de catadores, mas agora em um espaço de discussão não mais regido pelo costume.

Diferente da Ascamp, onde a produção de cada triadora se mede pelo cumprimento de metas pré-estabelecidas pelo grupo, conforme veremos a seguir, o sistema de esteira prescinde do estabelecimento de metas uma vez que seu mecanismo já representa um controle que impõe a todas as triadoras um mesmo ritmo de produção. Ainda assim, os associados da Coopert afirmam que o setor de triagem é o que mais exige a presença de

um chefe para “chamar atenção” e “cobrar produção”. Embora isso seja, muitas vezes, preconceituosamente interpretado como se “as mulheres fossem implicantes umas com as outras” ou “mais irresponsáveis, por isso precisam de alguém pra cobrar”, a forma de poder na associação, associada às exigências de produção específica do trabalho na esteira sugere uma compreensão diferente dos demais setores na associação.

A produtividade na esteira exige uma ação coordenada dos integrantes. Não é à toa que quando alguém precisa sair para ir ao banheiro, tem que negociar para que outra pessoa assuma sua posição. Embora o grupo disponha de um conjunto de regras previamente acordadas, como a tarefa de cada posição e seu rodízio, o funcionamento desse sistema depende de uma série de ajustes dos diferentes modos com que cada triadora opera no sistema. Podemos entender que a esteira impõe a mesma velocidade para todas as triadoras, mas o modo operatório e as estratégias que cada uma desenvolve para regular sua atividade é diferente e interferem no resultado global. Assim, a função do chefe, nesse caso, estaria relacionada à regulação do conjunto, conforme observa um associado:

“No galpão tem uma referência de produção... Na esteira não tem jeito... A pessoa não tem como parar... Se uma parar, a produção atrapalha toda... E às vezes uma está mais cansada que a outra... E como o resultado final... o objetivo é catar o máximo que puder... então quem está na cara do lixo...o diretor dá uma dinâmica... Porque se estiver uma pessoa cansada... alguém com um certo estresse naquele dia... Se as pessoas que estão cá no início... soltam menos material... então as demais pessoas percebem... Então é um trabalho organizado em sintonia... onde esse cansaço se reflete e gera uma cobrança entre um e outro... Ai é que entra o diretor... O diretor cobra e mesmo a pessoa estando cansada ela aceita...” (Cooperado da Coopert)

A análise desse caso, nos leva também a pensar que, tratando-se de um grupo autônomo, em que supostamente não existe uma hierarquia, esses ajustes poderiam ser resolvidos pelas próprias triadoras. Mas afinal, por que elas próprias dizem que precisam de um chefe?

4.2 O Papel do Chefe

Nas comunidades primitivas, a função do chefe não implica autoridade ou exercício de poder para resolver conflitos que podem surgir entre indivíduos, família, linhagens etc. Para restabelecer a ordem e a concórdia, o chefe só dispõe do prestígio que lhe reconhece a sociedade (Castres, 1978). Nas associações de catadores, as relações entre associados e chefes são paradoxais.

Os associados da Coopert afirmam que as triadoras só aceitam ser cobradas pelos diretores. Um dos diretores diz que chamar a atenção dos associados exige um “jeitinho”, de forma que o associado mude o comportamento sem criar conflitos. *“Eu faço assim... levando na brincadeira... por exemplo... se alguém está trabalhando com uma mão só... eu pergunto... ‘uai então agora pode fumar?’* (Diretor). O presidente da cooperativa afirma que *não sabe cobrar*. Os associados dizem que ele “não chama atenção, nem exige produção”. Tal característica é atribuída, por ele e pelos associados, a sua história de militância em movimentos sindicais. Ele parece viver o dilema entre uma lógica cooperativista e outra hierárquica, conforme explica no seu depoimento:

“Eu nunca tomei conta de turma... então eu... tem hora que não quero ser igual um patrão... mas as próprias pessoas dizem que eu tenho que ser mais enérgico... o outro diretor disse que se não for um ditador não funciona... eu preciso melhorar mas... tem dia que eu chamo ele... porque o trem tá feio... eu vejo que os bag não estão ficando cheios ... tem uma coisa também... elas não aceitam outra pessoa cobrar que não seja da diretoria... elas falam que eu tenho que cobrar mais... elas cobram de mim para eu ser mais enérgico.”
(Diretor da Coopert)

Poder-se-ia pensar que essa autoalienação do poder em prol da chefia corresponde ao monopólio legítimo da violência como no estado, representado pela imagem do ditador. No entanto, esse depoimento sugere explicações mais sutis. De início, é interessante observar que a cobrança vem das próprias triadoras (*“elas cobram de mim para eu ser mais enérgico”*). Certamente encontra-se aqui a fonte comum de todo poder: onde os

sujeitos sociais são impotentes para resolver suas diferenças, impõem-se o recurso a uma força externa (e estranha) que “resolve” os conflitos¹⁵. Mesmo esse poder denominado “ditatorial” deve ser relativizado pois, “sem levar na brincadeira”, “sem jeitinho”, o diretor não consegue “impor sua autoridade”.

Chefe não pode gritar mas pode mandar... Tem dia que você pede ‘por favor’ eles fala que está mandando... Eles falam que a gente tem o coração ruim que a gente não presta que quer ferrar eles (Diretora da Coopert)

O chefe se diferencia de um associado comum na medida em que age em função dos interesses coletivos. Na associação, isso é o que lhe confere a legitimidade e autoridade. Para isso, é necessário “ter um equilíbrio” e “saber a hora certa” e o “jeito de falar”. É importante, inclusive, saber quando o problema deve ser resolvido pelo chefe e quando deve ser levado para assembleia, para que o grupo tome a decisão.

“A gente aceita só os diretor cobrar porque às vezes a pessoa trabalha menos que a gente e quer mandar no serviço da gente... Por isso que as mulher não aceita... A gente aceita os diretor porque eles têm uma visão diferente da gente... Ele está ali para olhar mesmo e para cobrar....” (Triadora da Coopert)

Diretor... se hoje está acontecendo errado... ele vai xingar hoje... e amanhã se outro estiver fazendo errado ele vai falar com ele também... O diretor olha todo mundo... Não é amizade... Aqui dentro não pode ter afinidade senão não dá certo... Igual eu sou diretora e vou com a sua cara eu vou te proteger?! Se tudo o que você falar comigo se eu for com a sua cara, eu vou acreditar... se eu não for com a cara dela e ela falar comigo eu não vou entender!?” (Triadora da Coopert)

Se é só um que percebe [que alguém está morcegando] pode ser alguma cisma minha. Aqui... quando chega a esse extremo de tomar alguma atitude

¹⁵ Dissemos “resolve” entre aspas porque, na verdade, não há resolução efetiva, apenas impõem-se um acordo mais ou menos violento, desnecessário se houvesse entendimento entre as partes. Por isso Marx (1844) caracteriza o estado como “impotência em ação”.

por leviandade não é só um que percebe... são vários... Aí é hora de tomar atitude... Aí passa para o diretor... E aí o diretor tem que ter esse equilíbrio também... Não é tudo que eu chegar eles vão tomar atitude na hora... não... Às vezes eu chego hoje... daqui um mês o outro chega e fala... depois outro... a hora que eles veem que não está dando mais... aí eles começam a estudar aquele caso... E vê se toma alguma atitude... Não é só a direção... ai chama o grupo todo para conversar sobre aquele assunto... Aí todo mundo toma a decisão (...) O diretor tem que ter aquele equilíbrio... A gente acaba percebendo que no fundo no fundo... com o passar do tempo... com a experiência... ele vai tomando consciência que tem que ter aquele equilíbrio... Ele não pode escutar só um... ele tem que escutar o grupo inteiro... Apesar que eles não são perfeitos... nós erramos também... mas no final tudo da certo... (Triadora da Coopert)

É interessante observar que a autoridade do chefe/diretor deve ser aprendida “com o passar do tempo”, “com a experiência” e ainda assim “não são perfeitos”. Os limites entre o individual e o coletivo se apresentam de maneira muito tênue e muitas vezes de forma contraditória. Embora se reconheça a importância do trabalho coletivo, há momentos em que “*não pode ter afinidade senão não dá certo*”, da mesma forma que “*um não pode trabalhar para o outro*”.

Além da figura de autoridade, outra forma de lidar com os conflitos é através das normas disciplinares e dos sistemas de remuneração, construídos de acordo com as condições materiais e a história de cada empreendimento.

CAPÍTULO V

PRODUÇÃO (D)E VÍNCULOS SOCIAIS

5.1. Sistema de Remuneração

A remuneração por produção, segundo Marx, é o sistema de salário mais adequado ao capitalismo, uma vez que incentiva os trabalhadores a manter um ritmo acelerado de trabalho sem que seja necessário lançar mão de recursos coercivos ou mesmo da supervisão dos trabalhadores (Hobsbawm, 1974). No caso das triadoras, a remuneração normalmente é vinculada à quantidade produzida e as retiradas são feitas conforme critério de cada empreendimento. Algumas associações adotam o sistema de metas, definindo uma tarefa mínima por dia para cada associado, outras distribuem as sobras de acordo com o tempo de trabalho de cada um ou, ainda, baseado no peso da produção de cada triadora.

Na Ascamp, cada meta/tarefa realizada corresponde a um número de horas, que são somadas ao longo de 30 dias, de acordo com a frequência de cada associado. Ao final desse período, depois que os materiais são vendidos, pagam-se as despesas e a sobra é dividida pela soma de horas trabalhadas naquele período por todos os associados. Assim, tem-se o valor da hora do mês, que é multiplicado pela soma de horas de cada associado para se chegar ao valor da remuneração individual. A meta de triagem de cada triadora são 12 *bags* por dia, e equivale às 9 horas de trabalho. Além dessa meta, cada associado tem uma tarefa extra que é chamada de “0800”. Esta não é somada ao valor de horas trabalhadas, mas o associado que não a cumpre perde 3 horas. Ela tem o objetivo de aumentar o valor da hora da associação, uma vez que aumenta a produção sem aumentar o número de horas a serem pagas. Assim também acontece com os mutirões, realizados quinzenalmente aos sábados, quando cada associado tem uma tarefa definida, que não é somada ao valor de horas trabalhadas. Aqueles que faltam perdem 9 horas. O quadro a seguir, apresenta a descrição de cada tarefa, de acordo com a função e o valor correspondente ao número de horas.

Tabela 2 – Metas de Produção por Função - Ascamp

Função	Tarefa diária	Número de horas equivalentes	Tarefa em dias de mutirão (quinzenal)
Triadeira	Triar 12 <i>bags</i>	9 horas	Triar 10 <i>bags</i>
	Triar 10 sacos de copinhos ou 2 <i>bags</i> de gráfica	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Triadeira de material dos grandes geradores (feita em dupla definida de acordo com uma escala)	Limpar e triar todo o material que chega no dia (aproximadamente 900kg de plásticos)	9 horas	Limpar e triar todo o material que chega no dia (aproximadamente 900kg de plásticos)
	Triar 10 sacos de copinhos ou 2 <i>bags</i> de gráfica	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Catador de rua	Coletar 260kg (Serão descontados 20kg pelo <i>bag</i> e 20kg de resíduos, contabilizando, portanto, 220kg)	9 horas	Mulheres triam 10 <i>bags</i> Homens organizam o galpão, prensam ou coletam material em grandes geradores – de 6h às 12h
	Limpar um fardo de material da Itambé, desfazendo-o e triando-o.	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Prensista	10 fardos	9 horas	8 fardos
	Limpar um fardo de material da Itambé	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Ajudante de caminhão	Coletar material em doadores, fazer carga de 6h às 15h	9 orash	Coletar material em doadores, fazer carga de 6h às 12h
	Trabalhar de 15h às 17h	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	
Administrativo	Trabalhar de 6h às 15h Buscar material na Itambé, vender material, fazer pagamentos e outras funções administrativas	9 horas	Buscar material na Itambé, vender material, fazer pagamentos e outras funções administrativas de 6h às 12h
	Trabalhar de 15h às 17h	“0800” - o descumprimento implica perda de 3 horas	

Ronda	Vigiar o galpão em dias alternados. De 18h às 6h	9 horas todos os dias	–
-------	--	-----------------------	---

O horário de trabalho dos associados começa às 6h, sendo tolerado o atraso máximo de 10 minutos. Aqueles que chegam após 6h10 sem justificativa são impedidos de trabalhar no dia e, ao final do mês, são descontadas 9 horas referente ao dia que faltou e mais 9 horas, ou seja, cada dia de falta é punido com desconto equivalente a dois dias. As justificativas são aceitas apenas com a apresentação de comprovação formal, como atestado médico ou declaração judicial e, mesmo nesses casos, o associado ainda perde 9 horas do dia não trabalhado.

A produção que excede a meta é também convertida em horas e contabilizada à parte no que eles chamam de “cantinho”. Desse valor, o associado recebe apenas 50%. A outra parte fica para a associação. O objetivo dessa regra, segundo os associados, é garantir um nivelamento na remuneração, ou certa “igualdade no grupo”, evitando diferenças muito grande entre um associado e outro. Porém, esse critério desestimula os associados a produzir além da meta, ou seja, o coletivo acaba limitando a produção individual dos seus membros. Existem situações em que um membro tenta sobressair ao grupo, como foi o caso de um catador que, depois de assegurar a meta mínima estabelecida pela associação, estava vendendo os materiais excedentes para um atravessador da cidade. O grupo descobriu a fraude e advertiu o associado, que caso mantivesse aquele comportamento, seria expulso.

A saída da associação implica a devolução do uniforme e, conseqüentemente, a perda dos pontos de coleta que, embora sejam de alguma forma conquistados pelo associado individualmente, é entendido como propriedade da associação. Essa situação, em que o indivíduo tenta se sobressair ao coletivo é comentada por Marx (2000) a respeito das comunidades primitivas, em que a propriedade fundiária e a agricultura eram a base da ordem econômica e tinham como fim a produção de valores de uso, ou seja, a reprodução do indivíduo nas relações determinadas com sua comuna:

“Isolado, um indivíduo poderia ter propriedade do solo tanto quanto poderia falar. Mas no máximo poderia nutrir-se do solo como a substância, tal como fazem os animais. O comportamento em relação à terra como propriedade está sempre mediado pela ocupação,

pacífica ou violenta do solo pela tribo, a comuna em alguma forma mais ou menos natural, ou já desenvolvida historicamente. Aqui o indivíduo jamais pode manifestar-se na pontualidade em que aparece como mero trabalhador livre. Se as condições objetivas de seu trabalho estão pressupostas como pertencentes a ele, então ele mesmo está subjetivamente pressuposto como membro de uma comuna, pela qual sua relação com o solo está mediada. Seu relacionamento com as condições objetivas do trabalho está mediado por sua existência como membro da comuna; por outro lado, a existência efetiva na comuna, está determinada pela forma determinada de propriedade das condições objetivas do trabalho por parte do indivíduo. Se essa propriedade mediada pela existência na comuna aparece como propriedade comunitária, em que o indivíduo é apenas possuidor e não há propriedade privada do solo (...) ou se, finalmente, a propriedade comunal aparece apenas como complemento da propriedade individual, esta, no entanto aparece como a base, e a comuna em geral não tem existência por si além da congregação de seus membros e da reunião deles para fins em comum à terra em que esta se estabeleceu” (p.131-132).

O sistema de metas na Ascamp foi criado há cerca de cinco anos. Antes, a remuneração era contabilizada de acordo com o número de horas real que cada um trabalhava. Segundo os catadores, essa forma provocava muitos conflitos porque algumas pessoas passavam o dia “enrolando” enquanto outras produziam muito e, ao final do mês, todos recebiam o mesmo valor-hora. Tal sistema desestimulava os mais produtivos, uma vez que o valor-hora era baixo em função da pequena produção coletiva. Para resolver tais conflitos, a associação passou a controlar a produção individual dos associados. Com a ajuda de técnicos da prefeitura e da Pastoral de Rua, que apoiavam o trabalho na época, a produção diária de cada catador foi medida durante algumas semanas e verificaram-se diferenças significativas entre um triador e outro. O grupo discutiu a possibilidade de se remunerar por peso ou tarefa, de acordo com a produção de cada um, mas considerou que se não houvesse um esforço mínimo, tanto os mais produtivos quanto os menos seriam prejudicados uma vez que o resultado da associação depende da produção de todas as etapas. Por exemplo, para que a venda seja negociada, a associação deve ter quantidade mínima de material separado e prensado. Se o grupo não consegue assegurar tal quantidade, a associação fica sem condições para pagar suas despesas e distribuir as

sobras aos associados. A saída encontrada foi a criação das metas mínimas de produção para cada função, o que forçou o aumento da produção de alguns associados.

“...antes ficava um tanto de gente aí morcegando... sentado o tempo todo... assim a gente gostou mais porque aí ninguém trabalha para o outro... agora ninguém fala ‘eu trabalho pra você...’ ‘você está ganhando o meu dinheiro...’ se fosse por hora ia ter gente aqui que não ia trabalhar nem duas horas’. (Triadora da Ascamp)

As metas se alteram de acordo com o contexto. Por exemplo, durante uma epidemia de dengue, a prefeitura proibiu o acúmulo de material solto. Por isso, a associação aumentou a meta, criando o “0800” diário e os sistemas de mutirões quinzenais aos sábados. Da mesma forma aconteceu durante o forte período da crise, em 2008/2009. Os preços dos materiais caíram muito e os catadores tentaram compensar a queda da renda aumentando as metas e os mutirões. Há também situações em que a meta é reduzida para que os associados possam participar de reuniões e outros tipos de eventos que a associação considera importante. Da mesma forma que na Coopert, nem todas as decisões, como aumento de metas ou agenda de mutirões, são tomadas formalmente em assembleias ou reuniões da associação. Elas são apresentadas pela diretoria, que avalia a situação a partir de conversas com associados e parceiros como a prefeitura e compradores. De qualquer forma, se grande parte dos associados discorda da proposta, normalmente aparecem conflitos ou “rebeliões” e a diretoria não tem alternativa senão convocar uma assembleia para discutir o assunto.

Alguns associados acreditam que o sistema de metas estimula a produção pela possibilidade de o trabalhador terminar mais cedo e poder ir embora. A maior parte das triadoras consegue terminar a triagem de 12 *bags* por volta de 10h ou 11h. Em seguida, começam a limpeza de copinhos ou a triagem de papel, atividades que terminam por volta de 12h. A tarefa “0800,” por opção das triadoras, muitas vezes é feita em grupo. Aquelas que terminam primeiro sentam-se em círculo e triam juntas a soma das metas de cada uma. Elas avaliam que o trabalho em grupo otimiza o espaço dentro do galpão e é mais agradável porque elas conversam e “*a hora passa sem ver*”. No entanto, elas observam que em grupo gastam mais tempo do que se cada uma fizesse o trabalho individualmente porque, segundo elas, há sempre algumas que “encostam mais”, vão ao

banheiro, saem para buscar café etc. Por isso, quando alguém precisa sair mais cedo, tria o material individualmente.



Figura 5 – Triagem do “0800” na Ascamp

O taylorismo reduz o trabalho à simples dimensão física dos tempos e movimentos e dessa forma o torna repetitivo e monótono, além de permitir um controle mais fácil através de vigilância direta da chefia ou da fixação de tempos padrões e de normas de produção. O trabalhador passa não mais a executar um trabalho, mas a realizar uma tarefa. Em um trabalho qualificado, a aprendizagem ajuda a diminuir a carga de trabalho; no trabalho desqualificado, desprovido de conteúdo, o aprendizado só pode ser o de aprender a fazer mais rápido. “Por isso, para se ver livre de um trabalho sem nenhum sentido, o trabalhador entra num processo de autoaceleração (...). Como as tarefas são simples, aprender se reduz ao desenvolvimento de esquemas práticos ou habilidades motoras em que o controle consciente, que é próprio do trabalho humano, deixa de exercer um papel importante” (Lima, 1997). Compreende-se porque as triadoras “gostam” de conversar para fazer o tempo passar, uma vez que o trabalho de triagem não as solicita inteiramente. No entanto, quando precisam agilizar o trabalho, as conversas atrapalham e elas preferem, então, trabalhar sozinhas. Outros associados, sobretudo os homens, não compreendem a função dessas conversas,

preconceituosamente desqualificando-as como tagarelice de mulheres, nem como as triadoras se servem delas durante o trabalho.

“Estas mulheres aqui... se não fofocar... elas não trabalham... acho que é pra passar o tempo mais rápido... sem perceber... se elas trabalham 7 horas, é 7 horas falando o tempo todo... elas não calam um minuto... falam uma da outra... de vizinho... de marido... de filho... de tudo... às vezes... é assim você está conversando... aí vira as costas e fala de você... e aí outro escuta e já dá aquele intercâmbio... aí fala com você... tenta falar com a pessoa... que fala que não falou... aí dá aquele bololô.” (Associado da Coopert)

Assim, as conversas, brincadeiras e até mesmo as “fofocas” podem funcionar como mecanismos de regulação do trabalho repetitivo, capazes de alterar a percepção de tempo, do esforço e também mantê-las “acordadas”. Algumas contam que quando trabalham pensando em algum problema ou com “a cabeça na lua”, acabam errando o local de jogar os materiais. Essas conversas também possibilitam trocas de experiências e a criação de vínculos. *“Tem dia que eu nem sinto o cansaço de tanto que a gente diverte e ri com as colegas”* (Triadora da Ascamp).

Na Coopert, o setor de triagem opera em dois turnos. O primeiro funciona de 6h às 14h, com uma pausa de 15 minutos, por volta de 8h30 e outra para o almoço, de 11h às 12h. O outro turno funciona de 14h às 22h, com uma pausa de 15 minutos por volta de 16h30 e outra, de 19h às 20h. Dois grupos, que se alternam em turnos a cada semana, são formados por 10 triadoras, um *shuteiro* e um ajudante que fica no nível do chão, sob a esteira (ver figura 2), recolhendo os *bags* na medida em que enchem e levando-os para o galpão de prensagem. As triadoras avaliam que a alternância dos turnos de trabalho é positiva porque lhes permite realizar outras atividades relacionadas à vida doméstica, como agendar consulta, ir ao médico, pagar conta etc. Os associados que estudam, como é o caso de uma das triadoras, podem trabalhar em um turno fixo. Dessa forma, quando um dos grupos está no período da tarde, trabalha com nove triadoras enquanto o da manhã fica com 11 e, na semana seguinte, cada grupo fica com 10 pessoas.

Os rendimentos são distribuídos igualmente por todos, sendo descontadas as faltas e horas perdidas daqueles que por qualquer razão tenham saído mais cedo. Da mesma

forma que na Ascamp, a falta sem apresentação de atestado implica a perda de um dia de trabalho, além do que não foi trabalhado. A apresentação de atestado não abona a falta, apenas impede o desconto de um dia trabalhado. Os atestados de acompanhante, como mães que levam os filhos ao médico, não são válidos.

Os atrasos são permitidos até o limite de 30 minutos ao longo do mês. Acima disso, o associado é proibido de trabalhar no dia e a cooperativa registra a falta. A Coopert tem uma escala de folgas em que periodicamente duas pessoas têm direito a três dias consecutivos de descanso. O grupo entende que a saída antes do final do horário compromete a produção do coletivo e assim todos saem perdendo. Por isso, aqueles que saem mais cedo, completando 7 horas em um mês, perdem o direito à folga, além das horas não trabalhadas, conforme adverte um cartaz afixado no quadro de aviso da cooperativa:

“Perderão a folga quem faltar sem atestado, voltar para trás, sair mais cedo ou perder hora até juntar um dia, atestado de acompanhamento de criança não vale.” (Mensagem afixada no quadro de avisos da Coopert – Dezembro de 2009)

Tanto as triadoras da Coopert, quanto as da Ascamp relatam dores no corpo, que elas associam ao esforço realizado no trabalho. Na Coopert, muitas se queixam de dores nos braços e ombros devido à força repetitiva exigida na atividade na esteira. Quando a dor é forte, elas tomam relaxante muscular para conseguir trabalhar, mas afirmam que a dor aumenta depois do trabalho, quando descansam. Uma triadora, que está na cooperativa há dez anos, diz que não consegue segurar o filho pequeno nos braços porque não tem mais força. Outra já se afastou da cooperativa durante três meses, mas as dores continuam. Ela considera que não há outra função que seja mais leve e que ela poderia assumir na cooperativa. *“Aqui se eu pudesse trabalhar em outro lugar seria bom... mas nem tem um lugar mais leve aqui... É tudo ruim”*. (Triadora Coopert)

As pessoas que se queixam mais são aquelas que trabalham na esteira desde a fundação da Coopert, há 11 anos. Sabemos que os efeitos do trabalho repetitivo se dão a médio e a longo prazo. Por isso, é importante considerar esses aspectos na avaliação da eficiência do modelo adotado pela Coopert. Os cooperados consideram que a esteira é

indispensável no processo de triagem, uma vez que o resíduo que chega à cooperativa ainda contém muito rejeito. A esteira facilita o transporte dos materiais, evitando o esforço de despejá-los e recolhê-los, como acontece na Asmare e na Ascamp, que triam no chão. Além disso, ela estabelece e controla o ritmo de produção das triadoras, funcionando como um chicote mecânico (Moraes Neto, 1991).

As triadoras da Ascamp se queixam mais de dores nas pernas e nas costas e, às vezes, de dor de cabeça por causa do sol. A maioria tria o material no espaço aberto que é maior e mais ventilado. Elas tentam agilizar o trabalho para acabar mais cedo, antes do sol esquentar muito. A triagem do material de gráfica e limpeza de copinho, que é feita depois da triagem dos 12 *bags*, é realizada na área coberta onde há sombra. As triadoras dizem que se sentem mais cansadas quando trabalham na limpeza do material de um determinado gerador do ramo de laticínios. É um tipo de material que tem mais rejeito e que não pode ser armazenado. Por isso, a tarefa consiste em limpar toda a carga do dia, o que exige que as triadoras sejam mais rápidas do que normalmente são na triagem. “*Ali o corpo fica mais dolorido, o movimento é mais rápido. Só abaixa e levanta*” (Triadora). Todas as triadoras dizem ter se “acostumado” com o trabalho pesado e o mau cheiro dos materiais, mas atribuem a isso o fato de muitas pessoas novatas não permanecerem na associação.

“acho que não para ninguém aqui porque tem muito serviço...é pesado e cansativo puxar esses bags e também porque fede... tem dia que dá vontade de ajoelhar de tanto cansaço... não dá nem pra parar...ir ao banheiro..
(Triadora da Ascamp)

As regras rígidas, sobretudo a punição, é uma alternativa da associação para evitar faltas e atrasos, que parecem, muitas vezes, decorrentes do cansaço físico, embora seja percebido como falta de responsabilidade e de esforço. Assim, mais uma vez observamos que a manifestação das individualidades é reprimida pelo grupo na medida em que ameaçam sua coesão.

“Antes quando não tinha a punição, tinha gente que cada dia chegava num horário e tinha gente que não vinha e chegava aqui no outro dia não justificava nada e às vezes falava ‘eu faltei mesmo porque eu só perco o dia

eu estava cansado fiquei em casa pra descansar’... eu acho que se não pegar um pouquinho pesado dentro da associação não tem jeito da associação ir pra frente... tem hora que tem que pegar não pesado demais mas um pouquinho mais pesado porque cada um pensa de um jeito tem pessoas que não gostam de se esforçar.” (Diretora da Ascamp)

5.2 Regras e Arranjos

Se por um lado as regras são importantes para assegurar o funcionamento da associação e certa coesão do grupo, por outro a sua aplicação exige cuidado e, em alguns casos, flexibilidade. Os catadores reconhecem que não é possível tratar todos da mesma forma e que é necessário construir arranjos que atendam, ao mesmo tempo, as necessidades do coletivo e as especificidades de cada indivíduo. Conforme relata um associado, é preciso ter paciência, dar chances e orientar:

“Então... levando no pé da caneta... se você for apurar tudo... se não der uma chance nos primeiros momentos... não fica ninguém... mas se der a chance você evita... quando não tem recurso mesmo... por exemplo... se uma pessoa toma trinta balão... aí é porque não tem jeito... então é por isso que tem que dar a chance porque... você pensa ‘uma pessoa que fica faltando e perdendo dinheiro trabalhando de graça... você orienta e ainda continua faltando...’ você tem que ter é dó porque ninguém que tem a cabeça boa faz isso porque quer não” (Prensista da Ascamp)

As chances e as orientações dadas aos associados levam em conta as particularidades de cada um. A Ascamp tem um associado de 57 anos, o mais velho do grupo. Ele trabalhou no lixão e está na associação desde a fundação. Os associados dizem que ele “é uma pessoa difícil”, que “não entende as coisas”, “briga com todo mundo” e “arranja confusão”. Apesar disso, reconhecem que ele traz contribuições importantes para o grupo e por isso tentam criar maneiras de mantê-lo na associação:

“Igual o B... tem hora que tem que ter dó dele... Solução boa para ele é por ele na rua... lá ele trabalha sozinho... entrete ele... lá ele não dá

problema e é um dos que mais traz material pra associação... às vezes costuma dar algum probleminha nas rotas porque ele não sabe conversar com a população...outro dia mesmo o caminhão estava passando na rua pra pegar os material dele... a dona gritou pra entregar o dela...ele falou que já tinha passado na casa dela...ela falou 'eu estava dormindo'... hi... ele começou a brigar com ela... falando que 10h não era hora de dormir... Ah... aí a gente tem que contornar... falar com ele: 'B não pode ser assim'.... mas ele às vezes chega a trazer mais de 20 bombonas por dia... Agora ele está clamando dor nas pernas... Nós vamos ter que arrumar um jeito para ele ficar aqui dentro do galpão... Vamos ver como que vai ser... Porque aqui ele arruma confusão com todo mundo"... (Diretor da Ascamp)

Arranjo semelhante acontece na Coopert, também com o cooperado mais velho do grupo, de 57 anos. Ele é membro fundador da cooperativa e já trabalhou em várias funções, desde a triagem até o carregamento de caminhão. Como atualmente ele tem dificuldades de carregar peso e sente muitas dores nas pernas, a Coopert o designou para as funções de consertos elétricos, mecânicos, vendas de vidro, separação de sucatas e outros, compatíveis com suas habilidades e condições físicas.

"...ele ganha o mesmo tanto que os outros porque... por ele estar aqui há muito tempo e um dia ele foi bom... e nós gosta dele também... ele já trabalhou muito já foi meu parceiro no PET... ele deixava passar mas fazia o papel dele...hoje ele não dá conta mais não... tudo o que estraga aqui ele ajuda.... botou o chuveiro... arruma prensa... relógio... ferro elétrico... arruma tudo... aí é onde o V. [outro cooperado] acha ruim porque ele fala que nós gosta muito de uma gambiarra.. tudo ele acha que nós tem que ligar pra um profissional... a gente não dá conta... cada profissional que vem aqui é R\$ 50... aí nós temos o M. que faz uma gambiarra (Diretora da Coopert)

Nesse caso, juntamente com o avançar da idade, esse associado acumula um reconhecimento semelhante ao prestígio e à honra nas sociedades pré-capitalistas, que lhe assegura certa posição social, mesmo quando sua capacidade de trabalho diminui.

Porém, na fala da colega se manifesta também a capacidade de reflexão típica da modernidade, que possibilita que os indivíduos se distanciem de suas funções sociais e tradições. Esse cooperado pode se beneficiar, na velhice, do reconhecimento que conquistou junto aos colegas. E o julgamento desses é preciso: mesmo sem ter sido um trabalhador perfeito (“deixava passar”) ele “trabalhou muito” e “fez o seu papel”. Mesmo com suas “gambiarras”, tem um papel reconhecido (“a gente não dá conta” [de chamar um profissional sempre que precisa]) e mantém os vínculos como trabalhador e associado.

No caso das grávidas, na Coopert, quando a barriga cresce e começa a pesar, elas podem transferir-se para a faxina, considerada mais leve pelo fato de poder fazer pausas e se sentar entre uma tarefa e outra. De qualquer forma, o grupo admite que “não tem regalias”. Mesmo grávida, a responsável pela faxina deve manter os banheiros, a copa, a cozinha e o escritório limpos, lavar as louças, atender telefone e levar água para as pessoas que trabalham na esteira. No primeiro mês, depois de dar à luz, a cooperada ainda recebe a distribuição das sobras, como se tivesse trabalhado. Nos três meses subsequentes, ela se mantém afastada da cooperativa, mas recebe o benefício do INSS. Embora seja possível ver aqui uma manifestação de solidariedade com cooperados com restrições funcionais, facilitando a regulação da carga de trabalho (ritmo, pausas, tipo de tarefas...), não se trata de uma dádiva pura, “não existe regalia”. Pode-se fazer um paralelo com a lógica do dom.

O reconhecimento das particularidades e da história de cada um se apresenta na forma de aplicação das regras e em seus conflitos. Conforme podemos observar, a paciência com as “falhas” e a ajuda são importantes para o desenvolvimento dos indivíduos e refletem na produção do coletivo. Harris (1978) descreve os povos das Ilhas Salomão, onde o indivíduo faminto por status mobilizava apoio dos demais mostrando-se competente. Para isso, ele contava inicialmente com a ajuda de seus vínculos mais próximos, mulher e filhos, que aos poucos se ampliava. Assim, a ajuda ao outro exige também uma contrapartida, nesse caso, uma demonstração de esforço:

“...tem umas que não dá pra ajudar porque é devagar é lenta demora acabar não esquenta a cabeça...qualquer hora que acabar... acabou... aí não esforça pra chegar o reio... não pensa ‘vou chegar o reio aqui para terminar

porque fulano está no sufoco eu vou lá ajudar ele’... então as outras não vão se importar se aquela outra estiver no sufoco e de ir lá tirar ela do sufoco porque ela não está nem aí... tem outras que não.... vai e ajuda fulana que ajuda sicrano... sicrano vai e ajuda a D... falam ‘Ah tadinha ela está um pouco mais velha cansada tadinha’...aí junta aquele grupinho ‘vamos limpar o fardo dela... vai lá e limpa o fardo dela... mas quando ela acaba ela ajuda também... é uma ajudando a outra... mas tem outras pessoas que não ajudam... aquelas outras que são mais devagar... sempre fica pra trás porque ninguém vai querer acabar o dela e ajudar a outra que não está nem aí... tem que esforçar um pouco!’ (Triadora da Ascamp)

A economia da dádiva é uma forma implícita de troca e os vínculos são efetivamente permeados pelo dom, mas este não é sinônimo de ato gratuito. De acordo com Caillé (2006), *o dom existe enquanto for aceita a possibilidade de uma falha na reciprocidade. Tal aceitação é que constitui o símbolo da generosidade e do “desinteressamento”, ou seja, o verdadeiro dom é quando não há a garantia de retorno, embora haja a expectativa. Assim, ainda que a retribuição não se efetive (“tadinha, ela está um pouco mais velha”) (“ninguém que tem a cabeça boa faz isso porque quer”), a ajuda é dada quando existe a expectativa ou a possibilidade de retribuição (“quando ela acaba, ela ajuda também”) – (“mas ele às vezes chega a trazer mais de 20 bombonas por dia”).*

Da mesma forma que ajudar o outro requer uma demonstração de esforço, as chances dadas a um associado que cometeu alguma falha não são “apenas” uma nova oportunidade. Espera-se que ele mude seu comportamento. Para isso, é necessário que ele demonstre interesse e disposição em reconhecer suas falhas e fazer diferente.

Os catadores da Coopert relataram o caso de um associado que trabalha na cooperativa desde a sua fundação e que, segundo eles, teria problemas de depressão e alcoolismo. Ele já passou por um tratamento num centro de recuperação, tendo a Coopert tomado providências necessárias para aquisição da vaga de internação e para o afastamento pelo INSS. Os cooperados avaliam que ele é “bom de serviço”, “inteligente”, “trabalhador”, mas vem tendo recaídas frequentes, faltando ao trabalho ou chegando alcoolizado por várias vezes. Depois de dois dias sem aparecer na cooperativa, alguns associados que estavam trabalhando na coleta foram até a casa dele para obter notícias e

o encontraram alcoolizado. Quando a pesquisadora perguntou por que eles foram buscar notícias, alguns justificaram:

“está no regimento que tem que ir... Se eu ficar três dias sem vir à empresa a diretoria tem que ir lá na minha casa saber o que está acontecendo”
(Triadora da Coopert)

Em seguida, outro associado responde:

“É porque a gente preocupa... Porque a gente já está acostumada a conviver com a pessoa... Por exemplo se a pessoa não veio aí no primeiro dia a gente pergunta... ‘fulano não veio... será que aconteceu alguma coisa? Será que está doente? ‘Vamos esperar pra ver se ele vai ligar’ aí não ligou... aí a gente liga... Tem que saber o que aconteceu (...) Acho que querendo ou não a gente gosta da pessoa” (Triadora da Coopert)

Depois de uma semana, o associado que havia faltado apareceu na cooperativa. A Coopert fez uma assembleia e, como ele já havia extrapolado as regras do estatuto e as chances concedidas, ele foi “eliminado”. Contudo, a assembleia decidiu que ele poderia ter ainda uma nova chance se, dentro de 30 dias, ele apresentasse uma carta escrita solicitando seu retorno e se comprometendo a cumprir as regras do estatuto e do regimento interno, ou seja, parar de beber. Ele não apresentou a carta e se manteve desligado.

A demonstração de interesse em permanecer na associação é uma condição importante para a avaliação do grupo no momento da aplicação das regras. Associadas ao interesse, a capacidade ou a qualidade do trabalho e a necessidade da pessoa são aspectos que parecem influenciar a avaliação, conforme podemos observar nos relatos dos diretores:

“Tem uns que têm mais chance... De repente... a gente vê o comportamento da pessoa se a pessoa realmente quer trabalhar... se trabalha bem... se precisa... Outro dia eu estava olhando no arquivo... algumas advertências... Aí eu puxei a F. que trabalhou com a gente... Tinha mais de 30 folhas de advertência no nome dela e mesmo assim a

gente tolerou ela... Eu falei com o A. “como que a gente conseguiu segurar ela tanto tempo aqui dentro?” E você via que a pessoa não queria... Ela não estava nem aí... O último dia que nós eliminamos ela... nós ainda conversamos com ela... Chamamos ela e perguntamos... ‘cadê o seu atestado?’ Ela disse ‘trouxe não... Olha ai rapidão o que cabe a mim que eu tô com pressa’... ‘Anda rápido’... Hora nenhuma ela implorou ou falou que precisava trabalhar não.... Ela era difícil demais... Mas mesmo assim a gente tolerou ela aqui...(Diretora da Coopert)

Além da expectativa de que o associado possa se desenvolver se tiver outras chances e se for orientado, a associação considera as condições socioeconômicas dele, analisado a “necessidade de trabalhar” ou a dificuldade para encontrar outro trabalho.

“uma pessoa que já tinha advertência verbal e escrita... Já tinha cinco dias... já tinha sido excluída... eliminada... Aí essa pessoa voltou a errar de novo... Ela já não tinha chance nenhuma... Aí a gente analisou o caso e resolveu dar mais uma chance... Ela chegou embriagada... Segundo o nosso regimento... a pessoa já estaria fora da cooperativa... mas aí a gente pensou que era uma pessoa que já tinha uma certa idade ... seria mais difícil arrumar um serviço lá fora... (Diretor da Coopert)

Outro exemplo que ilustra essa preocupação com as questões socioeconômicas refere-se a uma das triadoras que, após o segundo mês do nascimento do seu filho, desesperou-se quando passou a receber do INSS menos da metade do valor que recebia na cooperativa. Como ela tem três filhos e mantém a casa sozinha, R\$ 300 não seria suficiente para pagar aluguel, água, luz e alimentos. Por isso, ela pediu à Coopert que autorizasse seu retorno antes do quarto mês, contrariando a lei do INSS e a regra estabelecida pela cooperativa no regimento interno. Alguns associados não concordaram por considerar que seria ilegal, no entanto, a maioria aprovou e ela voltou a trabalhar no segundo mês.

Conforme podemos perceber, as “soluções” aos problemas enfrentados pelas associações não se constroem sem conflitos. Elas envolvem avaliações complexas de aspectos individuais e sociais e requer dos seus associados o desenvolvimento de novas competências.

5.3 Competência do Trabalho: “Aprender a Conversar”

Os catadores acreditam que, além do esforço físico e cognitivo, o trabalho na associação requer competências como “saber lidar com as diferenças”, “entender o outro”. Segundo eles, “não é possível trabalhar junto se um estiver com raiva do outro”, por isso, é importante “saber conversar”.

“Nós brigamos... quebramos o pau... mas depois você tem que colocar na cabeça ‘eu vou ficar com ele aqui todos os dia... como vou ficar com raiva dele? Ele é meu parceiro de serviço... nós é sócio... lá fora é outra coisa... então as coisas acontecem naturalmente ... eu posso ficar com raiva dele uma semana, mas um dia nós vamos ter que voltar a conversar... vamos supor se um dia o menino que está trabalhando com ele saia e eu tenho que ir para lá ajudar ele no chão... como é que eu vou trabalhar com ele lá no chão sem conversar com ele? Sendo que tem coisa que tem que fazer de dois? Então não tem como! (Triadora da Coopert)

“Aqui... você tem que aprender a aceitar os defeitos um dos outros... por mais que a gente fala e reclama... você tem que aprender a aceitar o defeito do outro... não que gere o mesmo sentimento... são sentimentos diferentes... mas se você tem um filho na sua casa... por mais que ele seja doido ou inteligente demais... você tem que aceitar ele do jeito que ele é... Não tem como você fugir disso... E aqui eu tenho que aceitar as coisa do jeito que ela é... não tem como mudar isso não... aqui é como se você estivesse convivendo com o seu filho dentro de casa... a pessoa que você ama tanto... nas empresas... eu já trabalhei muito... a gente não aceita muito não... porque o patrão não me aceita... porque eu tenho que aceitar? Ele... é o mais interessado... não aceita... eu vou ter que aceitar? Tipo assim... ela é minha colega de trabalho... numa empresa privada... E ela é ruim de serviço... o meu patrão não aceita... eu é que vou aceitar?” (Triadora Coopert)

Aqui, a triadora estabelece uma comparação entre a sociabilidade na família, na cooperativa e na empresa. A ideia de “liberdade”, que caracteriza essencialmente as relações de mercado, apresenta-se em contraposição aos vínculos estabelecidos na esfera da família e da associação, onde *“você tem que aceitar ele do jeito que ele é... Não tem como você fugir disso”*. A noção de liberdade do mercado transforma-se em obrigação e também em dádiva (*“aqui é como se você estivesse convivendo com o seu filho dentro de casa... a pessoa que você ama tanto”*).

O dom aparece como uma rede de vínculos que se reproduzem. “Eu aceito os defeitos dos outros na medida em que os meus também são aceitos” (Se nas empresas *“o patrão não me aceita... por que eu tenho que aceitar?”*). O que sabemos, no entanto, é que, mesmo nas empresas privadas, o dom existe e não se delata um colega com tanta facilidade. No entanto, o que nos parece importante observar é que na empresa a hierarquia restringe a liberdade dos empregados, tornando-a meramente aparente. Independente de eu aceitar ou não, a decisão é do patrão. E os critérios ou valores utilizados pela empresa para “aceitar” um trabalhador se definem muito mais pela sua capacidade de produção do que quaisquer outros aspectos.

A associação, uma vez que busca conciliar as especificidades de seus associados às necessidades de produção, considerando a possibilidade de ajustes na esfera individual e coletiva, desenvolve espaços de comunicação entre os associados.

“...se não deu certo aqui põe de lá... ali... aí vai passando o tempo... associação tem isso. você não pode mandar embora... então você tem que experimentar em outro lugar...dar outra chance... tem gente que é assim... você vai orientando ele e... de repente... ele fica bom de serviço... é onde as reunião ajuda muito... pela conversa do outro a gente aprende a colocar as coisas no lugar... tem coisa que um fala que serve pra gente...”
(Diretor da Ascamp)

“...pra gente mandar alguém embora.. por mais que ele seja leviano... você não vira pra ele simplesmente e fala ‘a partir de hoje você não é mais cooperado’...você vai ter que sentar... conversar... reunir com diretoria...”

conversar com ele... falar 'fulano tá assim assado e aí? ...Você aprende a conversar...' (Triadora da Coopert)

Como as decisões são tomadas pelo coletivo, o trabalho na associação requer o desenvolvimento de competências relacionadas à negociação. Algumas pessoas relatam que depois que entraram para a associação aprenderam a conversar, lidar melhor com problemas e se tornaram “menos ignorante”.

“não sei como que essas meninas me agüentou! Nossa! Tudo eu brigava xingava, falava nome feio... acho que eu tinha uma raiva dentro de mim... eu achava que as meninas não gostavam de mim... (Triadora Ascamp)

“Eu mudei... antigamente eu era mais turrona... eu sou aborrecida até hoje... mas eu era pior...antigamente eu era mal-humorada... eu ficava sem dinheiro... nossa!! antigamente se eu tivesse com problema... eu estufava um bico desse tamanho... eu fechava a cara... eu não queria conversa... não queria rir... eu aprendi muito depois que eu vim pra cá...” (Triadora Coopert)

“Acho que é através da convivência... cada um aqui tem um dom... toda vida minha fama foi de sem-educaçona e não querer saber de nem dar bom dia para ninguém... eles cobram muito de mim... aí hoje eu lá vou aprendendo... mas tem dia que eu chego aqui e não quero olhar pra cara de ninguém... é o meu jeito... tem dia que eu não estou bem... aí eles acham que eu estou estressada por conta de alguém... mas não é... não! Mas eu já aprendi muito...tinha dia que eu não falava bom dia... não... só conversava gritando... mudei através da cobrança deles... você é obrigada a mudar... ou você muda ou está fora... elas sempre falavam que tinha que pedir 'por favor'... 'obrigada'... acho que foi bom ter melhorado... hoje a minha convivência aqui é melhor... antes tinha gente que nem olhava na minha cara direito porque me achava sem-educaçona... todo mundo tem alguma coisa pra ensinar aqui dentro” (Diretora da Coopert).

Os associados avaliam que o trabalho na cooperativa ou associação, atualmente, é mais reconhecido socialmente que outras atividades como, por exemplo, a de trabalhadora doméstica. Alguns atribuem tal reconhecimento à história de luta e organização social, especialmente através do Movimento Nacional dos Catadores. “*Aqui a gente é reconhecido... a gente trabalhar pro meio ambiente*” (Triadora da Ascamp).

O trabalho da gente aqui é muito sofrido mesmo... (...) aqui tem coisas que você adquire... condições... entre nós... nós somos mais bem reconhecido... lá fora [na empresa privada] você não é reconhecido igual aqui dentro... nós dá valor ao nosso serviço... nós! Se nós tivesse trabalhando para outro... eles não estariam dando valor em nós... E ganhando pouco... né! Nós se acha o máximo trabalhando aqui... Mesmo que as pessoas não reconheçam, eu não deixo elas arrancar isso de dentro de mim, não... Eu ando de cabeça erguida... (Triadora da Coopert)

5.4. Divisão do Trabalho

Desde suas formas mais primitivas, o trabalho é uma atividade social, realizada em conjunto, de forma cooperativa, compartilhada, como acontece entre os povos caçadores. Por isso, certa divisão do trabalho sempre existiu como forma de assegurar a existência material e social dos indivíduos¹⁶. No entanto, ela não pode ser confundida com a divisão social do trabalho, que diferencia e subjugava uma classe a outra. Diferente da divisão do trabalho social que preservava a integridade das funções, a divisão social do trabalho se dá em função da possibilidade do aumento de apropriação do excedente, no caso do capitalismo, sob a forma da mais-valia. Ela recorta a atividade tanto no sentido vertical (separa a atividade intelectual do trabalho manual) quanto no horizontal (estabelece mandantes e mandados) e daí nasce a repetitividade do trabalho, parcelado, a perda da autonomia e a possibilidade de aumento do controle coercitivo (Lima, 1997).

A desqualificação do trabalho é um dos principais mecanismos que serve ao capital para controlar os trabalhadores na medida em que uma tarefa simples, pode ser aprendida

¹⁶ Segundo Marx, o homem só pode individualizar-se em sociedade. (Introdução, 1857)

Na Ascamp, alguns homens se queixam de que as triadoras, todas mulheres, trabalham menos tempo que eles e ganham o mesmo valor. A meta de produção dos ajudantes de caminhão, (Tabela 2) é contabilizada de acordo com as horas de trabalho e não por tarefa cumprida, como ocorre com as triadoras. Assim, eles não podem ir embora antes de 15h ou 17h, sob risco de perder 9 ou 3 horas. As triadoras entendem que o trabalho braçal exige mais esforço físico, mas argumentam que a atividade delas envolve esforços diferentes e também penosos. Elas acreditam que seja justo sair mais cedo porque, diferente dos homens, elas é que realizam as atividades domésticas, como “marcar uma cirurgia de um filho”, “pagar uma conta”, “resolver alguma coisa no advogado”.

“Eles trabalham muito mesmo... mas quando chegam na casa deles eles não fazem mais nada e nós temos que fazer comida... olhar menino... arrumar a casa... eles já não fazem isso... é sempre a mulher... a mãe ou uma irmã que faz para eles...” (Triadora da Ascamp)

A lógica do mundo moderno, onde as esferas da vida são fragmentadas entre o público e o privado, parece incompatível com a realidade prática onde a vida é uma só e o tempo do trabalho interfere na vida doméstica e vice-versa. Em suas razões, as mulheres recorrem à divisão social de tarefas entre gêneros, que impõem à mulher uma segunda jornada doméstica.

Algumas triadoras dizem que concordariam em trabalhar mais tempo se o material na associação estivesse acumulado. Depois que essa discussão veio à tona elas decidiram, junto com a diretoria, trabalhar até às 15h. Assim, aquelas que acabavam suas tarefas mais cedo, triavam um pouco mais de material de gráfica até às 15h. Algumas triadoras dizem que prefeririam ganhar menos, mas ir embora mais cedo. Dizem que se voltassem ao sistema de horas, elas acabariam “enrolando” e não necessariamente produzindo mais. Justificam que não é intencionalmente, mas que a possibilidade de ir embora mais cedo as estimula a produzir mais rápido, evitando interrupções.

Mesmo considerando que as mulheres não teriam condições de “pegar peso” como os homens, alguns dentre eles argumentam que elas deveriam trabalhar o mesmo tempo

que eles, exercendo atividades que “elas dão conta de fazer”, como a triagem ou a organização do galpão.

“eu acho errado as mulheres ganhar o mesmo tanto que nós e sair mais cedo... a gente pega mais peso que elas... não digo que elas tinha que pegar peso. eu sei que tem serviço que elas não dão conta... mas se elas ficasse mais tempo igual nós teria serviço pra fazer... elas podia limpar o fardo, varrer o pátio... um tanto de coisa que nós faz... podia dividir o serviço... e elas falam que têm serviço de casa... mas o que que isso tem a ver? São coisas separadas... serviço de casa e aqui... não pode misturar! Eu acho injusto mas elas é maioria! ... Você pode ver aqui em Pará de Minas... não tem mulher com a escola que elas têm que ganha o que essas mulher aqui ganham pra trabalhar esse tempo não!”
(Associado da Ascamp)

Na Coopert, os homens que trabalham no galpão de prensagem e no carregamento do caminhão, acreditam que as mulheres sejam mais “acomodadas” que os homens, porque “se elas quisessem, poderiam produzir mais”. Eles acreditam que elas “conversam demais” e “distraem muito olhando roupas” que encontram no lixo.

“se aqui fosse privatizado... um empresário comprasse aqui... eu tenho certeza que tinha mulher que estaria atolada... era um salário mínimo e olha lá... por nós ser uma associação, eu não acho justo... tem que ficar calado, né? Senão ia dar uma polêmica danada...e não tem como medir a produção delas... mas se fosse passar para um empresário... ele não pagaria pra elas mais que um salário mínimo devido... talvez... à falta de responsabilidade” (Cooperado da Coopert)

Tanto na Ascamp quanto na Coopert, estabelece-se uma comparação com a lógica do mercado (“um empresário não pagaria mais que um salário mínimo”- “em Pará de Minas, não tem mulher com a escola que elas têm que ganha o que essas mulher aqui ganham), que é a lógica do mais forte e que aparece quase como uma ameaça (“se aqui fosse privatizado”...), o que confirma, apesar das contradições, a diferença entre a lógica da associação e a das empresas privadas.

A naturalização da divisão do trabalho é evidente, tanto para os homens quanto para as mulheres, conforme se observa na fala da triadora, complementada pelo prensista da Coopert:

Triadora: - *“eles não têm paciência... não tem jeito! [para triar] É da natureza! Igual... homem não nasceu para criar!*

Prensista: - *“não nasceu pra criar... nem pra triar... Eu subo nessa esteira dá uma tonteira... um enjôo...Deus me livre!*

“o trabalho deles pode ser mais pesado mas eles têm mais massa muscular que aguenta isso...porque o homem foi feito pra pegar serviço pesado mesmo... tem hora que eles acham que a gente é obrigada a pegar no pesado igual eles...e nós.. que é mulher... tem força... mas se não fosse assim... não existiria serviço de homem e serviço de mulher...”(Triadora da Coopert)

Ambos reconhecem as diferenças entre o trabalho na triagem e na prensa/carregamento, e buscam estabelecer uma equivalência, (*“mulher tem mais paciência e jeito”* – *“homem tem mais massa muscular que aguenta isso”*) própria da lógica do mercado, que sabemos a partir de Hobsbawm (1974) ser impossível mensurar o esforço de cada um.

“tem horas que eles falam ‘ah você não faz carga... prensagem...’ aí nós fala: ‘então vai lá triar igual nós tria...’” (Triadora da Coopert)

“elas reclama que tem muito bag prá arrastar... tem muito serviço que elas podem fazer e elas falam que é de homem... e a maioria aqui tudo é mulher... na hora de pôr o dinheiro no bolso... elas não falam que é serviço de homem... não...” (Associado da Coopert)

Um dos associados considera que o aumento da permanência das triadoras na associação poderia sobrecarregá-las, provocando a evasão e o aumento de faltas, conforme atestado, segundo ele, em formas anteriores que não funcionaram. O

associado defende o atual modelo de metas como forma de preservar a força de trabalho das triadoras e assegurar a produção da associação.

“Se nós quiser colocar as mulher para trabalhar igual os homem não vai ficar uma aqui no galpão... eu já falei: ‘elas tá puxando bag pesado... isso não é serviço de mulher... depois elas ficam ai tudo esmuricida... se elas cumpriram a tarefa delas... acho que elas têm que ir embora... Nós já trabalhamos aqui dentro em outros sistemas e não deu certo... É por isso que eu falo com você... o que faz dar produção é a meta porque ela trabalha para poder ir embora mais cedo... se obrigar elas a ficar aqui... não adianta, elas vão sair tudo... vai começar a faltar...” (Diretor da Ascamp)

Ainda que a carga de trabalho não possa ser medida, a fala desse associado nos apresenta elementos reais do cotidiano, como a dupla jornada, a divisão sexual do trabalho, que devem ser administrados pela associação.

CAPÍTULO VI

ENTRE A LIBERDADE, A OBRIGAÇÃO E A AMIZADE

Conforme dissemos, a organização econômica é um complexo de economias frequentemente opostas, enquadradas em instituições sociais. Ou seja, não existe um modo único, natural, de organização da economia, mas um conjunto de formas de produção e distribuição que coexistem e cujas representações induzem ações e práticas sociais que as instituições normalizam pela política (Laville, 2004, p.43-44). Nas formações capitalistas sobrevivem modos de produção antigos, pré-capitalistas, como a agricultura familiar, subservidos ao modo de produção capitalista.

A divisão da vida moderna se apresenta, na economia, através de um duplo movimento. Por um lado mantém a separação entre esfera pública e privada e, por outro, tenta juntar esses dois polos. As iniciativas da economia solidária atuam nesta segunda posição. Elas tentam associar a questão social à auto-organização popular, esboçando o projeto de uma economia fundamentada na solidariedade. Esta não se trata, contudo, de benevolência ou solidariedade idealizada num sentido unidirecional, mas de reciprocidade (Laville, 2004).

Embora o enfrentamento do desemprego seja uma das principais razões para a constituição dos empreendimentos solidários (Atlas da Economia solidária, 2007 apud Faria 2009), o trabalho nessas associações produz uma forma de sociabilidade em que o emprego torna-se não mais um fim em si mesmo, mas um meio de se vincular a um projeto coletivo concreto (França Filho e Laville 2004). Assim, esses empreendimentos podem ser vistos como associações de indivíduos que visam reinstalar, no interior da sociabilidade secundária, os valores da solidariedade concreta, personalizada e democrática, inspirados pelo *ethos* da sociabilidade primária (Caillé, 2004).

“Formadas a partir da exigência de reciprocidade e de dádiva inerentes ao espírito da associação, elas são híbridas, cruzando-se nos limites de eficácia técnica e jurídica, administrativa, mediática ou mercantil, que estruturam o domínio da socialidade secundária. Elas não gozam de uma socialidade primária já organizada, constituída ou instituída. Visam, ao contrário, criar e estruturar ali

onde não existe ainda associação ou onde ela permanece informe e potencial. No seio desta socialidade primária potencial, a acontecer, elas apresentam-se como representantes da norma de eficácia funcional própria à socialidade secundária” (Caillé, 2004, p.26).

Nas associações de catadores esse processo é acompanhado por inúmeras contradições que se evidenciam especialmente nas interfaces de aspectos técnicos e sociais ao longo do processo produtivo, desde a coleta dos materiais até a comercialização. Identificamos que os conflitos vivenciados pelas associações apresentam-se a partir da tensão entre as lógicas do mercado, do estado e do dom.

A lógica do mercado é a equivalência, em que o valor das coisas se mede em função do seu valor de troca. Como vimos, essa lógica está presente nos sistemas de produção e remuneração, na tentativa de medir a produção individual e estabelecer o valor exato da remuneração de acordo com a capacidade e o esforço de trabalho de cada indivíduo. O mercado abstrai o laço da sua história pessoal, isola as coisas a fim de torná-las alienáveis, frias, puros objetos que escapam ao tempo. “O tempo do mercado, a sua memória é o dinheiro” (Godbout, 1992, p. 246-248). Assim, as pessoas se tornam coisas e são rapidamente descartadas pelos processos produtivos. Uma vez que sua sobrevivência depende da venda da sua força de trabalho, as pessoas excluídas transformam-se em problema social e espera-se que o estado seja capaz de resolver. Por outro lado, o dom, ao circular, enriquece o vínculo e transforma os protagonistas. Por isso, na dádiva o valor do vínculo social é o valor do tempo que o mercado substitui por uma imediatez indefinidamente extensível no espaço, extraindo a coisa da rede temporal (Godbout, 1992).

6.1 - O Dom nos Empreendimentos Solidários e Capitalistas

A presença do dom, como dissemos, não é especificidade dos empreendimentos solidários, uma vez que nada pode existir sem o dom (Godbout 1992). No entanto, o que os diferencia é que nos empreendimentos mercantis capitalistas a produção é o fim. As relações sociais se estabelecem como instrumentos que visam o lucro. Já nos empreendimentos solidários, a produção é um meio para promover vínculos sociais.

Uma pesquisa realizada numa empresa capitalista do ramo automobilístico mostra o quão manipulatória e instrumental são as relações sociais no interior de uma organização mercantil (Leal, 2002), onde o discurso do “respeito” e da “valorização do outro”, através das ações de apoio social aos funcionários, tem o objetivo de cooptar afetos dos trabalhadores e escondem o interesse na “*absorção máxima das energias e dos talentos dos indivíduos*”. As empresas mercantis sabem que a *responsabilidade, o envolvimento, o interesse pelo trabalho e capacidade de inovar são hoje importantes “fatores de produção”* e por isso elas implementam programas participativos que visam estimular os trabalhadores a falar, opinar e dar sugestões. Estas, no entanto, são aceitas apenas se resultam em economia ou lucro para a empresa (Leal, 2002).

Enquanto a noção de “liberdade” nas empresas capitalistas caracteriza-se pela possibilidade de rompimento do vínculo ou do contrato a qualquer momento (*exit*), nas associações, ela se constitui como possibilidade de negociação e transformação das condições, orientadas para a manutenção dos vínculos. Por isso, as associações desenvolvem arranjos (mudança de horário em função da escola, mudança de função devido às limitações físicas decorrentes da idade ou gravidez) que consideram, dentro de certos limites, as diferenças individuais e a história de cada um. A flexibilidade no trabalho aliada ao tempo, “a paciência”, ajudam a preservar os vínculos e, assim, as pessoas se transformam (“*de repente, fica bom de serviço*”). Na empresa mercantil, como aponta Leal (2002), “flexibilidade” significa otimização do tempo de trabalho dos empregados, que é o princípio de eficiência do sistema de produção. É necessário ser “polivalente”, saber trabalhar em diferentes funções, em novos arranjos. Tudo isso para que a mão de obra não fique ociosa. “Ninguém pode ficar parado”.

Além dos afetos, a subjetividade criativa do trabalhador é manipulada em favor da empresa uma vez que a participação é circunscrita a sugestões que repercutam em vantagens econômicas. De acordo com Antunes (1995, apud Leal 2002):

“Essa forma de envolvimento dos trabalhadores caracteriza como um ‘envolvimento cooptado’. Trata-se de um envolvimento que possibilita ao capital apropriar-se do *saber* e do *fazer* do trabalho. Este, na lógica da integração toyotista, deve *pensar e agir* para o

capital, para a produtividade, sob a *aparência* da eliminação efetiva do fosso existente entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho.” (p. 92)

Ainda que exista coesão nos grupos, a autonomia e a comunicação nas empresas mercantis são limitadas pela hierarquia, uma vez que as principais decisões são tomadas pela chefia. Conforme Lima e Silva (1998 apud Leal, 2002):

“Não há racionalidade comunicativa, em uma situação onde, desde o início, um dos interlocutores se encontra em situação de subordinação social, ou seja, submetido ao poder de outrem, sendo esta também uma das principais causas do sofrimento psíquico dos operadores dos processos contínuos.” (p.102)

Nas associações, as decisões são construídas a partir do grupo (*você não vira pra ele simplesmente e fala ‘a partir de hoje você não é mais cooperado’*). Ainda que se julgue alguém como leviano, o grupo deve escutá-lo, *“vai ter que sentar, conversar, falar: fulano, tá assim, assado, e aí?”*. As estratégias utilizadas priorizam o diálogo, mesmo que sejam muitas vezes acompanhado por brigas ou *“rebeliões”*. Essas formas de gestão permitem que o grupo institua um certo controle social sobre seus membros, necessário para organizar e coordenar a produção e, ao mesmo tempo, desenvolva competências comunicacionais, que fortalecem formas de relações mais democráticas. Na associação, *“aprender a conversar”* implica aprender a negociar, construir alternativas coletivas, *“ter paciência”*. Nas empresas capitalistas mercantis, no entanto, *“aprender a conversar”* significa aprender a falar a linguagem da empresa, a linguagem da produção, que se expressa normalmente pela autoridade do chefe.

A função do chefe nas associações de catadores não implica numa autoridade hierárquica. Trata-se de alguém que representa o coletivo (*“ele vê todo mundo... não vê um só”*) e, estando externo a determinado impasse, pode ajudar a resolvê-lo. Assim, o chefe da associação, ou *“diretor”*, deve escutar os associados, mas não pode agir *“por amizade”* nem por *“afinidade”*. Ele deve saber *“a hora de falar”* e *como falar*. O chefe da associação aproxima-se muito mais do chefe primitivo, descrito por Clastres (1978), que resolvia os conflitos pela palavra.

6.2 – Lógica do Mercado e o Lógica do Dom: Contradições

Embora possamos identificar aspectos que diferenciam as relações sociais nas associações de catadores e nas empresas mercantil, observamos que elas não se estabelecem de forma homogênea ou sem conflitos. As associações apresentam muitas contradições, sobretudo relacionadas ao conflito da lógica do mercado e do dom. Conforme observamos nas associações, *“Cada um deve receber por aquilo que produz”* - *“Ninguém pode trabalhar para o outro”*. A complexidade dessa questão reside especialmente no limite de cálculo. Não é possível saber com certeza quando uma pessoa está *“morcegando”* ou se ela trabalha mais ou menos que outra. Se consideradas as diferenças fisiológicas, técnicas, sociais, morais, econômicas, históricas, não existem formas de medir e comparar o esforço de um e de outro.

A fragmentação entre a esfera pública e privada fica evidente no conflito entre os homens e as mulheres, uma vez que se afirma que *“a vida particular das mulheres não tem nada a ver com o trabalho”*. A lógica mercantil é naturalizada para justificar formas de controle e exploração dos trabalhadores. Isso fica evidente nos conflitos entre homens e mulheres, em que a divisão sexual do trabalho também é tomada como natural - *“homem não nasceu para criar, nem para triar”*. Se o trabalho dos homens exige mais força, as mulheres deveriam compensar suas fragilidades trabalhando mais tempo a fim de se chegar à equivalência (*“um não pode trabalhar para o outro”*) - (*“se aqui fosse privatizado, eu tenho certeza que tinha mulher que estaria atolada... era um salário mínimo e olha lá”*)- (*“Você pode ver aqui em Pará de Minas, não tem mulher com a escola que elas têm que ganha o que essas mulher aqui ganham pra trabalhar esse tempo, não!”*).

Taylor, Ford e outros fracassaram ao tentar mensurar o trabalho, acreditando que assim poderiam eliminar os conflitos. Lima (1997) identifica que a origem desses conflitos está na contradição da produção capitalista.

“Quando modernos ergonomistas tentam, através de sua parafernália tecnológica medir carga de trabalho e estabelecer ‘em bases científicas’, pausas e ritmos, apenas continuam perseguindo a fórmula mágica que resolveria de uma vez por todas a contradição

fundamental da produção capitalista: com que intensidade se deve utilizar, durante um dia, a força de trabalho.” (Lima, 1997)

Ainda que fosse possível medir a fadiga de toda uma jornada, essas questões não poderiam ser respondidas pelos cientistas, mas pelos homens, uma vez que diz respeito às formas de vida em sociedade (Lima, 1997 e 2000).

As associações de catadores ainda buscam formas de organizar seus processos de produção e sistemas de remuneração de modo a resolver seus conflitos derivados da lógica de equivalência do mercado. Na Ascamp, os conflitos se resolvem, a princípio, pela criação de metas, em que cada pessoa, a despeito do seu ritmo, deve cumprir uma tarefa pré-determinada. Na Coopert, poderíamos dizer que a esteira dispensa as metas e tenta estabelecer um ritmo de trabalho. Este, no entanto, é controlado pelos trabalhadores que param a esteira quando precisam de mais tempo para pegar os materiais. Embora a esteira seja um instrumento de controle utilizado na produção capitalista como chicote para impor um ritmo (Moraes Neto, 1991), na associação sua função é recriada pelos trabalhadores, que a utilizam ora como instrumento facilitador da produção, um simples transportador de materiais, ora como mecanismo de regulação do trabalho coletivo. Essa função ambivalente da esteira é significativa do grau de solidariedade existente na associação. Para evitar que alguns associados “morceguem”, aciona-se a esteira, mas quando alguém da equipe está sobrecarregado, o movimento da esteira é interrompido. A necessidade de se recorrer ao movimento da esteira para impor uma contribuição mínima ao trabalho coletivo indica o limite da autogestão, quando se torna necessário recorrer a mecanismos capitalistas de controle; ao contrário, quando a esteira é parada por uma decisão coletiva (que ainda não conseguimos entender em seus detalhes), começam a ser desenvolvidos outros processos sociais de regulação da carga de trabalho¹⁷.

Nas sociedades antigas, onde a força de trabalho não era objeto de troca, as pessoas desenvolviam suas atividades visando atender às necessidades do grupo, por isso não havia a necessidade de um controle que não fosse a necessidade. A força de trabalho era

¹⁷ Além da determinação da velocidade da esteira ser um procedimento empírico, sem fundamentação científica, conforme discutido por Moraes Neto (1991), resulta, ao mesmo tempo, de uma queda de braços entre trabalhadores e a hierarquia (sobre isso, ver Linhart, 1978). Os critérios de parada/acionamento da esteira nessa associação estão sendo analisados mais detalhadamente por Varela (2010).

parte do coletivo e estava a serviço da comunidade. Nas sociedades capitalistas, ainda que a força de trabalho tenha se tornado vendável, ela é inalienável. Não pode ser separada do corpo de quem a vende e, por isso, o trabalhador continua a ter controle parcial sobre ela, conforme explica Lima (1997):

“O trabalhador continua a ter seus direitos, quando, por exemplo, exige trabalhar sem adoecer (caso contrário, perderia sua capacidade de trabalho) ou sem se esgotar demasiadamente (pois assim, não pode se dedicar a outras atividades pessoais e a jornada de trabalho acaba se estendendo à vida fora do trabalho). Na realidade da produção, confrontam-se, assim, dois direitos igualmente legítimos e inconciliáveis: de um lado o capitalista que quer usufruir ao máximo da força de trabalho que adquiriu, de outro o trabalhador que quer preservar sua capacidade de trabalho para poder revendê-la no dia seguinte, ou então preservar algum ânimo para amar, se divertir, cuidar dos filhos, se cultivar... Estabelece-se assim, como diz Marx, ‘uma antinomia, direito contra direito, ambos apoiados na lei do intercâmbio de mercadorias. Entre direitos iguais decide a força’”.

Assim, ainda que as associações de catadores não sejam empresas capitalistas, muitos conflitos reproduzem a lógica privada da exploração, uma vez que esses empreendimentos se estabelecem sob a hegemonia do capital.

“Quando falamos de lutas de classes, não estamos pensando apenas nos processos históricos e muito menos em política partidária, mas em fatos que se passam no cotidiano da vida no trabalho. Em cada gesto de trabalho, em cada peça trabalhada, está presente a contradição fundante da forma de sociabilidade capitalista. Por isso não pode haver nem consenso nem autonomia dos trabalhadores, pois o controle do capital sobre o trabalho é condição necessária para ampliar a extração da mais-valia. O conflito de interesses não é momentâneo, ou devido ao autoritarismo das chefias, mas estrutural, isto é, radica-se na própria relação de venda e compra da força de trabalho” (Lima, 1997).

Os conflitos vivenciados pelas associações de catadores, relacionados à tentativa de estabelecer uma equivalência na produção e a divisão sexual do trabalho, ilustram

algumas contradições dessa lógica.

6.3 – O Estado e o Dom

A lógica do estado, a redistribuição, pode ser identificada na relação das associações com o estado, que reflete diretamente nos processos de produção das associações. Identificamos ainda a possível presença dessa lógica em alguns conflitos nas relações internas, onde ela acaba sendo sobreposta pela lógica do dom.

Os empreendimentos solidários surgem num espaço onde não há interesse do mercado, uma vez que se trata de atividade desvalorizada, e o estado, embora busque compensar as desigualdades produzidas pelo mercado, revelou-se impotente para promover soluções duradouras. Assim, a perenidade dos empreendimentos é assegurada pela hibridação entre diferentes tipos de recursos: mercantis, não-mercantis e não-monetários (França Filho e Laville, 2004).

O estado se faz presente nas associações de catadores, especialmente através da prefeitura, que viabiliza os meios de produção – galpão, equipamentos – e também parte da matéria-prima, no caso da Coopert. Essa relação pode ser entendida a partir da lógica de redistribuição do estado em relação aos catadores. Ela oferece limites ao aumento da produtividade na associação na medida em que limita a disponibilidade dos recursos, como foi o caso da Ascamp, que teve que comprar um caminhão com recursos próprios para atender os horários de coleta em grandes geradores. Como o faturamento da associação é baixo e nem sempre ela dispõe de recursos para investimentos, ela fica dependente da relação com a prefeitura¹⁸.

Podemos identificá-la também em situações internas à associação na tentativa de igualar a todos e, em muitas situações, ela se confunde ou se mescla à lógica do mercado. O “cantinho”, na Ascamp, é uma forma de evitar grandes diferenças dos rendimentos entre os associados, ao mesmo tempo em que tenta remunerar por produção. As regras, a

¹⁸ Embora as associações de catadores tenham conquistado na lei de Saneamento/2007 o direito de serem contratadas como prestadoras de serviços, na prática, a relação com o estado ainda se mantém na forma de redistribuição.

regulação das faltas, dos atrasos e da participação em mutirões, e as metas de produção, revelam, por um lado, a tentativa de igualar os associados ou assegurar que todos tenham direitos iguais, (*“aqui todo mundo é dono... se abrir para um, tem que abrir para todo mundo”*) e por outro lado, de estabelecer relações de equivalência, que estão relacionadas à lógica do mercado. Entretanto, fica evidente, a partir dos casos estudados, a flexibilidade e a consideração das diferenças individuais na aplicação das regras, o que nos leva a concluir que, na maior parte das situações, a lógica do dom prevalece sob a lógica do estado.

A lógica do dom foge a qualquer tipo de formalização, contrato e cálculo. Assim, poderíamos pensar que o estatuto ou regimento de um “empreendimento solidário” e a tentativa de institucionalizar os princípios da solidariedade se aproximam muito mais da lógica do estado, que iguala a todos e estabelece relações em forma de “obrigação”. Essas situações oferecem risco de burocratização das relações, onde as regras parecem ganhar autonomia e os indivíduos se tornam objeto das normas. Na Coopert, a preocupação com a ausência do associado alcoolizado, em princípio, foi justificada pela lógica do estado, como uma obrigação do regimento: (*“está no regimento que tem que ir”*). Em seguida, observamos que prevaleceu a lógica do dom (*“É porque a gente preocupa (...) Acho que querendo ou não a gente gosta da pessoa”*). O caso da associada grávida da Coopert que voltou a trabalhar antes do tempo previsto no estatuto também ilustra o predomínio do dom sobre a lógica do estado, apesar dos conflitos que a deliberação sobre o caso trouxe à tona.

Mesmo com muitas precariedades, os vínculos sociais construídos interna e externamente nas associações asseguram aos trabalhadores identidades valorizadas (*“Aqui a gente é reconhecido, a gente trabalha pro meio ambiente”*). Através do trabalho, eles reivindicam espaço e voz na sociedade (*Nós se acha o máximo trabalhando aqui... Mesmo que as pessoas não reconheçam, eu não deixo elas arrancar isso de dentro de mim, não... Eu ando de cabeça erguida*).

As competências para comunicação e negociação extrapolam os limites da associação, conforme se verifica através da construção do Movimento Nacional dos Catadores e da conquista de políticas públicas que esse segmento vem alcançando. Eles apontam

possibilidades de formas de produção mais democráticas, ainda que com muitas contradições.

Analisamos que as iniciativas populares modernas expressam conflitos entre racionalidades distintas, entre o público e o privado, o mercado, o estado e do dom. As respostas construídas na prática, frente a cada conflito nos oferecem elementos para compreender os desafios e as possibilidades de novas configurações da economia que, conforme dissemos, não significa o restabelecimento do antigo sistema, que já é passado, nem a conformidade com o atual, insustentável. Trata-se de construir alternativas concretas no campo do possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto empírico da análise desta dissertação foram os processos de triagem em três associações de catadores, que se organizam em diversas formas, envolvendo parâmetros como divisão do trabalho e regras de remuneração, triagem no chão, triagem na esteira, divisão da produção em partes iguais, de acordo com a produção ou calculada em horas etc.

Enquanto sistema sociotécnico, a triagem não pode ser analisada sem articular processos técnicos de trabalho e relações sociais. A questão sobre qual forma de triagem (duas etapas ou uma, esteira, bancada, silo, chão) é a mais eficiente, ainda permanece sem resposta e deverá ser objeto de pesquisas mais específicas. Essas opções, aliás, são fonte de muitas controvérsias, por exemplo, entre os catadores e os gestores públicos, que tentam impor um modelo único de organização às associações, desconsiderando as dimensões sociais relacionadas a sua história e ao perfil dos associados (mais idosos, mulheres, portadores de deficiência). Se se considerarem as relações entre o processo técnico e as relações sociais (entre o subsistema técnico e o subsistema social, nos termos da sociotécnica), a questão sobre qual sistema de produção é “mais eficiente” se torna mais complexa, de fato, insolúvel, se formulada fora dos nexos sociais. Com efeito, como comparar uma associação com pessoas mais jovens que preferem trabalhar com esteira a uma outra, com pessoas mais idosas ou com deficiências mentais, que optou por trabalhar com postos de triagem improvisados no chão? Impor um modelo único significa arriscar-se a passar por cima desses arranjos que, às vezes, propicia “ótimos” locais, dadas as circunstâncias e especificidades de cada associação. Esse princípio não impede que se façam comparações, mas exige cuidado para “transferir” a experiência de uma associação à outra.

Eficiência e solidariedade coexistem nas associações de catadores e se expressam por meio de conflitos entre as lógicas do mercado, do dom e do estado. Os limites dessa discussão se estabelecem, entre outros aspectos, na diversidade de arranjos e possibilidades em cada associação, de acordo com sua história, e o contexto envolvido, que implicam análises distintas.

O atual modelo de reciclagem no Brasil deve sua amplitude à situação de pobreza de grande parte da população, que se submete às condições precárias de trabalho e a partir delas transforma lixo em riquezas, constrói valores e possibilidades de vida em comum. Essas associações apresentam uma forma de organização complexa, em que diversos aspectos de natureza técnica, econômica, política e social estão entrelaçados e influenciam uns aos outros.

Entendemos que os resultados apresentados neste estudo não podem ser generalizados para todos os empreendimentos solidários, uma vez que eles se organizam a partir de realidades distintas e configuram diferentes formas econômicas que devem ser analisadas em suas particularidades. Acreditamos que a contribuição deste trabalho tenha sido no sentido de mostrar concretamente como as relações de solidariedade se articulam ao processo de produção no interior das organizações pesquisadas.

Concordamos com França Filho e Laville (2004, p.87) que essas experiências constituem-se como “formas híbridas” de várias economias: mercantil, uma vez que vendem produtos e serviços, redistributiva, porque recebem subsídios governamentais, e de reciprocidade, porque recebem contribuições voluntárias, dádivas. Suas especificidades, no entanto, revelam-se nos conflitos decorrentes da interação entre essas três lógicas, mas onde predomina, ao menos em um primeiro instante, a solidariedade.

Observamos que as experiências estudadas diferenciam-se dos empreendimentos mercantis especialmente pelas formas de produção de sociabilidades mais humanas, evidenciadas através da participação dos trabalhadores nas decisões da empresa, da hierarquia, da noção de flexibilidade, entre outros. Contudo, não podemos dizer que elas representam uma alternativa à forma de produção capitalista.

Ainda que os empreendimentos solidários não se contraponham diretamente às relações sociais dominantes, acreditamos que eles sustentam uma posição importante frente ao capitalismo e à construção de outras formas de economia ao *negarem o exclusivismo e a superioridade da lógica utilitária*. Afinal, novos modos de produção e de sentido só poderão ser produzidos a partir da prática social ao longo da história e, portanto, do enfrentamento das contradições existentes.

As associações de catadores se sustentam numa rede de apoio onde interagem diferentes atores. Entre eles, estão os geradores de resíduos que são empresas públicas, privadas e a sociedade civil, a prefeitura, que é a responsável pela limpeza urbana e pelo desenvolvimento social em cada município, e os compradores com quem as associações negociam os materiais recicláveis. Apesar de origens distintas, todos estão submetidos à hegemonia do capital, o que torna difícil estabelecer relações que prescindam de uma racionalidade mercantil, que aparece normalmente de forma naturalizada. Buscamos identificar as formas de coexistência dessas três lógicas em dois dos empreendimentos aqui pesquisados, a Coopert e a Ascamp, onde o estudo das relações sociais foi investigado com mais profundidade. Considerando ainda a inexperiência da pesquisadora em aprofundar e o prazo limitado de execução desta pesquisa, certamente muitos dados foram aqui apresentados superficialmente, e não temos dúvidas de que merecem uma análise mais cuidadosa e aprofundada. Pretendemos desenvolvê-los melhor em trabalhos posteriores.

Sabendo que a contradição fundante do mundo moderno se apresenta através do conflito capital versus trabalho, ao separar a vida social da esfera econômica e submeter a primeira à segunda, o capitalismo provocou uma série de conflitos e ineficiências que buscam soluções através do estado, que também não consegue resolver. Segundo Marx (*Grundrisse*, 1858), o aumento da riqueza econômica sob o sistema capitalista implica necessariamente o aumento (relativo) da miséria e da desigualdade social. Desso modo, observamos que os resíduos sólidos, assim como o “refugo humano” (Bauman, 2005), são produtos do mesmo processo produtivo. A redução do consumo seria uma alternativa eficaz para lidar com esses problemas, no entanto, é uma medida desinteressante para setores produtivos da economia, que se fortalecem com o consumismo. Considere, por exemplo, as medidas adotadas por diversos países frente os impactos da crise econômica de 2008, baseadas no incentivo ao consumo, enquanto tentam, por outro lado, promover uma gestão eficiente do lixo.

Esses conflitos são derivados da fragmentação da vida moderna (público-privado, burguês-cidadão), sendo tal separação apenas num nível formal, uma vez que, na prática, os indivíduos são um só, o tempo é único, assim como a vida, sendo impossível

negar a influência de uma esfera sobre a outra. Na forma de vida capitalista, no entanto, a sociedade se organiza como se as esferas fossem separadas.

A solução desses conflitos seria criar formas sociais compatíveis com diferentes opções individuais. Nas comunidades antigas, as formas de individuação eram mínimas. O capital criou uma falsa individuação. O que é necessário, agora é criar sistemas de produção que permitam a individuação, opções de vida individuais compatíveis com formas de vida coletiva. O desenvolvimento tecnológico, a mecanização dos processos não parece reverter em diminuição do esforço ou aumento do tempo livre dos trabalhadores. As contradições da forma de sociabilidade capitalista se expressam no cotidiano de trabalho, através da forma de organização deste, dos conflitos, dos gestos de cada trabalhador. Por isso, não é possível haver consenso nem autonomia dos trabalhadores, uma vez que a ampliação da extração da mais-valia depende do controle do capital sobre o trabalho (Lima, 1997). No mundo contemporâneo, os limites da sociabilidade do capital manifestam-se em uma dupla cisão: entre assalariados e excluídos do mercado de trabalho e entre os próprios assalariados, que competem entre si para se manterem empregados, impedindo que relações de cooperação autênticas se desenvolvam, mesmo em formas de organização do trabalho participativas. Para além desses limites é que se desenvolvem as experiências da economia solidária, que pretende promover a inclusão social em organizações autogeridas.

A questão central que orientou nossa pesquisa foi a relação entre formas autênticas de solidariedade, da instituição de procedimentos e valores em torno da vida em comum, e a sustentabilidade econômico-financeira das associações de catadores, tendo como pano de fundo a implicação dos associados em sua atividade coletiva, em contraste com a participação dos assalariados em equipes de trabalho nas empresas capitalistas. A vantagem das empresas capitalistas em termos de capacitação da mão de obra é evidente, uma vez que às associações cabe os excluídos do mercado de trabalho. O grande mérito desses empreendimentos solidários é, precisamente, conseguir associar solidariedade social e produção de riqueza material. Pode parecer estranho dizer que existe riqueza em associações de catadores que mal conseguem sair do limite de sobrevivência; todavia, quando se conhece os associados, suas histórias de vida, estado de saúde e nível de qualificação profissional, não se pode deixar de reconhecer o quanto produziram em termos materiais. Mas que relação existe entre esses resultados,

limitados em termos absolutos, mas importantes em termos relativos, e as relações de solidariedade?

A primeira constatação a fazer é que se trata de uma solidariedade particular, que se desenvolve entre excluídos, desde já sem relações de desigualdade social, como se passa no caso da esmola ou de outros dons. Isso implica que os processos de desenvolvimento desses vínculos se dão entre indivíduos em posições sociais equivalentes, sobretudo no trabalho, onde prevalece a regra de ouro de que “não se trabalha para o outro” e onde o chefe é mais mediador do que um comandante. Por isso, os catadores diferenciam a solidariedade em geral (“ajudar ao próximo”) da solidariedade no trabalho, que, às vezes, por não ser um ato de puro desinteresse e abnegação, nem chega a ser reconhecida como tal. No entanto, são esses mecanismos concretos de solidariedade que explicam como a associação consegue obter os resultados e se manter funcionando há tanto tempo, apesar das adversidades. Se produção material e solidariedade estão em relação de fim e meio, esta última não é um instrumento para aumentar a produção, como acontece com a participação manipulatória dos trabalhadores em empresas capitalistas, em especial, nas empresas hipermodernas, mas sim se põem de forma simultânea. Por isso, apesar de suas limitações, a solidariedade nas associações de catadores é vivida como mais autenticamente humana, como meio de desenvolvimento pessoal e social. Produção e solidariedade estão, por assim dizer, em uma relação dialética de codeterminação. Se existe uma relação de fins e meios, esta consiste em colocar a produção a serviço da vida em comum.

Conforme vimos, a relação entre solidariedade e eficiência se apresenta de forma distinta nas empresas mercantis e nas associações aqui analisadas. As diferenças se evidenciam na maneira como se “aprende a conversar”, na “tolerância com as diferenças” e nos permitem considerar que, nas associações, mesmo nos conflitos, os vínculos sociais são a finalidade da produção. Mesmo que, no primeiro momento, a produção seja o principal objetivo, o que organiza o grupo, as associações de catadores desenvolvem um tipo de sociabilidade em que os vínculos tornam-se prioridade. A busca pela sobrevivência, pela renda, que mobiliza os sujeitos a participarem das associações, faz com que eles construam vínculos, que se enriquecem com o tempo, e que participem de um projeto coletivo e se desenvolvam na relação com o outro: “aprendem a conversar”, a negociar, a tolerar as diferenças. Nos empreendimentos

mercantis, o sujeito se submete à hierarquia da empresa e o limite do seu desenvolvimento é a produção. Ele “aprende a falar” a linguagem da empresa e a solidariedade é apenas o meio para alcançar a eficiência, o lucro. Conforme vimos, trata-se de uma solidariedade instrumental, manipulada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ABREU, M. F. *Do Lixo à Cidadania: Estratégias para a Ação*. Brasília: Caixa, 2001.

ANDRADE, M. C. A. *Psicologia Social e Economia Solidária: Uma Análise Psicossocial sobre o Trabalho Associativo e Cooperativo na Perspectiva da Economia Solidária*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

ARAUJO, J. N.G. *Relações Sociais: as Trocas e os Mitos de um Mundo Sem Trocas*. Belo Horizonte: 2008 (mimeo)

_____. *Os Destinos da Solidariedade*. Puc-MG: Belo Horizonte, 2001 (mimeo)

BAPTISTA, R. D. S. *A Construção Simbólica do Terceiro Setor*. In: Terceiro Setor. Ed. Saraiva, São Paulo, 2006.

BAUMAN, Z. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

BARROS, V. A. e PINTO, J.B.M. *Reciclagem: Trabalho e Cidadania*. In: KEMP, V.H e CRIVELLARI, H.M.T (org). *Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais*. Belo Horizonte. Autêntica: 2008.

BESEN, G. R. *Indicadores de Sustentabilidade de Programas de Coleta Seletiva com Organizações de Catadores da Região Metropolitana de São Paulo*. ANNAP, 2005.

BESEN, Gina Rizpah. Programa de Coleta Seletiva de Londrina. Caminhos Inovadores Rumo à Sustentabilidade. IN: *Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil*. JACOBI, P.(org.) São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *Programas Municipais de Coleta Seletiva em Parceria com Organizações de Catadores na Região Metropolitana de São Paulo: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. USP, 2006.

CAILLÉ, A. O Dom entre Interesse e “Desinteressamento” in: MARTINS, P.H. et al (org) *Polifonia do Dom*. Recife: Ed. Universitária, 2006, p.25-66.

_____. A Sociedade Mundial no Horizonte. In: MARTINS, P.H. et al (org) *A Nova Ordem Social. Perspectivas da Solidariedade Contemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p.17 -41.

_____. Economia Solidária – Com ou Sem o Mercado? In: MARTINS, P.H. MEDEIROS, Alzira (org.) *Economia Popular e Solidária. Desafios Teóricos e Práticos*. Recife: Bagaço, 2003.

_____. Dádiva, Cidadania e Democracia In: MARTINS, P.H. MEDEIROS, Alzira (org.) *Economia Popular e Solidária. Desafios Teóricos e Práticos*. Recife: Bagaço, 2003.

CARNEIRO, E.J. e CORRÊA, P.A. A Produção Social da Catação de Lixo. In: KEMP. V.H e CRIVELLARI. H.M.T (org). *Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CLASTRES, P. *A Sociedade Contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política*. Rio de Janeiro, 1978.

CRIVELLARI. H.M.T.; DIAS, S.M.; PENA, A.S. Informação e Trabalho: uma Leitura Sobre os Catadores de Material Reciclável a partir das Bases Públicas de Dados. In: KEMP. V.H e CRIVELLARI. H.M.T (org). *Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais*. Belo Horizonte. Autêntica: 2008.

DANIELLOU, F. *A Ergonomia em Busca de Seus Princípios*. Debates Epistemológicos. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

DIAS, S. M. *Construindo a Cidadania: Avanços e Limites do Projeto de Coleta Seletiva em Parceria com a Asmare*. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

EIGENHEER, E. M. et. Al. *Reciclagem: Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2005.

FARIA, J.H. e FARIA, J.R.V. Poder e Controle em Organizações Solidárias. In: PIMENTA, S. M et. al (org) *Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas*. Editora Saraiva: São Paulo, 2006.

FARIA, J.H. *Gestão Participativa. Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações*. São Paulo: Atlas, 2009.

FLEURY, A. C. C e VARGAS, N. (org) *Organização do Trabalho: uma Abordagem Interdisciplinar: Sete Casos Brasileiros para Estudo*. São Paulo: Atlas, 1983.

Fórum Estadual Lixo e Cidadania/Minas gerais – FELC/MG. *Relatório de Atividades do Ano de 2007*.

FOURASTIÉ, J. *A Produtividade*. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1990.

FRANÇA FILHO, G.C. e LAVILLE, J. *Economia Solidária. Uma Abordagem Internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREITAS, M.V.O. *Entre Ruas, Lembranças e Palavras: a Trajetória dos Catadores de Papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

GAULEJAC, V. *Gestão como Doença Social: Ideologia, Poder Gerencialista e Fragmentação Social*. Aparecida: Idéias & Letras, 2007.

GODBOUT, J.T. *O Espírito da Dádiva*. Lisboa: Epistemologia e Sociedade: 1992.

GODELIER, Maurice. *O Enigma do Dom. Eliana Aguiar* (trad.) Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 2001.

GRAEBER, D. O Comunismo de Marcel Mauss. In: MARTINS, P.H. et al (org) *Polifonia do Dom*. Recife: Ed. Universitária, 2006, p.67-87.

GUÉRIN, F. et al. *Compreender o Trabalho para Transformá-lo: a Prática da Ergonomia*. São Paulo: Edgard Bluncher, 2001.

GURGEL, F.F. *Participação de Moradores no Programa de Coleta Seletiva em Três Bairros de Natal/RN: Explorando Determinantes Psico-socio-ambientais*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

HARRIS, M. *Vacas, Porcos, Guerras e Bruxas. Os Enigmas da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBBSAWM, E. J. Custom, Wages and Work Load in Nineteenth-century Industry. In STERNS, P. N, WALKOWITZ, D.J. *Workers in the Industrial Revolution*. New Brunswick, New Jersey, 1974.

KEMP. V. H. *Práticas Associativas na Economia Solidária e Laço Social*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

KUHNEN, A. *Reciclando o Cotidiano. Representações Sociais do Lixo*. Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1995.

LAVILLE, J. Com Mauss e Polanyi: Rumo a uma Teoria da Economia Plural. In: MARTINS, P.H. et al (org) *A Nova Ordem Social. Perspectivas da Solidariedade Sontemporânea*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p.42-57.

LE GOFF, J.. *A Bolsa e a Vida. A Usura na Idade Média*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LEAL, Rosângela Maria de Almeida Camarano. *Novas Tecnologias no Setor Automotivo: o "Saber Relacional" em Questão*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

LIMA, F. P. A.; OLIVEIRA, F. G. O. Produtividade Técnica e Social das Associações de Catadores: por um Modelo de Reciclagem Solidária. In: KEMP, V.H e CRIVELLARI, H.M.T (org). *Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais*. Belo Horizonte. Autêntica: 2008, p.225-264.

LIMA, Francisco P. A. Ética e Trabalho. In: Goulart, I. B. (org.). *Psicologia Organizacional e do Trabalho: Teoria, Pesquisa e Temas Correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

_____. Noções de Organização do Trabalho. In: OLIVEIRA, C.R (org.) *Manual Prático de L.E.R.* Belo Horizonte: Editora Health, 1997.

_____. A Transcendência do Valor: Flexibilidade, Focalização, Terceirização e a Relação Capital-Trabalho. *Anais do ENEGEP 2000*. São Paulo, 2000.

_____. *Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos com Inclusão Social dos Catadores: Alternativas Estratégicas*. Belo Horizonte, 2007 (mimeo).

_____. Patologias das Novas Tecnologias. Trabalho apresentado no XVIII ENEGEP, Niterói, UFF, 1998.

_____. Ergonomia, Ciência do Trabalho, Ponto de Vista do Trabalho: a Ciência do Trabalho num Perspectiva Histórica. *Revista Ação Ergonômica*, v.1, n.2, 2000.

LIMA, Rosimeire Midori Suzuki Rosa. *Implantação de um Programa de Coleta Seletiva Porta a Porta com Inclusão de Catadores: Estudo de Caso em Londrina – PR*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Edificações e Saneamento) Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

LINHART, Robert. *A Greve na Fábrica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MACHADO, C.W.C. *A Economia Social e Ambiental Proporcionada pelos Catadores de Materiais Recicláveis*. Fórum Estadual Lixo e Cidadania de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2007. Relatório Técnico, Belo Horizonte . (mimeo)

MARX, K. *Grundrisse. Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política*. Vol 1. Borrador 1857- 1858. Siglo Veintiuno Editores: 1971.

_____. Formas que Precedem a Produção Capitalista in GIANNOTTI, José Arthur. Marx, vida & obra. Trad. Luciano Codato. Porto Alegre: L&PM, 2000. p.112 - 182.

_____. Contradições entre o Fundamento da Produção Burguesa (medida-valor) e seu Próprio Desenvolvimento. in GIANNOTTI, José Arthur. Marx, vida & obra. Trad. Luciano Codato. Porto Alegre: L&PM, 2000. p.183-188.

_____. Glosas Críticas Marginais ao Artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um Prussiano. (1844) in: Práxis, Belo Horizonte. Out- Dez, 1995. p.68 – 91.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. in: Sociologia e Antropologia. Vol. II. São Paulo: EPU, 1974.

MEDINA, M. *The World's Scavengers: Salvaging for Sustainable Consumption and Production*. Plymouth: AltaMira Press. 2007.

MÉSZÁROS, I. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989.

MORAES NETO, B. *Marx, Taylor e Ford. As Forças Produtivas em Discussão*. 2 ed. São Paulo. Editora Brasiliense: 1991.

POCHMANN, M. (org.) *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. Novos Caminhos para a Inclusão*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

POLANYI, k. A Grande Transformação: as Origens da Nossa Época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POSTONE, M. (1978). Necessity, Labour and Time: a Reinterpretation of the Marxian Critique of Capitalism. *Social Research* 45 (Winter 1978), pp. 739-788.

RECH, D. Os Direitos e a Função Pública dos Catadores e das Catadoras de Material Reciclável. In: KEMP. V.H e CRIVELLARI. H.M.T (org). *Catadores na Cena Urbana: Construção de Políticas Socioambientais*. Belo Horizonte. Autêntica: 2008.

RIBEIRO, R e COLLINS, H. The Bread-Making Machine: Tacit Knowledge and Two Types of Action. *Organization Studies*, vol.28 n.9 1417-1433. London, SAGE Publications, 2007.

RODRIGUEZ, César. À Procura de Alternativas Econômicas em Tempos de Globalização: o Caso das Cooperativas de Recicladores de Lixo da Colômbia. In: *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção não Capitalista*. SANTOS, B.S.(org.) 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUTKOWSKI, Jacqueline Elizabeth. *Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários – uma Abordagem na Engenharia de Produção*. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, M. C. O. *Apropriando-se do Trabalho: um Estudo Sobre a Atividade dos Garis – Coletores de Lixo*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SCHWARTZ, Y. DURRIVE, L. *Trabalho e Ergologia: Conversas Sobre a Atividade Humana*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007.

SINGER, P. Economia Solidária: um Modo de Produção e Distribuição. In SINGER, P. *A Economia Solidária no Brasil. A Autogestão como Resposta ao Desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1988.

VARELA, Cinthia Versiani Scott. Dissertação de mestrado em andamento. PPGEF – UFMG, 2010.

VIEIRA, S. *Cooperativas Versus Comerciantes de Recicláveis*. Uma Luta Justa? Revista Reciclagem Moderna. Edição 15. Ano IV. Mar.Abr, 2009.

WIRTH, I.G. *Trabalho e Gênero em Cooperativas de Triagem de Resíduos Sólidos*. Anais Congresso Nacional de Reciclagem e Economia Solidária. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2009.

ANEXOS – FOTOGRAFIAS

AVISO...

O associado
que ficar enrolando
na hora de 15:00
as 17:00 hrs.
vai perder os 3 HS.
estamos reservando
os associados
Obrigado
Para de Minas 22/05/09

DIXE HOUVER DISCORDIA, QUE EU LEVE A LINHA:

Aviso no quadro da Ascamp

Assim você será sempre feliz!

ATENÇÃO

Turma Big Bag

O material que
vier solto e
vocês não
embromar,
vocês vai
perder 5 hrs

Para de Minas 21/10/09

Aviso no quadro da Ascamp

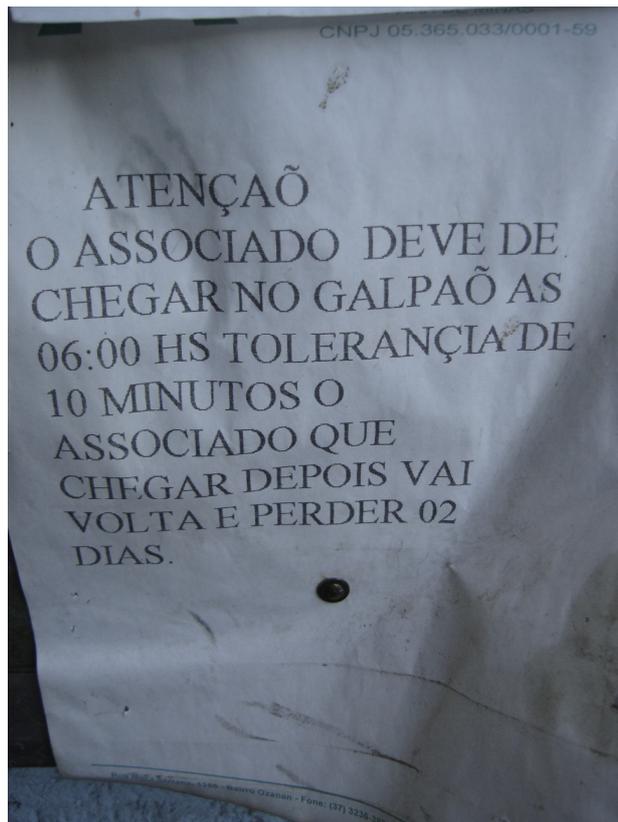
Atenção
 O associado que
 não limpa o pinho.
 Grafica ou outro
 lixo. Depois da
 breja vai perder os
 3 hrs. e no final
 do mês não
 reclama.

Aviso no quadro da Ascamp

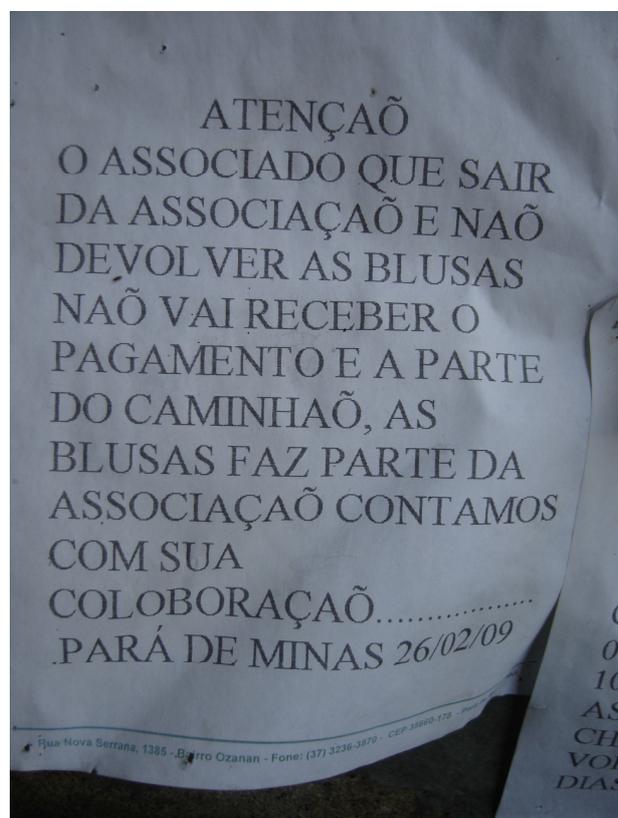
ASSOCIADOS
 FUMANTES.
 O associado que
 for pego fumando
 no pátio (geral)
 vai ser descontado
 R\$ 30.00 no seu
 pagamento, R\$ 30.00
 por cigarro.
 Obrigado

Rua Nova Serrana, 325 - Bairro Ozanan - Fone: (37) 3236-3870 - CEP 35660-178 - Pará de Minas

Aviso no quadro da Ascamp



Aviso no quadro da Ascamp



Aviso no quadro da Ascamp

ATENÇÃO
 ajudante do laminhão
 estamos observando que
 vocês não estão labutando
 vocês estão trazendo frangos
 sucatas e discutindo no
 meio do laminho. Vocês
 têm que ajudar. Pois
 se não depois vocês
 não pode cobra. Há não
 se esqueça que vocês são
 associados, não lute são
 ali um laminho p/ o
 laminhão. e se continuar
 vocês vai ganhar
 punições

Aviso no quadro da Ascamp

Assim você será sempre feliz
 ATENÇÃO
 Turma Big Bag
 • O material que
 vier solto e
 vocês não
 embromar,
 • vocês vai
 perder 5 hrs
 • Para de mimar 21/10/09.

Aviso no quadro da Ascamp